PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

Alex Fernandes de Oliveira

A FIGURAÇÃO POLÍTICA NAS ORGANIZAÇÕES ESPORTIVAS DO FUTEBOL BRASILEIRO - ESTUDO DE CASO

Doutorado em Ciências Sociais

São Paulo
2018

Alex Fernandes de Oliveira

A FIGURAÇÃO POLÍTICA NAS ORGANIZAÇÕES ESPORTIVAS DO FUTEBOL BRASILEIRO - ESTUDO DE CASO

Doutorado em Ciências Sociais

Tese apresentada à *Banca Examinadora* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de *Doutor em Ciências Sociais* sob a orientação do *Prof. Dr. Guilherme Simões Gomes Júnior.*

São Paulo
2018

AGRADECIMENTO

Agradeço imensamente ao CNPQ pelo apoio institucional e suporte financeiro concedido por meio da bolsa de estudos, sem a qual seria impossível a realização desta pesquisa.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a três pessoas fundamentais em minha vida. Aos meus amados pais Nair Fernandes e Juarez Viana de Oliveira (in memoriam), sem os quais nada disso seria possível, e a minha querida e amada filha Daniela de Quadros Oliveira, pela inspiração, apoio e motivação que tanto me foram úteis e indispensáveis durante os momentos difíceis que atravessei para concluir este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todo o corpo docente do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mas não posso deixar de agradecer e citar dois professores que tanto contribuíram para a realização deste trabalho: a professora Mônica Muniz Pinto de Carvalho, por ter-me aberto as portas para o mundo das ciências sociais, como também o meu orientador, professor Guilherme Simões Gomes Júnior, pelo seu compromisso com a ciência, sua paciência e enorme generosidade em compartilhar todo o conhecimento acerca do universo da antropologia.

RESUMO

A tese tem como objetivo o estudo da figuração política nos grandes clubes de futebol brasileiro, tendo como parâmetro um estudo de caso do Santos Futebol Clube, agremiação que, em muitos aspectos, reproduz o padrão geral caracterizado pela tendência à formação de oligarquias nas camadas dirigentes, nas quais grupos bem organizados tomam para si o controle dos processos eleitorais e da rotina administrativa dos clubes, permanecendo por longos períodos no poder. No entanto, o Santos F. C. demonstra em sua história uma série de particularidades que dizem respeito a vários fatores: a) o fato de não ser um clube de lazer e sociabilidade onde se praticam outros esportes, o que torna o quadro associativo mais complexo, com consequências no processo político; b) o fato de ser, entre os grandes clubes da liga principal do futebol brasileiro, o único que se destacou por longos períodos sem estar sediado em capital de estado ou grande metrópole, o que trouxe como consequência uma tendência à desterritorialização tanto de sua torcida como de suas elites dirigentes. Esses fatores distintivos são examinados ao longo da história do clube, sobretudo nas últimas décadas, com foco nas últimas disputas de poder no interior do clube. A pesquisa mobilizou um referencial teórico das ciências sociais, no qual autores clássicos e contemporâneos, como Weber, Michels, Elias, Bourdieu serviram de apoio para a construção do objeto e dos principais problemas de pesquisa, que giram em torno das formas de legitimidade da representação política e do poder; da disciplina; dos processos de burocratização que se combinam com processos de oligarquização; do *habitus* das camadas dirigentes; e do campo de poder nos clubes de futebol que, visto de forma alargada, mescla-se com a política tradicional brasileira tal como se definiu no último meio século. Esta pesquisa se serviu tanto de fontes bibliográficas sobre a história do futebol brasileiro como de fontes documentais nos arquivos do clube, do debate que repercute na imprensa esportiva, de entrevistas semiestruturadas com representantes das camadas dirigentes, assim como da observação participante na vida cotidiana do clube.

Palavras-chave: Representação política. Elites. Oligarquias. Clubes de futebol. Santos F. C.

ABSTRACT

The thesis study the figuration in the major policy Brazilian Football Clubs, having as a case study of the Santos Futebol Clube, Brazilian football team that, in many aspects, reproduces the general pattern characterized by the tendency to the formation of oligarchies in the leaders; where organized groups take the control of the electoral process and the administrative routine, staying for long periods in power. However, the Santos F. C. demonstrates in your history a series of points of the interest that relate to several factors: a) the fact of not being a leisure club and sociability where do other sports, which makes more complex membership, with consequences in the political process; (b) the fact that, among the great Major League clubs of Brazilian football, the one that stood out for long periods without being based in the State capital or large metropolis, which brought as a consequence a tendency to deterritorialization of your “fans” and their elites. These distinguishing factors are examined throughout the Club's history, particularly in recent decades, with focus on the latest power struggles within the Club. The research mobilized a theoretical framework of social sciences, in which classic and contemporary authors, like Weber, Michels, Elias, Bourdieu, served as support for the construction of the object and the main research issues, which revolve around forms of legitimacy of political representation and power; of the discipline; the process of bureaucratization that combine with processes oligarchyzation; the habitus of leaders; and the power in football clubs, seeing broadley, merges with traditional brazilian policy, as defined in the last half century. Research used both bibliographic sources on the history of Brazilian football, as documentary sources in the archives of the Club, the debate that echoes in the sports press, semi-structured interviews with representatives of leaders, as well as the participant observation in everyday life of Club.

Keywords: Political Representation. Elites. Oligarchies. Football Clubs. Santos F.C.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Campo político de clubes de futebol 67

Figura 2 - Foto da campanha de Athié 84

Figura 3 - Fotografia dos símbolos de representatividade 87

Figura 4 - Presente do vereador Celso Jatene..... 88

Figura 5 - Fotografia do "Alemão" 89

Figura 6 - Fotografia: Pelé e os militares..... 92

Figura 7 - Militância organizada 125

Figura 8 - Campanhas profissionais..... 135

Figura 9 - Debate na TV 137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Excursões internacionais do Santos F. C. 80

Quadro 2 - Mandato de presidentes e as reformas estatutárias..... 121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

Fundamentação Teórica 14
Estrutura 16

CAPÍTULO I – A CENTRALIZAÇÃO DO PODER NOS CLUBES DE FUTEBOL 18

1.1 A gênese dos clubes esportivos no Brasil 18
1.2 O clube como organização política burocrática 23
1. 3 A delegação do poder 28
1.4 A elite e o esporte 30
1.5 A circulação das elites 37

CAPÍTULO II – A PROFISSIONALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE APROPRIAÇÃO DO ESPORTE 43

2.1 A disciplina 43
2.2 O profissionalismo na política dos clubes 46
2.3 O paradoxo do amadorismo e do profissionalismo 53
2.4 O campo político esportivo 58

CAPÍTULO III – O ESTUDO DE CASO DO SANTOS FUTEBOL CLUBE 69

3.1 O objeto de estudo: Santos Futebol Clube 69
3.2 As origens do clube 73
3.3 A gestão amadora 75
3.4 O time dos sonhos 78
3.5 Política, futebol e clube 82
3.6 A remuneração da paixão 93
3.7 Procura-se Presidente 97
3.8 O retorno da liderança carismática 100
3.9 A nova elite: o santista da capital 106

3.10 O novo estatuto 110
3.11 Nova crise e o retorno da velha elite ao poder 114
3.12 Os conselheiros profissionais 115
3.13 Estruturas oligárquicas: aplicação do ferramental 117

CAPÍTULO IV – A DISPUTA NO CAMPO POLÍTICO 123

4.1 O monopólio dos profissionais 123
4.2 As associações de sócios 127
4.3 A problemática política 130
4.4 As campanhas políticas 134

5 OBSERVAÇÕES FINAIS 141

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 147

ENTREVISTAS 150

Fontes Impressas 151
Fontes Impressas Digitalizadas 151
Fontes disponíveis na rede mundial de computadores 152

INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta pesquisa é o estudo das camadas dirigentes dos clubes do futebol brasileiro e dos meios empregados para a conquista e a manutenção do poder. O futebol é um mundo à parte, mas está envolvido por um conjunto de mecanismos institucionais que guardam semelhança com outros universos próprios da política em sentido amplo. Nessa perspectiva, o que se pretende é estudá-lo na sua particularidade, mas com o recurso de instrumentos analíticos desenvolvidos pelas ciências sociais, para, com isso, compreender suas particularidades no que diz respeito ao jogo que está por detrás daquilo que se passa nos gramados e que produz tanto adesões como repulsas.

Longe de qualquer pretensão utópica, este trabalho pretende estudar por dentro os mecanismos de poder dos clubes de futebol, para que se possa lidar com eles sem ficar prisioneiro das alternativas polares entre o conformismo – *é assim que as coisas são* - e a revolta de ocasião que pode se transfigurar em júbilo quando o time ganha o campeonato.

Para isso, realizamos um estudo de caso do Santos Futebol Clube, considerando os arranjos políticos entre seus dirigentes eleitos e os profissionais contratados, assim como as motivações do quadro associativo em participar ativamente do processo político do clube.

O interesse pessoal em pesquisar essa temática, e mais especificamente as configurações políticas do Santos, foi resultante da atividade profissional exercida no clube na qualidade de prestador de serviços e colaborador da instituição, além de pertencer ao seu quadro associativo. Essa experiência empírica abriu a possibilidade de ter contato com os meandros da política de um grande clube de futebol, bem como desenvolver a visão crítica necessária para contribuir com a transformação da política no esporte.

As observações e inquietações que surgiram em decorrência dessa experiência profissional foram conclusivas na definição do objeto proposto e se tornaram indispensáveis no planejamento, na elaboração, coleta e interpretação

das informações colhidas. Se por um lado, a experiência profissional com o clube proporcionou as condições necessárias para a condução do estudo, por outro, o envolvimento pessoal com o objeto estudado exigiu um esforço especial para, durante o processo da pesquisa, manter os valores em suspenso, para garantir a objetividade necessária para a realização da investigação.

Fundamentação Teórica

Originalmente, a fundamentação teórica da pesquisa teve por base três autores centrais: Max Weber, Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

Os conceitos de Weber foram úteis porque gerados no estudo e na identificação de processos de racionalização que estiveram na origem da burocratização do aparelho funcional do Estado moderno. Processos que reverberam no modelo organizacional de diversas outras instituições. A organização do futebol, em todas as esferas, também foi impactada pelo modelo burocrático observado por Weber. Aquilo que Weber identificou no “Estado”, tomado como entidade política, baseado em uma “Constituição” racionalmente redigida, um direito racionalmente ordenado e a administração por funcionários especializados (WEBER, 2007), assim como a hierarquização dos cargos e a disputa destes por líderes de perfis do tipo carismático, tradicional ou por burocratas profissionais, foi também visível no processo por meio do qual as organizações esportivas transformaram-se em entidades permanentes capazes de tomar para si aquilo que era um simples jogo e transformá-lo em uma prática racionalizada, com calendário cuidadosamente definido, regras comuns a todos, gerando um espetáculo que parece ser essencial em todas as sociedades modernas.

De Elias, foram importantes as noções de processo e de figuração, sobretudo porque foi um autor que realizou estudos específicos sobre o universo dos esportes, em particular, o futebol. Entendemos os esportes modernos como parte do longo processo de civilização, sobretudo em seus aspectos de pacificação das condutas. O fato da noção de processo de civilização ter sido elaborada no estudo da sociedade de corte, no antigo regime, não significa que

seja específica desse tipo de formação social com suas ideias centrais de polidez e civilidade; ao contrário, nas sociedades modernas, esse processo ganha outros contornos, ao mesmo tempo em que sobre inúmeros reveses nas suas tantas escaladas de espirais de violência, como aquelas que marcaram o século XX. Os esportes modernos, simulando combates e disputas agônicas, foram um palco de elaboração de padrões coletivos, que substituíram o *habitus* cavalheiresco, centrado na honra e na cortesia. Na escalada da urbanização e da industrialização, os esportes operaram, na escala das massas que os praticaram, que os aplaudiram e neles sublimaram, pulsões agressivas. Quanto à noção de figuração, pode-se dizer que ela é um instrumento implícito neste trabalho, mais como uma inspiração. *Incluídos e outsiders* é um modelo de figuração. Quais são os âmbitos de inclusão no mundo do futebol? O que é necessário para que ela aconteça? Para ser atleta do time principal é uma coisa, para ser torcedor de torcida organizada é outra, para ser dirigente do clube ainda outra. Neste trabalho, o foco esteve nas camadas dirigentes, tentamos entendê-las como figurações, maleáveis em alguns aspectos, muito rígidas em outros.

De Bourdieu, lançamos mão das noções de campo e de *habitus*, que são outras maneiras de dizer o que vimos com Elias, mas aproveitamos, sobretudo, as noções derivadas das primeiras que dizem respeito aos capitais, sobretudo o capital simbólico que está em disputa em todos os níveis do futebol, campo no qual, além dos jogos, ganha-se dinheiro, ganha-se poder, ganham-se cargos e prebendas, ganham-se eleições. Tentamos, no trabalho, desenhar uma estrutura do campo das práticas subsidiárias do futebol, em particular do campo político dos clubes de futebol, que envolve um grande número de atores.

No decorrer da pesquisa, outras leituras foram incluídas e transformadas em hipóteses analíticas importantes. A partir dos estudos de Cláudio Couto (2017) sobre os processos de oligarquização no âmbito das camadas dirigentes dos clubes de futebol, entramos em contato com as obras de Michels e de Bottomore. A partir de então, uma das perguntas mais importantes que passaram a conduzir a pesquisa foi aquela elaborada por Michels no estudo dos partidos e sindicatos das sociedades modernas, aquela que gerou a ideia de “lei de ferro da oligarquia”, que se estabelece nos processos políticos nos quais os dirigentes dominam de tal forma os poderes para os quais foram eleitos a ponto de

permanecerem indefinidamente na posição de mando. Os estudos de Bottomore sobre a formação, a interação e a circulação de elites completaram o quadro teórico da pesquisa.

Fazemos um grande uso de referenciais teóricos em toda a tese, e, sobretudo, nos dois primeiros capítulos, mas é importante destacar que este não é um trabalho teórico, o que demandaria muito mais tempo de estudo e elaboração. As teorias foram mobilizadas em função do objeto e dos problemas que a pesquisa foi abrindo em seu desenvolvimento e estão quase sempre diretamente referidas a eles.

Estrutura

No primeiro capítulo deste trabalho, é abordada a questão da delegação do poder em instituições de representação política, como ocorre em boa parte dos grandes clubes do futebol brasileiro. Em tais instituições esportivas, o modelo burocrático adotado pode propiciar a captura do poder por um grupo minoritário que constitui uma elite encastelada no cerne da instituição. Esses grupos se apoderam do poder e o exercem em benefício próprio em detrimento da maioria eleitora.

No transcorrer do segundo capítulo desta pesquisa, tratamos da incubação do profissionalismo na estrutura administrativa nos grandes clubes do futebol, sendo esta abordada como uma ferramenta que legitimou a apropriação do poder em instituições esportivas por um grupo funcional de burocratas. Sob o argumento de deter o conhecimento técnico necessário ao bom funcionamento da organização esportiva, os profissionais remunerados pelo exercício da função travam uma disputa simbólica por posições estratégicas no campo burocrático político dos clubes com dirigentes esportivos considerados amadores.

O terceiro capítulo deste trabalho é a exposição do estudo de caso do Santos Futebol Clube. O tradicional clube do futebol brasileiro apresenta características comuns às demais agremiações esportivas, assim como também é possuidor de especificidades que o distinguem de outras agremiações de futebol. Dessa maneira, este trabalho relacionou os fatos presentes na estrutura

política profissional do Santos com outros fenômenos igualmente estudados em outros grandes clubes de futebol.

O quarto capítulo deste trabalho enfoca as questões relativas à disputa pelo poder travada no campo político de um grande clube de futebol. Busca-se explicar as similitudes e diferenças entre os grupos constituídos, sobretudo por sócios que pleiteiam um cargo eletivo ou ocupar postos remunerados na estrutura profissional da instituição.

Por fim, fecha-se este trabalho com as conclusões finais obtidas a partir da interpretação da pesquisa realizada no âmbito geral, como também uma série de recomendações aos pesquisadores de campo para a realização de futuras pesquisas na área das ciências sociais enfocando os clubes e suas camadas dirigentes.

CAPÍTULO I – A CENTRALIZAÇÃO DO PODER NOS CLUBES DE FUTEBOL

1.1 A GÊNESE DOS CLUBES ESPORTIVOS NO BRASIL

O futebol representa muito mais do que uma mera prática esportiva de origem britânica que se espalhou pelo mundo. Constituído no ventre da revolução industrial, o futebol se configurou como importante ferramenta na pacificação das condutas das mais variadas camadas sociais que foram sendo agregadas e reproduzidas no mundo urbano em processo de metropolização. Um novo modo de viver em sociedade estava se formando em passos acelerados, e o futebol, assim como outros esportes modernos inventados nas últimas décadas do século XIX, teve um papel relevante no ordenamento das rotinas cotidianas.

Como jogo coletivo, tem um aspecto lúdico, mas simultaneamente disciplinador. É uma diversão e, ao mesmo tempo, um laboratório de relações cooperativas entre atletas em busca de um fim comum, enfrentando grupos rivais em um campo delimitado, por um tempo determinado. E todos submetidos a regras claras e simples, que demandam compromisso, treino, divisão de tarefas e coordenação de ações.

Como um conjunto de técnicas corporais adquiridas e reproduzidas socialmente na adolescência (Mauss, 1974, p. 224), o futebol habilita o atleta para o jogo, mas se constitui em um ganho permanente, um *habitus*, pois prepara física, psicológica e socialmente os indivíduos que as praticam para outros desafios, porque “[...] têm por fim ensinar o sangue frio, a resistência, a seriedade, a presença de espírito, a dignidade, etc.” (*Idem*, p. 232).

Pode-se dizer que o esporte devidamente disciplinado convergia com os interesses tanto do capital como dos pedagogos, que passaram a vê-lo como ferramenta de produtividade e de domesticação das condutas. Pode-se dizer também que, além de servir de válvula de escape de uma sociedade na qual a fábrica, com todos os seus constrangimentos, era um lugar central, atendia à formatação dos valores burgueses. Sua prática pela classe trabalhadora

propagava a competitividade dentro de normas preestabelecidas, além de ensiná-los a conviver com as frustrações impostas pela vida (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Não pretendemos dizer o contrário, mas apenas matizar raciocínios unicausais. Preferimos dizer que entre tantas construções da sociedade moderna, o futebol é um evento estruturado que é homólogo a outras tantas instituições da sociedade burguesa, na qual os jogos estão por toda parte. No âmbito da política, na luta entre os partidos; no âmbito do mercado, na concorrência entre as empresas; no âmbito da religião, quando a laicização do Estado e a secularização da sociedade, induz à disputa entre as igrejas na oferta de bens de salvação (Bourdieu, 1999). Como os Estados, os times têm suas bandeiras, seus “exércitos”; como as nações, os times são “comunidades imaginadas” (Anderson, 2011), que precisam apenas de um conjunto limitado de símbolos para produzirem o sentido de união.

Em um primeiro momento, o futebol foi introduzido no Brasil como instrumento pedagógico nas escolas das classes dominantes. Essas instituições serviram como vetor no processo de transferência cultural da prática dos esportes para o novo modelo de sociedade urbana industrializada que se iniciava.

Concomitantemente ao processo de disseminação nas escolas das elites, as grandes cidades brasileiras cresciam em um ritmo desordenado. Após a abolição da escravatura, um grande contingente de pessoas migrou das zonas rurais para os grandes centros atrás de oportunidades de trabalho. O Rio de Janeiro, a então capital da República, assistiu sua população mais que dobrar entre os anos de 1890 e 1920, quando a cidade passou de 522.651 para 1.157.873 habitantes – a cidade de São Paulo nesse mesmo período saltou de 64.934 para 579.033.[1]

[1]Sítio IBGE 2010, Sinopse do Censo demográfico 2010 - Brasil. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00 >. Acesso em 03 set. 2015.

Uma grande parcela dessas pessoas era composta principalmente por negros, mestiços e também por brancos pobres de origem europeia, que se amontoavam em cortiços insalubres e violentos na área central e portuária da capital federal da época. Esse crescimento populacional desordenado levou o Rio de Janeiro a atingir índices alarmantes de doenças, tais como a tuberculose, dengue e febre amarela.

Diante desse quadro, visando “modernizar” o Rio de Janeiro e livrá-lo da “degeneração racial”, o então Presidente da República Rodrigues Alves (1902-1906) determina uma nova política urbana de natureza higienista, que estabelecia a abertura de amplos espaços públicos, onde antes existiam ruas estreitas, becos mal iluminados e cortiços infestados de doenças e degeneração moral, como alguns pregoavam (AQUINO, 2002).

O modelo de reforma urbana denominada *Belle Époque,* aplicada na então capital da Velha República*,* deveria servir de paradigma para as demais cidades brasileiras. O Brasil deveria incorporar em seu sistema cultural um conjunto de “europeísmos”, que seriam destinados a marcar o imaginário e a memória coletiva (FREYRE, 2004).

A nova política estabelecia um novo padrão social não só na esfera estética urbana, mas também pretendia influenciar a conduta dos indivíduos, criando um novo *habitus* na população que pretendesse usar os recém-abertos espaços públicos. Os homens, seguindo o modelo Francês ou Inglês, deveriam trajar-se adequadamente como um cavalheiro, assim como estavam proibidas as rodas de capoeira dos negros.

Dessa maneira, o futebol começou a difundir-se pelos novos espaços públicos distribuídos pelas regiões centrais nas grandes cidades. Em um primeiro momento, a prática atraiu principalmente os jovens da elite que se organizavam em clubes e escolas ligadas às colônias de imigrantes, como também o meio industrial dominado pela aristocracia de origem europeia (HELAL, 2007).

Não era somente o futebol que despertava o interesse dos jovens ricos, mas sim toda forma de atividade física que pudesse valorizar os ideais da

burguesia. Os praticantes constituíram organizações com objetivos específicos para a prática esportiva devidamente normatizada e organizada: as instituições esportivas ou simplesmente os clubes.

No Brasil, os clubes esportivos constituíam-se em organizações restritivas de formação do caráter competitivo, lazer e estreitamento dos laços de solidariedade, sendo estes elementos distintivos da pretensa superioridade da burguesia. Almejava-se, entre outras coisas, o distanciamento dos demais setores da sociedade brasileira.

Dessa maneira, o futebol quando chegou ao Brasil, representava um código específico, inicialmente inteligível somente aos indivíduos pertencentes ao estamento dominante da sociedade. Os jovens de famílias mais abastadas, que frequentavam boas escolas, tanto no Brasil como no exterior, eram detentores dos segredos da modalidade.

Nos primeiros anos no Brasil, o futebol era uma prática quase exclusiva dos jovens pertencentes à elite brasileira, que defendiam não somente a prática esportiva, como o estilo de vida que os distinguiam dos demais estratos sociais.

Juntos, os elementos tirados dessa obsessão do novo esporte pela Inglaterra compunham um quadro que ia dando ao futebol um perfil ainda mais claro. Se os primeiros sócios do Fluminense já tinham definido para ele a marca do refinamento, os entusiastas do jogo iam, com o tempo, sofisticando sua imagem: criando uma terminologia própria, definindo códigos de conduta compartilhados e concretizando, por meio de seus uniformes importados, a aparência refinada que pretendiam assumir, reforçando a imagem restritiva e excludente do jogo – que garantiria, aos seus poucos praticantes, o papel de vanguarda da civilização (PEREIRA, 2000, p. 40).

Assim como ocorreu com o futebol, uma determinada prática esportiva possui uma dimensão que pode transfigurá-la em elemento distintivo de classe social. Posto dessa maneira, o esporte passa a integrar o *habitus* de um indivíduo, ou grupo de indivíduos, distinguindo-o dos demais de uma mesma sociedade. Entretanto, tal condição sociológica não é imutável ao transcorrer do tempo. Podemos observar, em uma mesma sociedade, determinada prática ou

consumo de determinado produto, antes exclusivo de uma classe, ser apropriada por outra após certo tempo. Essa visão crítica à abordagem substancialista, que entre outras coisas visava converter certas práticas e disposições de consumo em propriedades substanciais estreitamente vinculadas às características intrínsecas dos indivíduos e seus grupos, foi proposta por Bourdieu.

> O tênis ou o golfe já não são, atualmente, tão exclusivamente associados às posições dominantes como eram antigamente. Objeção quase tão séria como a que consistiria em me contrapor ao fato de que os esportes nobres, como a equitação e a esgrima (ou, no Japão, as artes marciais), já não são o apanágio dos nobres como foram de início. Uma prática inicialmente nobre pode ser abandonada pelos nobres – e isso ocorre com frequência – tão logo seja adotada por uma fração crescente da burguesia e da pequena-burguesia, e logo das classes populares (isso ocorreu na França com o boxe, muito praticado pelos aristocratas franceses no final do século XIX); inversamente, uma prática inicialmente popular pode ser retomada em algum momento pelos nobres. (BOURDIEU, 2008, p.17)

Pierre Bourdieu propõe aos pesquisadores sociais o uso de um modelo que permita prevenir contra uma leitura substancialista. Dessa maneira, ele elaborou um diagrama de “espaço das posições sociais e dos estilos de vida” (*La distinction*), que nos será de muita valia no capítulo posterior deste trabalho, quando abordaremos com mais profundidade a classe dirigente do futebol brasileiro.

Desse modo, conforme modelo proposto por Bourdieu, observamos, nos primeiros clubes de elite constituídos no Brasil, a total exclusão de pobres, negros e mestiços. Entretanto, apesar da restrição inicialmente imposta aos excluídos do esporte, esses jogavam futebol em agremiações proletárias sem a ostentação dos uniformes importados, sendo essas indumentárias objetos demarcatórios de uma classe social. Essa camada de jogadores de futebol trocava sua prática futebolística por recompensa financeira. Com o transcorrer do tempo e com a evolução dos meios de comunicação de massa, alguns clubes tradicionais das grandes cidades, nascidos na classe dominante, foram conquistando a preferência dos trabalhadores.

A prática do futebol não demorou a contagiar as camadas menos favorecidas da população brasileira. O esporte que nascera branco, opulento e

dentro de clubes aristocráticos das grandes cidades industrializadas, passa a ter também uma identidade popular, quando negros e mestiços se organizam, de maneira precária, em agremiações, em um "[...] movimento que chegaria a bairros mais afastados, gerando o surgimento de clubes [...] compostos por moradores do local que esperavam ter neles um ponto de diversões" (PEREIRA, 2000, p. 56).

Enquanto os brancos e ricos jogavam nos clubes elegantes, ostentando equipamentos esportivos sofisticados e caros, os negros e pobres jogavam entre si com material esportivo velho e improvisado. Porém a agilidade e a criatividade dos dribles por parte dos menos favorecidos despertavam o interesse das equipes populares recém-formadas, que buscavam alternativas criativas para remunerar esses jogadores, sendo que tal prática era mal vista pela elite que pregoava o amadorismo.

O futebol encontrou solo fértil no decorrer das duas primeiras décadas do século XX. Os clubes constituídos para a prática esportiva também se multiplicavam, assim como o número de sócios dispostos a contribuir com a manutenção da prática do futebol. Cada clube possuía seu perfil de sócio definido, tendo como limítrofes a configuração da condição social, origem étnica, geográfica ou ocupação profissional do quadro associativo.

Apesar das diferenças étnicas perceptíveis dos sócios, os clubes de futebol tanto da elite quanto da classe operária traziam outra similaridade além da prática futebolística. Os principais ideais da democracia representativa burguesa se fazem presentes no cerne dessas organizações esportivas até o período pós-moderno.

1.2 O CLUBE COMO ORGANIZAÇÃO POLÍTICA BUROCRÁTICA

A constituição burocrática de clubes que exercem a função de espaço social restritivo para a congregação de indivíduos pertencentes a um determinado grupo social está relacionada ao processo civilizatório ocorrido na Grã-Bretanha, conforme proposto no trabalho de Norbert Elias. A teoria elisiana associou o surgimento de clubes e associações, bem como a realização de

eventos esportivos, à efetividade do Estado Britânico, obtida a partir da aceitação da legitimidade do monopólio da violência, que reduziu sensivelmente a ocorrência de atos violentos com desdobramentos políticos sociais ao longo dos séculos XVII e XVIII. Tal particularidade da Inglaterra se contrapunha à situação da França, onde predominava o absolutismo e a vigilância sobre a classe guerreira, conforme citação do sociólogo Eric Dunning:

> Os aristocratas e cavaleiros ingleses não eram obrigados a frequentar a corte real como seus pares franceses. Tampouco estavam sujeitos a serem vigiados e espionados na mesma medida que ocorria nas cortes absolutistas. A liberdade de associação que lhes era assegurada foi de importância crucial para o desenvolvimento do esporte moderno: o que permitiu à aristocracia e à pequena nobreza que formassem clubes e associações independentes. Também lhes era permitido organizar grandes reuniões em seus domínios. Grandes assembleias convocadas com finalidades esportivas não eram vistas como ameaça pelos monarcas e seus ministros. (DUNNING, 2014, p. 177).

Os clubes possuem, desde sua origem, uma constituição estatutária baseada no modelo de representação política, na qual associados delegam poderes a uma camada de dirigentes escolhidos por meio do sufrágio. Tais ocorrências serão estudadas na presente pesquisa.

O formato de representação política, calcado em um processo de disputa eleitoral entre grupos de associados de uma agremiação que buscam o exercício e a manutenção do poder também pode ser observado em outro tipo de instituição intrinsecamente ligada ao futebol - as torcidas organizadas de futebol (PIMENTA, 1997).

O esporte e a política não são fatos sociais descolados entre si. Ambos surgiram como parte do mesmo contexto do processo civilizatório e foram alternativas de não enfrentamento físico, a fim de evitar restrições recíprocas entre grupos antagônicos com histórico de conflitos. Dessa maneira, tanto o esporte como a política convergem com o objetivo de controlar a violência desregrada. Nesse sentido, o regime parlamentar apresenta algumas similaridades com os jogos desportivos.

> Foi nesse contexto, de uma sociedade cada vez mais pacificada e submetida a formas sempre mais efetivas de governo

> parlamentar, que, de acordo com Elias, começaram a surgir formas reconhecidamente modernas de prática esportiva, baseadas em regras escritas e em procedimentos mais efetivos de controle (DUNNING, 2014, p.178).

Diante do exposto, concluímos que o esporte está intrinsecamente ligado aos interesses de uma coletividade solidária unida em torno do jogo, no qual predomina uma divisão do trabalho, seja essa no campo esportivo com seus praticantes, seja na organização dos clubes que adotaram uma gestão com princípios burocráticos. A burocracia possui a propriedade de transformar um grupo de pessoas com objetivo comum em organização societária regulamentada, como a presença de níveis hierárquicos definidos. “A burocracia é o meio de transformar uma ação comunitária em ação societária racionalmente ordenada” (WEBER, 1974, p. 264).

Para Weber, quanto maior e mais importante fosse um Estado, ou este tendesse a ser, maior seria também a complexidade das tarefas internas necessárias ao seu pleno funcionamento, sendo essas as condições perfeitas para a ocorrência de uma burocratização. “No campo da política, o grande estado e o partido de massa constituem o terreno clássico para a burocratização” (WEBER, 1974, p. 243).

O modelo burocrático ideal de Weber seria caracterizado pela eficiência, velocidade, clareza e domínios técnicos, sobretudo na forma monocrática de tomada de decisão e na hierarquização rigorosa do poder. Aponta Weber que a gênese da moderna burocratização seria atender às necessidades dos exércitos da Antiguidade envolvidos em processos de expansão e manutenção territorial. Weber emprega a expressão “exércitos burocráticos” a esses modelos. Portanto, a cultura da burocratização surge como ferramenta de controle absoluto e dominação eficaz empregada por um estado conquistador e militarizado. Entretanto a burocracia moderna seria orientada pelo processo complexo advindo da civilização:

> Como dissemos antes, a tendência burocrática foi principalmente influenciada pelas necessidades oriundas da criação de exércitos permanentes, determinada pela política do poder e pelo desenvolvimento das finanças públicas ligadas ao estabelecimento militar. No Estado moderno, a crescente exigência à administração baseia-se na crescente complexidade

> da civilização e no impulso no sentido da burocratização (WEBER, 1974, p. 247).

Portanto, a organização por meio do modelo burocrático descrito por Weber é um sistema ordenado utilizado como meio para atingir os objetivos organizacionais com o menor emprego de capital possível, sendo esses objetivos intrinsecamente ligados à expansão e manutenção do poder e do capital.

Influenciado por Weber, Michels ressalta a importância da organização burocrática para a expansão das instituições representativas do operariado, que somente seria possível pela conscientização de toda a classe. “A importância e influência da classe operária estão na razão direta de seu número. O princípio de organização deve ser considerado como a condição absoluta da luta política conduzida pelas massas” (MICHELS, 1969, p. 8).

Embora Michels divirja, em sua obra, de pontos fundamentais do pensamento marxista, o ponto de partida de sociologia dos partidos reafirma a relevância da disseminação do conceito de consciência da classe proposto por Marx. Seria essa a condição essencial na luta da classe proletária. O pensamento de Michels propõe como modelo de materialização da consciência de classe a aglutinação dos indivíduos em organizações representativas da categoria e, sobretudo por meio da associação dos sindicatos dos trabalhadores e da filiação do proletariado aos partidos democráticos.

Apesar dos esforços em consolidar a conscientização dos proletariados, observamos, no recorte temporal coberto por Michels, a diminuta adesão da classe diante do volume total dos trabalhadores. Portanto, a elevação do número de associados seria o objetivo constante de partidos e sindicatos em busca de consolidação e recursos financeiros, sendo esta uma função econômica de viés político de uma organização política.

> [...] Não é exagero afirmar que entre os cidadãos dotados de direitos políticos, o número dos que realmente se interessam pelos assuntos públicos é insignificante. Na maioria dos indivíduos, é muito pouco desenvolvida a consciência das íntimas relações existentes entre o bem individual e o bem coletivo. [...] Apenas uma minoria, e por vezes minoria

> insignificante, toma parte das decisões do partido (MICHELS, 1969, p. 27).

Considerando as dificuldades encontradas por um clube em convencer seus torcedores e convertê-los à categoria de sócio contribuinte, encontramos uma condição análoga à relatada por Michels. A conscientização dos torcedores também é desejo das organizações esportivas. O grande desafio dos clubes, além das vitórias no campo esportivo, consiste em transformar sua massa de torcedores em consumidores associados [2] sem, no entanto, compartilhar o poder com eles.

Se para os partidos e sindicatos, um maior número de filiados e militantes é proporcional à força da categoria na luta dos seus próprios interesses, para os clubes e torcidas organizadas, o aumento dos sócios proporciona ganhos de capital econômico e simbólico, e conseguintemente uma maior força na disputa pelo poder.

Portanto, a conquista de maior número de filiados representa uma maior receita para a organização, seja esta esportiva, seja partidária/sindical. Entretanto um maior número de associados representa um maior número de eleitores com direito a voto nas eleições. Michels destaca que algumas organizações operárias, quando atingem determinado nível de sócios e receitas, passam a adotar uma estratégia reversa com o objetivo de diferenciar-se da grande massa.

> Os sindicatos, quando se tornam grandes e ricos, não mais procuram ampliar suas fileiras com o recrutamento de novos membros. Eles tornam, ao contrário, cada vez mais difíceis as condições de admissão, exigindo a apresentação de um certificado de aprendizagem profissional regular, etc.
> Com todas as medidas, obstáculos reais à sua própria ampliação pretendem isolar-se, tanto quanto possível do resto da massa operária e obter privilégios dos quais sejam os únicos beneficiários. (MICHELS, 1969, p. 173-174).

Com a finalidade de evitar tal questão, alguns clubes do futebol brasileiro desenvolveram diferentes categorias de associados. Regulamentada por lei específica, os clubes criaram a categoria de sócio sem direito a voto no processo

---

[2] Globo Esporte de 27/01/2015 “ a mina de ouro na torcida: como os sócios podem enriquecer seus clube”. Site: <http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2015/01/mina-de-ouro-na-torcida-como-os-socios-podem-enriquecer-seus-clubes.html>. Acesso em 03 set.2015.

eleitoral. Constitui-se assim um sócio de segunda categoria, ou sócio torcedor[3]. O sócio torcedor recebe benefícios tangíveis (camisas autografadas e produtos alusivos ao clube) e serviços exclusivos na compra de ingressos. Entretanto não possui o direito de votar, tampouco de candidatar-se a cargos eletivos.

Embora tenha sido instituída por meio de Lei Federal e esteja prevista no código de defesa do torcedor promulgado no ano de 2003, a questão do sócio torcedor é mais antiga. Foi uma propositura da torcida organizada Gaviões da Fiel com objetivo de democratizar o futebol no Corinthians, uma vez que esse tipo de torcedor pagaria uma mensalidade de valores relativamente mais baixos, além de possuir direito a voto nas eleições do clube. A proposta foi incorporada ao programa da chapa Revolução Corintiana, que venceu as eleições do Corinthians em 1971, embora nunca tenha sido colocada em prática, pois o candidato eleito Miguel Martinez foi destituído após manobra política orquestrada por Vicente Matheus:

O voo dos Gaviões descortinava horizontes mais amplos do que aqueles nos quais o jornalismo esportivo gostaria de confinar a imaginação criadora dos torcedores. Por certo, pretendia-se acompanhar o alvinegro por todos os cantos e em todas as ocasiões, mas desejava-se também democratizar a vida política do clube. Produto dessa exigência, em 1971 a Revolução Corinthiana, chapa de oposição ao presidente Wadih Helu, inscrevera no estatuto do clube a categoria do sócio-torcedor. [...] “Será instituída esta categoria, com mensalidade pequena (não mais de 20% do salário mínimo vigente em São Paulo. Estes sócios terão, unicamente, direito a voto. (FLORENZANO, 2010, p. 414).

1. 3 A DELEGAÇÃO DO PODER

Ainda em diálogo com Michels, que diagnostica a existência de uma elite incubada no cerne da estrutura funcional dos partidos e sindicatos na Europa ocidental, cabe verificar como se forma a camada dos “chefes”, na linguagem do autor, nos clubes de futebol.

3 A categoria de sócio-torcedor está prevista na Lei Federal 10.671/03 (estatuto de defesa do torcedor).

Michels aborda a questão da necessidade de implantar um modelo de organização funcional, sobretudo nas instituições comprometidas com a causa democrática. A vitória na luta desigual entre operários e as forças da burguesia somente seria possível por meio da implantação de uma organização racional no ventre da classe proletária com o intuito de estabelecer uma sociedade socialista.

Os clubes de futebol, assim como os partidos políticos e sindicados, padecem com a impossibilidade de seus membros (associados e operários) exercerem diretamente o poder decisório em suas respectivas organizações. Dessa forma, ocorre naturalmente a transferência do poder aos delegados e dirigentes eleitos em processos eleitorais.

O processo de delegação do poder no futebol não fica circunscrito somente aos clubes, confederações e federações que organizam a prática do esporte. Os processos eleitorais igualmente ocorrem nas torcidas organizadas, assim como a existência de um grupo minoritário que constitui uma elite incrustada no cerne da organização burocrática.

A eleição aos cargos disponíveis nessa organização acontece, via de regra, de dois em dois anos; contudo, a estrutura desenvolvida dificulta a participação do associado no processo de escolha de cargos, em razão do receio existente entre os fundadores das “torcidas” de que haja um desvio de finalidades, culminando na degeneração do poder constituído e dos benefícios econômicos que esse poder pode proporcionar (PIMENTA, 1997, p. 78).

Michels justifica a delegação do poder das massas em razão das dificuldades de organizar assembleias deliberativas com todos os membros a fim de dissecar os assuntos pertinentes ao coletivo. Outro aspecto que corrobora o argumento consiste no fato de as multidões compelirem o indivíduo a um tipo de aglomeração difusa, tornando impraticável o aprofundamento da pauta discutida. “Esse é um fato incontestável. É uma das manifestações da patologia da multidão. A multidão anula o indivíduo e, com ele sua personalidade e seu sentimento de responsabilidade” (MICHELS, 1969, p. 10).

O paradoxo dos partidos de viés democrático, trazido à luz por Michels, nasce na dicotomia entre o pensamento da representatividade política contraposto ao conceito de democracia participativa. O dilema fundamenta-se em converter a vontade das massas proletárias em ação política no cenário do jogo legislativo, como também o é na conversão da vontade dos associados nas decisões dos clubes de futebol. Faz-se assim necessário instituir a figura do delegado do poder.

Em uma organização democrática, os principais cargos devem ser eleitos. Os agentes incumbidos de executarem a vontade do coletivo desempenham um papel subordinado às massas e são passíveis de demissão a qualquer momento (MICHELS, 1969).

1.4 A ELITE E O ESPORTE

O esporte como produto normatizado no âmbito da busca por resultados possui como princípio explícito comparar a performance e a classificação dos participantes da contenda. A forma de competição esportiva oficial não tem outro objetivo a não ser elencar e enaltecer os melhores nas suas respectivas categorias.

Como observado anteriormente, os clubes foram constituídos com o propósito de estabelecer territórios entre as classes e distinguir simbolicamente seus integrantes. Portanto, a subordinação aos melhores constituídos como elite permeia o esporte em todas as suas esferas, indo além do óbvio que envolve o jogo e os atletas, como também os atores sociais que compõem outros campos inseridos no espaço social do futebol. Desde suas origens mais remotas, o esporte está relacionado às elites.

De certa forma, o que aconteceu no Brasil na primeira metade do século XX foi a aclimatação de tendências no âmbito do esporte que, na Europa, eram observadas desde o fim do século XIX. A configuração elite/massas nas práticas esportivas foi experimentada em vários âmbitos, mas é notável como ela começou a ganhar nitidez no âmbito das instituições de ensino superior, orientadas para a formação de quadros dirigentes para atuarem em todos os

campos da sociedade e do Estado que se diferenciavam de forma cada vez mais complexa.

A expansão do ensino superior na Grã-Bretanha foi acompanhada da formação dos grêmios estudantis que, dentro da universidade, já tinham por objetivo recrutar aqueles dotados de maior capital social para distingui-los dos estudantes comuns. Essas associações de estudantes da elite foram constituídas, entre outras coisas, para a prática esportiva, sendo que alguns desses contribuíram para a organização das primeiras ligas esportivas da Europa (DAMO, 2002).

Weber relacionou, de maneira sucinta, o surgimento na Grã-Bretanha dos clubes esportivos e sociais como uma forma moderna de agrupar indivíduos pertencentes a uma mesma elite para o exercício burocrático do poder. Na Alemanha, Weber identificou a ocorrência de fenômeno da mesma natureza, sendo esses chamados por ele de “grupos duelistas” - e assim como ocorreu na Inglaterra, tais grupos foram constituídos em escolas que reuniam os resíduos da nobreza feudal. As universidades eram consideradas por Weber como celeiros de burocratas profissionais, conforme abordaremos mais adiante.

> Quando ouvimos, de todos os lados, a exigência de uma adoção de currículos regulares e exames especiais, a razão disso é, decerto, não uma sede de educação surgida subitamente, mas o desejo de restringir a oferta dessas posições e sua monopolização pelos donos dos títulos educacionais. [...] A exigência de um estilo de vida cavalheiresco na antiga qualificação feudal na Alemanha é substituída pela necessidade de participar em sua presente forma rudimentar, tal como representada pelos grupos duelistas nas universidades que também distribuem os diplomas. Nos países anglo-saxões, os clubes atléticos e sociais realizam a mesma função (WEBER, 1974, p. 279).

As práticas dos grupos duelistas dos universitários na Alemanha pré-capitalista, que perduram durante todo o século XIX, foram igualmente analisadas por Norbert Elias. Assim como Weber, Norbert Elias joga luz sobre a estratificação da sociedade alemã a partir da ocupação dos indivíduos que compunham esta sociedade no período de transição compreendido entre os séculos XIX e XX. Em uma Alemanha envolta em um processo de unificação, as confrarias estudantis, assim como o tradicional exército prussiano, eram

instituições integradoras da cultura germânica e conservavam os valores tradicionais da “verdadeira Alemanha”.

Os grupos de duelistas estudantis, ou clubes de ginástica, constituíam um elemento residual de um feudalismo resiliente ainda presente na Alemanha. Ambas as instituições exerciam a função de alimentar o estamento dominante do país. Elias relacionou o contexto desse recorte histórico a um período de violência: “Segundo Elias, a unificação da Alemanha envolveu, portanto, uma ‘brutalização’ de setores de elite e classe média” (DUNNING, 2014, p.118).

Um detalhe que corrobora a teoria de Elias foi a constatação do uso de luvas, ou “amortecedores”, pelos lutadores ingleses nesse período. O emprego desses acessórios tinha como objetivo evitar marcas profundas nas faces dos duelistas – entretanto, seus pares alemães se recusavam a usar o equipamento, uma vez que as cicatrizes tinham um valor simbólico na sociedade alemã.

As elites, na Alemanha dos tempos dos *Kaisers,* não estavam diretamente associadas à concentração de capital, assim como ocorria com a classe burguesa na Inglaterra no mesmo recorte histórico. A ancestralidade era uma condição preponderante para o indivíduo ter acesso ao *establishment* dos círculos sociais alemães. “Tornar-se membro de uma fraternidade se tornou precondição para ser *satisfacionário* – digno de ser desafiado para um duelo – e assim ser admitido às “altas sociedades” locais por todo o segundo Reich (DUNNING, 2014, p.118).

Em uma Alemanha envolta em um processo de unificação, as confrarias estudantis, assim como o tradicional exército prussiano, eram instituições integradoras da cultura germânica e conservavam os valores tradicionais da “verdadeira Alemanha”. Os grupos duelistas estudantis, ou clubes de ginástica constituíam um elemento residual de um feudalismo ainda presente na Alemanha e exerciam a função de alimentar o estamento dominante do país.

> A filiação numa tal associação estudantil identificava-o em todo império *(Reich)* como um de “nós”, para os membros das várias instituições locais, alguém cujo sentimento de conduta era fiel a um código específico e característico das classes altas alemãs da época. (ELIAS, 1997, p. 56).

Mas nem na Alemanha guilhermina, nem na Inglaterra vitoriana, esses esportes ficaram restritos às camadas dominantes formadas nas universidades; pouco a pouco deslizaram socialmente para as camadas inferiores, que deram a eles outros contornos com o advento da sociedade de massas e a transformação dos esportes em espetáculo público.

No caso do Brasil, a universidade não teve esse papel, mesmo porque, à exceção dos cursos superiores de direito, medicina e das escolas militares, que se orientaram para a engenharia, as universidades foram criadas na década de 1930, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nas faculdades de Direito, em Recife e São Paulo, grêmios estudantis tiveram papel semelhante aos da Europa, mas não se destacaram pelas práticas esportivas, que tinham um caráter residual. Conforme narra Ernani da Silva Bruno (1991, II, p. 801), em meados do século XIX, esteve em voga, na Academia do Largo de São Francisco, o jogo do florete e do sabre, introduzido por um mestre de armas francês, mas para os estudantes era uma atividade entre outras, como a ginástica, o jogo da malha, a bocha, o bilhar, as corridas de cavalo. No fim do século XIX, os ingleses introduziram o *cricket* e depois o futebol, e na mesma época vieram o ciclismo e a canoagem (BRUNO, 1991, III, p. 1217). Mas foi, sobretudo, nos clubes de lazer e sociabilidade das camadas dominantes, alguns deles congregando elites estrangeiras radicadas no país, que os esportes modernos, inclusive o futebol, foram aqui aclimatados, inicialmente com o caráter de práticas distintivas. O exemplo mais destacado foi o São Paulo Athletic Club (SPAC), fundado em 1888 por ingleses radicados em São Paulo, muitos deles engenheiros ligados às companhias de estradas de ferro, que tiveram seu auge na época. O SPAC é sempre lembrado, porque teve entre seus fundadores Charles Miller, um inglês nascido no Brás, mas formado em Southhampton, na Inglaterra (cf. SPAC), e que é popularmente conhecido como o introdutor do jogo no Brasil.

O que é perceptível, no caso específico do futebol, é que até a década de 1930, como já vimos, processa-se a bifurcação do futebol no espaço social brasileiro, com o deslizamento da prática esportiva para as camadas populares. No período, conforme o futebol se populariza e os clubes ganham visibilidade, começa a se colocar o problema da profissionalização.

O futebol, do início do século até o seu primeiro impulso no sentido da especialização e profissionalização, cujo marco histórico pontual no Brasil é 1933, estimulou uma disputa entre o profissionalismo e o amadorismo que, no plano de sociabilidade esportiva, traduziu-se nos usos distintos deste esporte como elemento de diferenciação de modos de vida, sobretudo em metrópoles emergentes tais como a capital paulista. Mas não somente nela, uma vez que a reivindicação do futebol como atividade distintiva de modos de vida, voltada para o adestramento físico e moral das elites, foi observada em outras cidades brasileiras, sobretudo no Rio de Janeiro, então capital federal (TOLEDO, 1999, p. 145-147).

Entre as práticas amadoras das elites e a tendência à profissionalização nas camadas inferiores, o que se vê é o declínio das primeiras e a ascensão das segundas. Mas uma outra elite acaba por se formar no processo, não mais aquela de pretensões aristocráticas, que fazia do esporte um estilo de vida distinto, mas as elites dominantes dos clubes, que começam a ganhar o estatuto de grandes organizações.

O termo elite é empregado em larga escala por todos os envolvidos com o esporte. Expressões como “clubes de elite”, “a elite do futebol”, “jogadores de elite” são exemplos do uso constante do termo empregado pelos canais de comunicação e público em geral. Observamos a presença de grupos considerados como pertencentes a uma elite até mesmo entre os diversos tipos de torcedores organizados que frequentam as arquibancadas dos estádios de futebol no Brasil.

O acesso de um membro comum a cargos diretivos nas torcidas está condicionado a sua participação no grupo de elite que dá suporte à organização; caso contrário, permanecerá na situação de sócio e mero frequentador das arquibancadas. A chegada do torcedor ao grupo de elite requer conhecimento da história, do passado, dos códigos emitidos e ainda uma dedicação quase exclusiva aos interesses defendidos (PIMENTA, 1997, p. 78).

O senso comum atribui ao conceito – elite - o sinônimo de melhor em comparação aos demais enquadrados em uma mesma categoria. O termo surgiu

para designar produtos de qualidade excepcional e posteriormente associado à nobreza, conforme citação de Bottomore: “Seu emprego foi posteriormente estendido para abranger grupos sociais superiores, tais como unidades militares de primeira ordem ou os postos mais altos da nobreza” (BOTTOMORE, 1965, p. 7).

Bottomore emprega o conceito de maneira ampla e abrangente: “O termo elite(s) é hoje em dia em geral aplicado, na verdade, referindo-se a grupos funcionais, sobretudo ocupacionais que possuem *status* elevado (por uma razão qualquer) em uma sociedade” (BOTTOMORE, 1965, p. 15). O emprego do termo “grupos funcionais” indica o caráter funcional das elites, sendo estas originárias do aparelho burocrático do estado e das demais organizações burguesas.

Robert Michels também emprega o conceito de elite em seu trabalho. O quarto capítulo de “A sociologia dos partidos”, denominado “As necessidades de diferenciação na classe operária”, o autor argumenta sobre a categorização dos trabalhadores. No texto, o autor atribui ao operário mais bem categorizado a denominação conceitual marxista de pequeno-burguês.

> Eleva-se à pequena-burgesia: eis o ideal de cada operário, como indivíduo. Assim como a burguesia, as massas operárias que compõem o partido socialista não representam um bloco cinzento, uniforme, compacto. [...] Há nas massas operárias uma necessidade de diferenciação que escapa facilmente às pessoas que com elas não mantêm um contato permanente. (MICHELS, 1969, p.170).

Michels aponta os fatores que conduzem à diferenciação entre os operários. Segundo o autor, isso ocorre em função da qualificação e melhor remuneração da classe - “mas, com o tempo essa distinção econômica transforma-se em verdadeira distinção de classe” (MICHELS, 1969). O autor distingue basicamente os proletários entre operários organizados e não organizados, sendo, portanto, o nível da consciência de classe um elemento distintivo desta.

Michels não é o único autor a empregar a capacidade organizacional dos grupos como critério distintivo entre elites e não elites. O italiano Gaetano Mosca já usara tal argumento na distinção entre os grupos. Mosca propõe basicamente

a existência de dois grupos – um, pouco numeroso e organizado, que exerce o poder sobre a maioria desorganizada. A elite homogênea e detentora da burocracia controla a massa difusa. Apesar das diferenças ideológicas significativas entre os autores, alguns conceitos de Mosca se fazem presentes no decorrer da abordagem de Michels (1969). Igualmente ocorre com as reflexões de Bottomore, (1965) embora este o faça de maneira mais crítica.

A abordagem de Mosca, apesar de mais complexa e mais bem estruturada que a teoria das elites de Pareto, surge em contraposição ao socialismo, sobretudo à teoria social proposta por Marx. Bottomore utiliza o termo “maquiavelistas” proposto por James Burnham para caracterizar os pensadores (Mosca e Pareto) como interlocutores de uma “nova ciência política” e, ao mesmo tempo, serviu para distinguir as teorias formuladas por ambos da proposta formulada por ele mesmo em “Elites e a sociedade”.

Ao aceitar o fato de a elite ser constituída como grupo funcional, Bottomore passa a distingui-lo do grupo minoritário que de fato dirige uma sociedade, que não se trata de um mero grupo funcional. Esse grupo possui tamanha relevância no cenário social que merece uma denominação distintiva. Assim o autor recorre ao conceito de classe política, proposto por Mosca, a fim de referir-se a todos os grupos que exercem o poder ou a influência política e disputam os postos de liderança da sociedade. A abordagem de Bottomore fragmenta ainda mais o conceito de classe política, extraindo deste, um grupo ainda menor, responsável diretamente pelo exercício do poder político em uma sociedade, em qualquer recorte temporal analisado. Trata-se da elite política da sociedade. A extensão da elite política é facilmente determinada e incluirá membros do governo, chefes militares, famílias influentes, realeza, dirigentes de grandes conglomerados econômicos entre outros.

> É menos fácil estabelecer os limites da classe política. Incluirá, evidentemente, a elite política, mas poderá também abranger contra-elites, compreendendo os chefes de partidos políticos que estão fora do governo e representantes de novos interesses sociais ou classe (e.g. líderes sindicais), bem como grupos de homens de negócios e intelectuais ativos politicamente. A classe política, portanto, compõe-se de muitos grupos que podem estar empenhados em diversos níveis de cooperação, competição ou conflito entre si (BOTTOMORE, 1965, p. 16).

Para compreendermos melhor o universo dos grupos que compõem a classe dirigente do esporte, utilizaremos os conceitos de Bottomore. Dessa maneira, distinguiremos o grupo de sócios de um clube da imensa maioria dos torcedores desorganizados, pois os associados são organizados pela burocracia do clube de futebol, constituindo-se em uma elite ou grupo funcional de torcedores que sustentam de alguma forma o clube esportivo. Da mesma forma, pensaremos em classe política como o grupo específico de sócios que influenciam as decisões do clube, participando de grupos e compondo chapas para as disputas do processo eleitoral. Tais sócios são aspirantes, ex-ocupantes ou ocupantes de cargos eletivos e funcionais do clube de futebol. Dentro ainda da classe política do clube, observamos, por analogia à teoria de Bottomore, um grupo ainda menor, que podemos denominar de elite política do clube de futebol, sendo esses os efetivos dirigentes da organização esportiva que exercem o poder diretamente e são constituídos por membros de famílias tradicionais ligadas à história do clube, empresários e de outros setores econômicos e políticos da sociedade, passando a dedicar seu tempo integral ou parcial ao clube de futebol. Compreendemos ainda como contra-elite do clube os grupos organizados de sócios opositores aos gestores da instituição esportiva. A contra-elite ambiciona se tornar a elite política do clube.

1.5 A CIRCULAÇÃO DAS ELITES

No transcorrer do terceiro capítulo de “As Elites e a Sociedade”, Bottomore se debruça sobre a questão da mobilidade social entre os componentes dos grupos funcionais que integram as elites e os demais membros denominados não elite de um determinado grupo social. Para isso, o autor imerge na questão e nos conduz a uma reflexão crítica acerca das teorias propostas principalmente por Pareto, Mosca, Henri Pirenne e Joseph Shumpeter.

Em Pareto, Bottomore aponta a preocupação do autor em relação à questão que permeia a circulação das elites. Entretanto, Bottomore ressalta que Pareto não foi capaz de responder a qual tipo de circulação este se referia em seu trabalho: a circulação de indivíduos entre a elite vigente e grupos da não elite, ou ainda, a dinâmica do processo no qual uma elite é substituída do

controle da sociedade por outra elite emergente. Embora Pareto tenha admitido, no transcorrer de sua obra mais célebre, ambas as possibilidades, Bottomore afirma prevalecer no autor a primeira concepção, isto é, o enfoque de Pareto concentrou-se na abordagem da circulação de indivíduos supostamente superiores dos estratos sociais considerados inferiores e como estes são absorvidos pela elite. Pareto ressaltou, em seu trabalho, a importância vital da circulação de indivíduos entre a elite e a não elite para a manutenção do equilíbrio da sociedade, entretanto, propôs ainda o autor que uma redução drástica no fluxo de pessoas entre os grupos poderia provocar um processo revolucionário e consequentemente resultar no surgimento de uma nova elite, que se apropriaria do poder represado por uma aristocracia enfraquecida e "degenerada".

Os argumentos de Pareto no tocante à circulação das elites se sustentam principalmente na ocorrência de fenômenos de natureza psicológica que atingem tanto os membros da elite como também os indivíduos pertencentes aos estratos inferiores, os quais categorizou meramente como "resíduos". O autor não tentou ao menos compilar todos os exemplos disponíveis de um mesmo recorte histórico, tampouco demonstrou a existência de regularidade no fluxo das elites. Pareto propôs simplesmente sua teoria como regra, buscou comprová-la por meio da sua aplicação em exemplos isolados retirados da antiguidade e da história contemporânea da Itália. Na visão de Bottomore, as teorias de Pareto são difusas e pouco originais, então conclui:

> O estudo da ascensão e decadência de Pareto é igualmente insatisfatório [...] Por fim, Pareto não resolve o problema de como os dois tipos de circulação de elites – a ascensão e queda de indivíduos e de grupos – relacionam-se. (BOTTOMORE, 1965, p. 48).

No capítulo "A política e a Circulação das Elites", Bottomore reflete acerca da teoria de Mosca e a compara com a abordagem de Pareto. Para Mosca, um grupo minoritário e funcionalmente organizado, nascido e constituído em um estrato social inferior pode, caso venha a se considerar, em determinado momento, apto para tal, reivindicar democraticamente ou pelo uso da força o controle político da sociedade concentrado nas mãos da elite governante. Mosca aborda outra forma de mobilidade social, além da substituição de uma elite por

outra – o autor se debruça sobre o ingresso de indivíduos oriundos de classes consideradas inferiores na elite detentora do poder, como também o grau de dificuldades imposto pela elite aos aspirantes do poder. O autor categoriza o nível de abertura das elites entre “móveis” e “imóveis”, classificando-as em virtude do grau dessa abertura. Para Mosca, a elite se revigora com os novos membros antes que esses possam se organizar ou integrar grupos potencialmente perigosos aos seus interesses, evitando assim uma ruptura abrupta da estrutura social.

Bottomore compara criticamente assim os trabalhos de Mosca e Pareto:

> O aspecto mais importante do tratamento dispensado por Mosca à circulação de elites surge, entretanto, no tipo de explicação que procura para o fenômeno. Refere-se ocasionalmente às qualidades intelectuais e morais dos membros da elite, porém, ao contrário de Pareto, não empresta importância fundamental a essas características psicológicas. Em primeiro lugar, observa que tais características individuais são frequentemente produtos de circunstâncias sociais [...] Em segundo lugar, quase não faz sua referência a essas características individuais na sua explicação da ascensão e queda das elites; o fenômeno se daria em virtude da germinação de novos interesses e ideais no interior de uma sociedade, bem como pelo aparecimento de novos problemas [...] essa linha de raciocínio aproxima Mosca das idéias marxistas, e como ele está consciente desse perigo esforça-se tremendamente por distinguir sua teoria da de Marx, insistindo nas limitações da interpretação econômica da História e acentuando a influência de ideias morais e religiosas na mudança social. (BOTTOMORE, 1965, p. 51-52).

Na interpretação conclusiva de Bottomore, os esforços deliberados de Mosca com o objetivo de distanciar-se da teoria marxista acabaram por aproximá-lo do pensamento weberiano, pois este rejeitou a interpretação histórica exclusivista de cunho econômico - todavia, ao contrário de Weber, Mosca, avesso ao socialismo, e sobretudo aos movimentos operários, mostrou-se menos propenso a admitir tal influência em seu trabalho.

Ainda no tocante à circulação das elites, Bottomore nos traz à tona dois autores que abordam a temática sob o mesmo prisma: o historiador belga Heni Pirenne e o economista e cientista político austríaco Joseph Alois Schumpeter.

Pirenne (1965) sugere a hipótese de que cada período do capitalismo seria marcado pelo domínio de uma determinada categoria de capitalistas.

Portanto, em cada momento de transformação do modelo econômico, dá-se uma ruptura no processo, em que os capitalistas ligados aos setores econômicos em decadência seriam substituídos por capitalistas representantes de uma nova categoria econômica emergente. Segundo ainda a teoria de Pirenne, os antigos capitalistas tenderiam passivamente a constituírem uma elite aristocrática, fornecendo aos novos capitães da indústria provenientes de outros setores em ascensão na economia, os capitais do tipo econômico, social e simbólico, para que os novos capitalistas pudessem exercer plenamente o domínio com o devido vigor.

Ao contrário de Pirenne, que constrói sua teoria acerca da circulação das elites baseada nas transformações que ocorrem nas estruturas de uma sociedade, Schumpeter (1965) busca relacionar de alguma forma tais mudanças estruturais com o comportamento dos indivíduos. O autor distingue três tipos de circulação: ascensão e queda de famílias dentro de uma classe, movimentos interclasses, e ascensão e queda de classes como um todo. Schumpeter destaca que a circulação entre classes depende principalmente dos atributos individuais, tais como a energia e a inteligência dos indivíduos, além, claro, das circunstâncias sociais que os cercam. Assim como a ascensão e queda de classes inteiras, os atributos individuais ficam subordinados às mudanças nas estruturas sociais, que afetam as funções dos grupos funcionais que constituem a elite (BOTTOMORE, 1965).

As teorias e críticas a respeito da circulação das elites formuladas na abordagem de Bottomore também nos sãos úteis para o estudo da circulação tanto de indivíduos como de grupos na classe dirigente esportiva dos clubes brasileiros. Os primórdios da classe dirigente esportiva no Brasil durante o final do século XIX foram marcados pela forte presença de grupos funcionais ligados aos interesses da burocracia das indústrias recém-introduzidas no país, principalmente as de origem britânica no segmento de tecidos e obras de infraestrutura, como a construção das ferrovias. Essas indústrias de capital britânico adotaram uma política de incentivo para que a classe operária praticasse o futebol, sendo que aqueles que se destacavam nas práticas futebolísticas eram convidados a exercerem a atividade esportiva na qualidade de atletas operários. Esses indivíduos continuavam na condição de proletários,

até exerciam parcialmente essa função em algum momento da jornada de trabalho, entretanto, sua principal ocupação funcional na indústria era a prática esportiva. Uma condição análoga a esta permitiu o despontamento para o cenário esportivo do jogador Garrincha, que durante algum tempo foi proletário de uma indústria de origem inglesa no município de Pau Grande, no Rio de Janeiro.

Portanto, as transformações sociais, sobretudo as de ordem econômica e política, advindas em função do avanço do capitalismo no Brasil, assim como as necessidades impostas pelo esporte em si, criaram uma demanda por novas ocupações nas instituições do país. O fim do período da “República Velha” e o início da “era Vargas” deflagraram profundas transformações na sociedade brasileira. O Brasil iniciou o processo de transformação de uma economia eminentemente agrária, projetando vias de industrialização com contornos de ampliação urbana.

Getúlio Vargas se interessava pela popularidade e força do futebol, e, logo após o fim da revolução constitucionalista de 1932, com o objetivo de apaziguar os ânimos acirrados entre paulistas e cariocas, Vargas criou em 1933 a Copa Rio São Paulo. O uso do futebol como ferramenta de domínio das massas na política do “Estado novo” estabeleceu o emprego do esporte como uma ferramenta fundamental no fortalecimento do ideal nacionalista. A visão de nacionalismo e poder de Vargas pode ter sido influenciada pelos jogos olímpicos de 1936, nos quais Hitler quis demonstrar ao mundo a força que o regime nazista exercia sobre as massas. A partir de um golpe de estado em 1937, Getúlio Vargas passa a usar o rádio e o futebol como ferramentas de propaganda com o objetivo de despertar o nacionalismo nas grandes massas operárias.

Este foi um período marcado, no plano internacional, pela segunda grande guerra e o nazi-fascismo e, no âmbito nacional, pelo estado centralizador getulista, aliás, grande propagador dos esportes como propulsor simbólico de um ideário de nação baseado na saúde social (TOLEDO, 1999, p. 150).

Em 1941, o governo Vargas inseriu oficialmente a pauta do esporte na política de Estado. Inspirado pela legislação fascista, Vargas estabelece, por

meio do Decreto-Lei nº 3.199 em 14/04/1941, a primeira legislação esportiva oficial do Brasil. A lei cria o Conselho Nacional do Desporto (CND), cabendo a este órgão a responsabilidade por incentivar, organizar e, acima de tudo, fiscalizar o esporte em todas as dimensões. Todas as instituições esportivas do país estavam subordinadas ao órgão, estabelecendo uma tutela do Estado sobre o esporte.

Getúlio Vargas intervém também diretamente nas federações de futebol do Rio de Janeiro e São Paulo, nomeando, para os mais altos cargos das entidades, seu sobrinho e filho, respectivamente. Isso deixa bem claras as intenções de controle estatal da prática esportiva, sobretudo no futebol.

A busca do “Estado novo” por uma identidade nacional, alicerçada principalmente no esporte, fez com que o futebol ascendesse de patamar no cenário esportivo. Desde 1938, o país já ambicionava sediar uma Copa do Mundo, fato este concretizado no período pós-guerra, em 1950. A realização da Copa de 1950 representou um marco nas pretensões do futebol brasileiro.

Os fracassos da Copa de 1950, bem como da Copa da Suíça em 1954, levaram o Brasil a buscar uma melhor preparação para a Copa de 1958 na Suécia. Assim, a Confederação Brasileira de Futebol buscou um modelo empresarial, incorporando às suas fileiras profissionais outros segmentos. A influência da preparação da Copa de 1958 no modelo de gestão do futebol brasileiro será devidamente aprofundada mais adiante.

Dessa maneira, a estrutura funcional do futebol brasileiro foi impactada pelos fatores sociais impostos pela política e pela economia. Os burocratas da indústria que dirigiam os clubes nos primórdios do futebol foram cedendo espaço a outras ocupações funcionais, fosse por meio de cargos eletivos, fosse de cargos gerenciais remunerados. Assim, observamos o ingresso de outras profissões com novas habilidades e com formação acadêmica empregada especificamente na gestão do esporte. Esses aspectos serão abordados com mais profundidade no próximo capítulo “A profissionalização como instrumento de apropriação do esporte”.

CAPÍTULO II – A PROFISSIONALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE APROPRIAÇÃO DO ESPORTE

2.1 A DISCIPLINA

Podemos definir o conceito de disciplina como sendo o processo racional sistematizado de uma atividade humana, obtida a partir de uma série de experiências anteriores bem-sucedidas, as quais são impostas a terceiros por meio de um método de aprendizagem.

A disciplina exige a dedicação e o acompanhamento sistemático dos envolvidos no processo. O exercício pleno da disciplina em todos os níveis hierárquicos é a garantia da execução da ordem transmitida, proporcionando a materialização do poder. A disciplina possui a propriedade de uniformizar as ações, assim como os indivíduos que as executam.

Para Weber (1974), a disciplina, embora sendo anterior, possuía as mesmas origens da burocracia. O autor creditou os antigos exércitos como o berço da disciplina moderna, como também incluiu as empresas capitalistas como organizações que contribuíram para o aprimoramento do processo.

Durante o feudalismo europeu, quando as forças militares eram frutos de alianças entre suseranos e vassalos, os exércitos eram particulares, constituídos por indivíduos de ofícios diversos, que em momentos de guerra eram recrutados por senhores feudais, por conseguinte, sem a disciplina adequada para o exercício do combate. A necessidade de uma força de defesa mais apta e mais bem adestrada, como também a centralização do poder real impuseram aos reis europeus a contratação de exércitos de mercenários, que nada mais eram que soldados profissionais pagos, treinados e altamente disciplinados. Portanto, para Weber (1974), os exércitos possuem uma relação com a disciplina, o profissionalismo e a burocracia.

> Todo o desenvolvimento significou, na verdade, a importância evidentemente crescente, da disciplina, e, também evidentemente, a execução coerente do processo econômico através do qual uma economia pública e coletiva foi substituída pelo capitalismo privado como base da organização militar [...].

> A disciplina do exército deu origem a toda a disciplina. A organização econômica em grande escala é o segundo grande agente que prepara o homem para a disciplina (WEBER, 1974, p. 300).

No discorrer de seu trabalho a respeito da disciplina, Weber relaciona o modelo rígido de disciplina militar com as rotinas das linhas de produção industrial. Em ambos os casos, a disciplina foi empregada com o objetivo de anular a improvisação por meio do adestramento ordenado e de movimentos mecânicos cronometrados. O trabalhador submetido ao processo de disciplina industrial de uma linha de montagem idealizada pela escola de “administração científica” subvertia seu papel, deixando este de ter vontade própria e assumindo a mera condição de extensão viva das máquinas e ferramentas.

> As consequências finais são obtidas com a mecanização e disciplina da fábrica, e o aparato psicofísico do homem se ajusta completamente às exigências do mundo exterior, das ferramentas, das máquinas – em suma, a “função” individual. O indivíduo é destituído de seu ritmo natural, determinado pela estrutura de seu organismo; seu aparato psicossocial é adaptado a um novo ritmo através de uma especialização metódica de músculos que funcionam separadamente, e estabelece-se uma economia ótima de forças correspondente às condições de trabalho. (WEBER, 1974, p. 301-302).

Ao debruçarmos sobre a contribuição de Weber para a sociologia, não podemos deixar de considerar a historiografia da Alemanha durante o processo de unificação nacional até a primeira guerra mundial - tais fatos se entrelaçam com a biografia do autor. Weber nasceu em 1864, na antiga Prússia, um estado germânico de cultura guerreira que exerceu papel preponderante na unificação alemã. Como todos os jovens que cresceram nesse período, Weber fez o serviço militar e, como membro das elites instruídas, participou de confrarias de duelistas. Com isso, pôde pessoalmente ter a plena noção tanto da organização burocrática e disciplinada de um exército moderno como dos códigos de honra e heroísmo pessoal, típicos da nobreza armada. Além disso, em alguns períodos de sua vida, participou ativamente da vida política do seu país nesse período histórico. Fatos como esses foram importantes na construção do pensamento weberiano, principalmente no tocante à disciplina racional e liderança carismática.

Weber busca, em seu trabalho sobre a disciplina, estabelecer uma relação entre o carisma e a disciplina racional. Os líderes carismáticos dotados de autoconfiança e iniciativa espontânea podem perder sua importância e poder em uma organização pautada pelos princípios de uma disciplina rígida. Por outro lado, uma liderança carismática necessita da disciplina se deseja impor sua força e seu carisma em um espaço territorial de grandes proporções e de alto nível de complexidade. Esse aparente paradoxo é assim explicado pelo autor:

> É destino do carisma, sempre que chega às instituições permanentes de uma comunidade, dar lugar aos poderes da tradição ou da socialização racional. Esse desaparecimento do carisma indica, geralmente, decrescente importância da ação individual. E de todas as forças que diminuem a importância da ação individual a mais irresistível é a disciplina racional [...]. A disciplina, como tal, certamente não é hostil ao carisma ou à honra estamental. Pelo contrário, os estamentos que procuram governar grandes territórios ou grandes organizações. (WEBER, 1974, p. 292).

Por seu caráter impessoal, Weber conclui que a disciplina e a burocracia possuem uma tendência à neutralidade que se coloca à disposição de quem deseja fazer uso delas. Um líder carismático não pode abrir mão da disciplina, se almeja ampliar sua força de persuasão e expandir seu poderio territorial. Sem a disciplina, um grupo de guerreiros não passa de reles bando, no qual a improvisação e o individualismo imperam nos combates. Entretanto, quando um bando adota princípios disciplinares racionais dotados de regras, hierarquia e uniformidade nas ações em conjunto, esse grupo passa à categoria de exército.

Assim como ocorreu com exércitos antigos, a disciplina também está presente no amálgama do esporte. Conforme dito anteriormente, as atividades esportivas estão intrinsecamente atreladas às práticas da guerra. No período em que o esporte era uma atividade exclusiva da nobreza, as modalidades representavam um simulacro dos antigos combates. Modalidades como arco e flecha, hipismo, esgrima e as lutas tinham como objetivo velado preparar os nobres para a prática da guerra, sobretudo nos períodos de paz. Os indivíduos que não pertenciam à nobreza praticavam atividades que eram chamadas de passatempos. O futebol moderno se originou de antigos passatempos medievais (ELIAS; DUNNING, 1992).

A amplitude das brigas praticadas por torcedores de clubes de futebol pode equivaler aos atos violentos dos antigos passatempos da Europa medieval. A distinção de ambos os fenômenos se concentra no fato de a conduta violenta observada nas torcidas organizadas ser considerada um delito social desviante do comportamento esperado, enquanto que a violência dos jogos antigos era compreendida pela sociedade da época como justificável, óbvia e até desejável (DAMO, 2002).

Coube à disciplina regrar o uso e a intensidade de violência física e também simbólica no esporte, como ocorreu no período que marcou a transformação dos antigos jogos populares para o futebol moderno. “Na Inglaterra, o futebol sobrevive apesar de ilegal nas escolas secundárias e universidades. Sofre o refinamento e ganha contornos diferenciados, assumindo uma postura cuja prática requer o respeito às regras e aos códigos” (PIMENTA, 1997, p. 36).

Dessa maneira, a disciplina tornou-se fundamental no contexto das práticas esportivas na busca de melhores resultados nas competições e performances individuais e coletivas. Com o transcorrer do tempo, a disciplina, assim como o profissionalismo, também foram se tornando vitais aos funcionários burocratas e aos dirigentes esportivos dos clubes. Tais aspectos serão abordados no próximo tópico deste capítulo.

2.2 O PROFISSIONALISMO NA POLÍTICA DOS CLUBES

Weber define a posição de um funcionário, a qual se traduz em profissão:

> A ocupação de um cargo é uma profissão. Isso se evidencia primeiro, na exigência de um treinamento rígido, que demanda toda a capacidade de trabalho durante um longo período de tempo e nos exames especiais que, em geral, são pré-requisitos para o emprego. (WEBER, 1974, p. 232).

Conforme exposto por Weber, a posição pessoal de um funcionário pode ocorrer em uma instituição eclesiástica, sindicato de classe, partido político, empresa de natureza capitalista, ou no setor público estatal, sendo este último regido por normas e disciplinas típicas de uma organização representativa, na qual o poder foi delegado a um chefe ou líder dotado de carisma, líder demagogo

eleito ou, ainda, simplesmente, dirigente político. Desse modo, dada a similitude já explicitada no capítulo anterior deste trabalho, um clube de futebol tradicional possui propriedades que nos permitem categorizar esse tipo de organização como sendo uma instituição eminentemente de viés político e, por conseguinte, sujeito a fenômenos sociológicos similares.

Após reflexão sociológica, nascida nas observações acerca das configurações políticas e relações profissionais presentes no Estado e na sociedade no início do século XX, o autor conclui assim as motivações implícitas nos indivíduos que aspiram ao ingresso na vida política:

> Qualquer homem que se entrega à política aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder pelo poder, para gozar do sentimento de prestígio que só o poder confere. (WEBER, 2004, p. 61).

Para Max Weber, um Estado soberano exerce uma relação coercitiva sobre os seus cidadãos. Relação esta resultante do uso de violência legítima e exclusiva, instrumentalizada como ferramenta de dominação. A condição primaz de existência de um Estado somente ocorre quando os homens se submetem motivados por livre escolha à condição de dominados por outrem, sendo esses organizados em uma estrutura dotada de características burocráticas que personalizam a figura simbólica do Estado constituído.

Embora, em tese, o Estado seja o detentor do monopólio legítimo da violência, na prática, em nossa sociedade, alguns clubes de futebol podem exercer um tipo peculiar recorrente de dominação ilegítima sobre alguns indivíduos, ou mais especificamente sobre os seus torcedores. As torcidas organizadas exercem essa violência em nome delas mesmas enquanto entidades dotadas de identidade própria e dos clubes que acreditam representar. Essa visão corrobora a compreensão da violência das torcidas organizadas, motivo este que fornece o caráter legal na intervenção por parte das autoridades, que entre outras medidas de combate à violência, dispõem-se a restringir os

direitos de determinados torcedores em jogos considerados de risco pelo ministério público.[4]

É preciso enfatizar que, embora proibidos, na prática, não só os agrupamentos de torcedores estão participando dos jogos de modo mais ou menos velado, como no nível de animosidade e intolerância, continuam disseminados entre uma parcela considerável de torcedores, organizados ou comuns (TOLEDO, 1999, p. 156).

A abordagem weberiana condiciona o estabelecimento efetivo da dominação do Estado burocrático sobre a sociedade à ocorrência de três fatores que chamou de “fundamentos da legitimidade”. O primeiro deles ocorre quando existe, enraizada no *habitus* da coletividade, a crença na “autoridade do passado eterno”, isto é, a dominação é aceita baseada na tradição em antigas crenças, transmitidas de geração para geração, tal como ocorreu com os senhores de terra do passado - é a forma de dominação “tradicionalista”. O segundo fator com possibilidade de também legitimar uma dominação baseia-se no reconhecimento da coletividade na autoridade de um líder carismático e de características quase messiânicas - assim se apresenta o poder “carismático”. E por último, a dominação da autoridade legal é aceita pelo domínio político, na qual o dirigente é escolhido pela maior parte da massa por meio de um plebiscito regulamentado previamente e aceito por todos os atores envolvidos na configuração política. Essa é a forma de poder “legalista”. Entretanto, muito raramente observamos a ocorrência isolada desses três tipos de fundamentos da legitimidade, ocorrendo na maioria das vezes uma combinação deles (WEBER, 2004).

Segundo Max Weber, não se pode esperar do “estado-maior administrativo”, ou também da estrutura burocrática do Estado, uma submissão automática ao detentor do poder, sendo este motivado simplesmente pelos fundamentos da legalidade expostos acima. Antes de tudo, o autor observou que a obediência desses servidores do aparelho burocrático é condicionada a dois tipos de motivação relacionados aos interesses pessoais dos ocupantes dos

[4] “Governo impõe torcida única para clássicos em São Paulo”. Versão digital do Jornal Folha de São Paulo de 04/04/2016 . Site < http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2016/04/1757457-governo-impoe-torcida-unica-para-classicos-em-sao-paulo.shtml> Acesso em 22 Jan2017

cargos burocráticos: a retribuição material e o prestígio social que confere o cargo - “O medo de perder o conjunto dessas vantagens é o motivo decisivo da solidariedade que liga o estado-maior administrativo aos detentores do poder” (WEBER, 2004, p. 63).

Partindo dessa premissa, faz-se necessário classificarmos também as relações entre os líderes que detêm o poder e os membros do estado-maior administrativo. Essa classificação é pautada pela posse dos meios de gestão que representam a força motriz do aparato do Estado.

Na primeira categoria, o estado-maior, os funcionários burocratas de cuja obediência depende o detentor de poder, são eles próprios os legítimos proprietários dos instrumentos de gestão, sendo esses recursos financeiros ou materiais. Nesse caso, o líder soberano detentor do poder máximo somente é capaz de exercer o poder com o auxílio de uma “aristocracia independente”, ou seja, o líder compartilha o poder com uma elite estabelecida, uma vez que esses grupos são os donos legítimos dos instrumentos de gestão colocados a serviço do Estado.

Na segunda categoria apontada por Weber, os membros do corpo administrativo burocrático são “privados” dos meios de gestão, como ocorre com a classe proletária no sistema capitalista. Nesse arranjo específico, deve-se considerar o grau de independência existente entre os funcionários convencionais e os detentores do poder.

Dessa maneira, os funcionários do estado-maior administrativo podem ser totalmente autônomos em relação aos seus dirigentes, situação essa não desejada pelos líderes políticos, pois existe uma propensão a uma relação belicosa entre dirigentes autocráticos e funcionários independentes dotados de conhecimentos técnicos, conforme demonstrado na citação de Weber:

> O príncipe, que se colocava cada vez mais na posição de um diletante, achou que escaparia à importância inexoravelmente crescente dos funcionários especializados e qualificados, segurando em suas mãos a direção principal. Por toda a parte, percebe-se essa luta dissimulada entre funcionários especializados e a autocracia do príncipe. (WEBER, 2004, p. 74).

Por outro lado, emerge naturalmente outro modelo com o objetivo de neutralizar a independência de servidores não alinhados aos interesses da classe política no poder. O líder máximo opta por delegar os cargos considerados estratégicos da organização a indivíduos de sua confiança pessoal como forma de retribuição pela sua fidelidade e dedicação ao partido ou grupo político, independentemente da capacidade técnica para o exercício do cargo. Segundo Weber, os funcionários indicados são engendrados no quadro funcional da organização, sendo distinguíveis dos funcionários de carreira por ocuparem cargos de maior mobilidade e serem objeto de trocas em função de arranjos políticos.

Nessa última categoria já explicitada de relação entre dirigentes e dirigidos, o exercício da terceirização do poder é baseado em pessoas dependentes de forma direta do líder dominante, podendo esses ser parentes dos dirigentes políticos ou indivíduos oriundos de camadas sociais desprovidas de recursos financeiros e prestígio social, que não encontram apoio em outra forma de poder, a não ser servindo aos interesses do príncipe soberano.

Esse tipo específico de seguidores de líderes obedece cegamente aos seus chefes políticos com a expectativa de receberem, no futuro, cargos na administração ou alguma outra forma de concessão de benefícios, até mesmo remuneração indireta. Esses são os militantes políticos ativos que se lançam a uma empreitada eleitoral visando à tomada do poder. As relações entre líderes políticos e seus comandados são assim descritas por Weber:

> Outrossim, encontra-se também disseminado, até entre as formações políticas mais antigas, o domínio pessoal do chefe. Este procura transformar-se no dominador da administração entregando-a a súditos que a ele se ligam de maneira pessoal, a escravos, a servos, a protegidos, a favoritos ou a pessoas a quem ele assegura vantagens em dinheiro ou em espécie. O líder arca com as despesas administrativas lançando mão de seus próprios bens ou distribuindo proventos que seu patrimônio proporcione e cria um exército que depende exclusivamente de sua autoridade pessoal, já que é equipado e suprido por suas colheitas, armazéns e arsenais. (WEBER, 2004, p. 64).

Os tradicionais clubes do futebol brasileiro, assim como os Estados modernos, possuem características muito similares da combinação do segundo e do terceiro fundamentos da legalidade descritos na teoria proposta por Weber,

na qual a autoridade máxima em um clube esportivo é exercida por um líder com características carismáticas e com dirigentes esportivos indicados ou escolhidos por meio de sufrágio organizado e normatizado entre os sócios da agremiação. O arranjo entre esses dois princípios da legalidade deu-se no transcorrer do tempo em decorrência das vicissitudes impostas aos clubes de futebol pelo mercado liberal.

Da mesma forma, a questão explicitada na abordagem weberiana em relação às motivações pessoais que conduzem os funcionários burocráticos a se submeterem, ou não, ao poder dos governantes também pode ser observada no arcabouço político do futebol brasileiro. Assim, o receio dos funcionários em se ver desprovidos de ganhos financeiros e prestígio social pode solidificar a fidelidade desses quadros funcionais aos dirigentes esportivos que lograram êxito na captura do poder em eleições entre sócios de um clube.

Durante o período do chamado amadorismo do futebol, os clubes dependiam de contribuições financeiras e recursos materiais de seus dirigentes e associados. Com parcas opções de receitas, essas instituições eram reféns dos valores arrecadados com a venda de ingressos nas bilheterias dos jogos. Esse montante deveria ser suficiente para cobrir os custos operacionais impostos pela prática do esporte, sobretudo, a remuneração dos jogadores que engatinhavam em um processo de profissionalização da categoria.

O emprego desse tipo de expediente, no qual os dirigentes assumem parte dos custos dos clubes com recursos próprios, contribui com a dominação desses dirigentes sobre os clubes de futebol. Diante desse cenário, os candidatos a cargos políticos no futebol desembolsam recursos para montar suas chapas políticas, por conseguinte, o grupo diretivo dessas chapas escolhe seus pares a partir do potencial de doação de meios de gestão necessários à manutenção desses grupos, ou até mesmo, da possibilidade de fornecer capital para financiar campanhas eleitorais em troca de cargos e privilégios no futuro. Dessa maneira, os governantes dos clubes compartilham o poder com uma elite que assume cargos diretivos na instituição ou transfiguram-se, de alguma forma, em fornecedores remunerados dos clubes.

No período contemporâneo do esporte no Brasil, especialmente com o advento de novas receitas no futebol, oriundas principalmente do pagamento da mídia pelas transmissões das partidas, como também dos recebimentos das cotas de patrocínio, da negociação dos direitos econômicos dos atletas[5], da venda de produtos licenciados oficiais, os clubes passaram a ter uma maior independência financeira de seus gestores. Em decorrência dessas novas receitas, o estado-maior administrativo passou a ser privado parcialmente dos meios de gestão, aumentando o grau de independência desses em relação aos dirigentes. Entretanto, essa prática de características clientelistas ainda persiste na política do futebol.

Nesse cenário, no qual a manutenção do aparato burocrático de um clube de futebol é privada dos meios de gestão, pode ocorrer uma situação na qual o dirigente máximo da entidade esportiva introduz, no arcabouço burocrático do clube, profissionais nomeados por ele para funções executivas em setores estratégicos de seu interesse, sobretudo os vinculados às áreas de circulação de receitas, geradores de visibilidade na mídia e consolidação de poder, tais como os setores de negócios, comunicação, assuntos jurídicos e suporte visando à prática do futebol.

Esse quadro burocrático nomeado que deveria atuar de forma impessoal e, no limite, fiscalizar o governante eleito, possui, no entanto, uma grande devoção ao líder carismático ou ao grande demagogo, já que este é o principal responsável pela sua contratação. Weber chamou esse tipo específico de funcionário burocrata de “político profissional”.

> Sem dúvida, trata-se de uma categoria nova, que permite definir o segundo sentido dessa expressão. Inicialmente, vemo-los colocarem-se a serviço dos príncipes. Não demonstravam a ambição dos chefes carismáticos e não buscavam transformar-

[5] “O direito econômico advém da cláusula indenizatória desportiva (constante no contrato de trabalho), que é acionada com a cessão do atleta para outro clube, mediante pagamento desta indenização. Este direito pode ser negociado e partilhado com terceiros alheios ao contrato de trabalho (clubes, empresários, investidores etc.), os quais adquirem um determinado percentual mediante pagamento de certo valor ao clube que detém o direito federativo do jogador”.

OAB – SC de 29/05/2017 “Direito federativo, direito econômico e os crimes contra a liberdade de trabalho do jogador de futebol”. Site <http://www.oab-sc.org.br/artigos/direito-federativo-economico-e-os-crimes-contra-liberdade-trabalho-do-jogador-futebol/227>. Acesso em 22 Jan 2017.

> se em senhores, mas empenhavam-se na luta política para se colocarem à disposição de um príncipe, na administração de cujos interesses políticos encontravam ganha-pão e conteúdo moral para as suas vidas. (WEBER, 2004, p. 66).

Essa modalidade de político profissional surge muito em função do grau de dedicação deste à vida política de uma organização, ao líder carismático, ou "agrupamento político", seja esse um clube de futebol, seja uma instituição do setor público convencional.

Antes de esmiuçarmos as principais características sociológicas desse tipo específico de político burocrata, cabe a nós compreendermos claramente as circunstâncias que permitem seu surgimento no contexto de uma organização política.

2.3 O PARADOXO DO AMADORISMO E DO PROFISSIONALISMO

Existem várias formas de alguém dedicar-se à política, assim como existem inúmeras maneiras de um político influenciar a divisão do poder entre seus pares. Segundo Weber (2004), a prática política pode ser exercida de maneira meramente "ocasional", quando exercemos nossos direitos políticos ao votarmos, em um pleito, em determinados candidatos ou partidos ou ainda quando participamos de discussões e debates a respeito de fatos políticos. Entretanto, alguns optam por participarem de modo mais efetivo da política, transformando a política em uma "profissão secundária" ou em uma "profissão principal".

Portanto, os cidadãos com direito a voto distinguem-se entre elementos politicamente ativos e elementos politicamente passivos, sendo que o grupo politicamente ativo atua como recrutador de militantes entre o corpo eleitoral passivo. "Isso quer dizer que uma quantidade relativamente pequena de pessoas interessadas pela vida política e desejosas de participar do poder aliciam seguidores, apresentando-se como candidatos ou apresentam candidaturas de protegidos seus" (WEBER, 2004, p. 86).

Weber compreendeu como sendo profissionais secundários aqueles que militam na política de uma organização, mas não possuem essa atividade como

meio principal de sua subsistência, fazendo essa função política de maneira ocasional ou por curtos períodos de tempo. Entretanto, esse tipo de político profissional pode buscar, no futuro, uma função de político principal e assim abastecer-se do cargo. Weber chamou esse tipo de político de conselheiro e assim discorreu sobre o assunto em seu trabalho:

> Integrava-se a essa categoria os “conselheiros privados”, bem como a ela também se integrava, remontando no tempo, grande parte dos conselheiros que se assentavam nas cúrias ou em outros órgãos consultivos a serviço do príncipe. Entretanto, ressalta evidente que esses auxiliares que só ocasionalmente se dedicavam à política ou que nela viam tão somente uma atividade secundária estavam longe de satisfazer o príncipe. Portanto, não lhe restava outra alternativa senão a de buscar rodear-se de um corpo de colaboradores inteira e exclusivamente dedicados à sua pessoa e que fizessem da atividade política sua principal ocupação. (WEBER, 2004, p. 67).

No contexto do esporte brasileiro, mais precisamente em um clube de futebol tradicional, também figura a existência de conselheiros como sendo profissionais secundários de dedicação parcial a essa atividade. Trata-se de um cargo honorífico sem remuneração financeira. Essa função, nos clubes, equivale, na política convencional, ao poder legislativo, cabendo a esse órgão consultivo colaborar e fiscalizar o poder executivo do clube exercido pelo presidente.

Em alguns casos específicos, o conselho deliberativo de um clube de futebol pode possuir outras atividades de natureza executiva e assim constituir, juntamente com o presidente da entidade, um órgão colegiado de caráter executivo, no qual o presidente compartilha o poder com um grupo de conselheiros notáveis. Esse modelo de gestão de características similares ao regime parlamentarista será objeto de estudo no próximo capítulo deste trabalho.

Embora predomine no futebol atual o discurso do profissional remunerado, ainda persiste na grande maioria dos clubes a figura do dirigente amador, sendo estes conselheiros ou presidentes eleitos para esse cargo. Assim, para uma melhor compreensão deste trabalho, vamos definir o dirigente amador como sendo aquele que exerce uma função burocrática por motivações meramente sentimentais. Entretanto, iremos mais adiante reexaminar melhor essa definição simplista e preliminar.

Emerge assim o paradoxo do futebol brasileiro. Em um modelo no qual o profissionalismo é tão pregoado e altamente rentável em vários setores, qual a razão que conduz um grupo de indivíduos a candidatar-se a cargos eletivos de extrema dedicação, quase exclusiva em muitos casos, sem esperar uma remuneração direta pelo exercício dessa função? Essa dialética na questão da política pública foi assim abordada por Weber:

> O caso de um Estado ou de um partido serem dirigidos por homens, que no aspecto econômico da palavra, vivam exclusivamente para a política e não da política significa, necessariamente, que as camadas dirigentes são arrebanhadas por critério "plutocrático". Ao fazer essa afirmação, não pretendemos, de maneira alguma, dizer que a direção plutocrática não busque tirar vantagem de sua situação dominante, com o objetivo de também viver "da" política, explorando essa posição em benefício de seus interesses econômicos. É obvio que isso ocorre. Inexistem camadas dirigentes que não tenham sido levadas a essa exploração, de uma ou de outra maneira. Nossa citação quer dizer simplesmente que os políticos profissionais nem sempre se vêem compelidos a reclamar pagamento pelos serviços que prestam nessa condição, enquanto o indivíduo desprovido de fortuna está sempre obrigado a tornar esse aspecto em consideração. (WEBER, 2004, p. 69-70).

É errôneo supor que Max Weber tenha preferência por figuras dessa ordem, seu discurso não é normativo, e esse é apenas um caso entre tantos outros em sua tipologia. No caso do recrutamento plutocrático, o homem político deve ser possuidor de riquezas para torná-lo independentemente de qualquer vantagem de natureza econômica que um cargo político pode oferecer. Além disso, uma pessoa de posses pode dispor de maior tempo para dedicar-se à política. O autor buscou ainda estabelecer uma relação direta entre pessoas ricas e os indivíduos que exercem uma carreira pública – "Sendo assim, nesse sentido, o mais 'disponível' é o capitalista, pessoa que recebe renda sem nenhum trabalho" (WEBER, 2004, p. 69).

Entretanto, apesar de considerar o capitalismo condizente com a vida de um homem político, pelo fato de o burguês ser autônomo quanto aos recursos financeiros e com maior disponibilidade para dedicação ao exercício da política, Weber (2004) reconhece a eminente possibilidade de desvios de conduta e a ocorrência de percalços na trajetória de um político profissional. Embora os objetivos iniciais na política sejam pautados pela busca de valores éticos e do

bem comum, o autor considera que muito raramente o resultado final se aproxima das intenções iniciais do agente político. Além de relacionar a disponibilidade de membros de uma sociedade com características “plutocráticas” com a dedicação a uma vida na política, Weber indicou as atividades sociais mais compatíveis com o exercício de uma carreira no setor público. Dessa maneira, Weber identificou os advogados como possuidores de um perfil capaz de conciliar seus afazeres profissionais com a dedicação a uma carreira na política, diferentemente dos homens de negócios, industriais ou proprietários de terras, sempre dedicados a sua atividade principal. Além disso, o estilo eloquente comum aos advogados facilita a transformação desses em políticos demagogos.

Outra ocupação profissional apontada por Weber como propensa ao exercício de uma carreira bem-sucedida na esfera política e assim igualmente dotada de características notáveis para a escrita e oratória, e consequentemente com uma predisposição natural para tornar-se um grande político demagogo, recai sobre os profissionais vinculados, sobretudo, à área da comunicação de massa, tal como os jornalistas e os especialistas em propaganda política, conforme citação:

> Verdade é que a demagogia moderna faz uso do discurso - e numa proporção perturbadora, se pensarmos nos discursos eleitorais que o candidato moderno está obrigado a pronunciar - mas faz uso ainda maior da palavra escrita. Por esse motivo é que o publicista político e, muito particularmente, o jornalista são, na atualidade, os mais notáveis representantes da demagogia. (WEBER, 2004, p. 82).

Weber atribui grande relevância à classe jornalística para o exercício da política. Todo político profissional deve cultivar boas relações com a mídia e os jornalistas. Dessa maneira, Weber reconhece a força dos veículos de comunicação e seus profissionais na manipulação da informação, bem como no processo de dominação das massas por parte da elite governante.

Assim como ocorre com a política tradicional, a mídia em seus diversos formatos se faz refletir no contexto político do futebol brasileiro. Todavia, o avanço tecnológico combinado com a ferramenta das redes sociais permitiu uma nova configuração dos agentes da informação. Diferentemente do recorte

histórico observado por Weber, a amplitude do conceito de mídia, como também a quantidade de veículos de comunicação transformaram substancialmente o campo da política nos clubes esportivos, de tal forma que grupos de sócios que disputam o poder no cenário político de um clube de futebol passam a dispor de veículos próprios de comunicação dirigidos aos torcedores e público em geral com o objetivo de arregimentar seguidores e transformá-los em possíveis eleitores.

Assim sendo, esses grupos emergem, nesse processo, trazendo consigo novos atores sociais dotados de características carismáticas e discurso demagógico que se propaga nas redes sociais. Esses personagens políticos buscam o poder nos clubes por meio do exercício de um cargo eletivo não gratificado, como conselheiro, presidente ou vice, ou eventualmente de um cargo burocrático remunerado no quadro funcional da organização.

Ou seja, em função das facilidades oferecidas pelos novos meios de comunicação, tem-se observado o crescimento de grupos organizados de associados militantes na política de um clube, que disputam posições no campo político por meio de uma dinâmica social resultante da combinação de arranjos e ralações conflituosas intergrupos. O prêmio em disputa no jogo político se traduz na apropriação de cargos eletivos, como conselheiros, presidente e vice, ou na distribuição de cargos remunerados de confiança.

Com o propósito de buscar uma construção holística da configuração do poder entre os agentes sociais organizados em grupos que buscam exercer a dominação do espaço político dos clubes de futebol, recorreremos, além da contribuição de Weber, às teorias propostas pelo sociólogo Pierre Bourdieu.

Identifica-se claramente, na obra de Bourdieu[6], uma visão aprofundada e refinada de conceitos que tiveram como ponto de partida as teorias inicialmente propostas por Max Weber - principalmente a abordagem extraída da

[6] Introdução de Sergio Miceli à obra de Bourdieu em “A economia das trocas simbólicas”- “Em diversas passagens, o leitor já terá percebido a presença de Max Weber cujos alvos teóricos centrais, mormente a intenção de esclarecer a organização interna dos domínios de realidade automatizados na prática e nas categorias do processo de racionalização e burocratização conducentes à sociedade capitalista, encontra-se incorporados nos trabalhos de Bourdieu” (Bourdieu, 2015, p 1.1).

investigação concentrada no recorte em torno da dominação de pessoas e grupos de pessoas sobre sistemas políticos de viés econômico de economias capitalistas.

O processo de globalização da economia também impactou o futebol. A globalização do esporte moderno arremessou os clubes brasileiros em uma concorrência desigual frente às equipes estrangeiras, principalmente no tocante à disputa por atletas da modalidade. Esse modelo econômico vem reconfigurando profundamente as relações profissionais do futebol, sobretudo a elevação dos salários dos atletas, bem como de alguns gestores do esporte.

Nos anos de 1980, um modelo de organização empresarial para o futebol profissional veio sendo gestado pelo avanço do marketing esportivo, mas foi na década de 1990 que tal modelo foi considerado como uma saída inexorável para a situação deficitária dos torneios, a qual levava as equipes nacionais a negociar seus melhores jogadores no exterior. Podemos dizer que a pressão da concorrência, externa e internamente, força os times de maior tradição (pelo menos aqueles que dispunham de melhores condições) a buscar novas fontes de receitas para aumentar sua competitividade (PRONI, 1999, p. 41).

A combinação desses e de outros fatores transformaram os grandes clubes de futebol em clubes-empresas, os quais passaram a mercantilizar o futebol, transformando-o em produto da indústria do entretenimento, como também na submissão do esporte aos interesses da mídia e patrocinadores (GIULIANOTTI, 2002).

2.4 O CAMPO POLÍTICO ESPORTIVO

Segundo Bourdieu, o campo é um espaço social estruturado e multifacetado, em que se desencadeiam fluxos contínuos de relações sociais cambiadas entre atores que ocupam posições específicas, podendo esses agentes assumir, em determinado momento, o papel de parceiros, assim como, em outra circunstância configuracional, passando a disputar as mesmas posições no interior do campo. Afirmar que o espaço social é estruturado significa

dizer que as posições desse campo não são equivalentes, tampouco são simétricas entre si, mas dependem umas das outras.

Os agentes de um campo disputam, individualmente ou em blocos, posições em um intrincado jogo e buscam o recebimento de recompensas pelas conquistas alcançadas que se materializam em bens simbólicos e tangíveis. Os jogadores envolvidos na disputa no interior do espaço social não são detentores do mesmo montante de capital, portanto, jogam o jogo em condições desiguais e ocupam posições distintas no campo.

> É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, como meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura.
>
> Algo como uma classe, ou de modo mais geral, um grupo mobilizado para e pela defesa de seus interesses, não pode existir senão ao preço e ao termo de um trabalho coletivo de construção inseparavelmente teórico e prático. (BOURDIEU, 2008, p. 50).

Apesar das diferenças entre os atores no interior da arena competitiva, todos os jogadores envolvidos na disputa são conhecedores dos códigos que regem a dinâmica do campo. “Compreender a gênese social de um campo, e, aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 69).

Nem todo espaço social existente pode ser categorizado como um campo específico. Para que isso ocorra, faz-se necessária a existência de algumas premissas básicas para seu enquadramento nesse arcabouço teórico. Um campo deve possuir autonomia, ao menos relativa, em relação a outros campos, embora muitos campos possam ter certa inter-relação com outros igualmente autônomos. Outra condição fundamental para a comprovação de um campo consiste na existência de objetos de disputa de valor simbólico conversível em algum tipo de capital destinado aos jogadores que os conquistarem na disputa, bem como os agentes do campo devem reconhecer perfeitamente esses objetos

de luta e com valor simbólico passível de provocar alterações nas posições do campo. Além disso, para que haja, de fato, um campo no espaço social, os jogadores devem ser conhecedores das regras e dos códigos reservados somente aos interessados e iniciados no interior do campo, o que depende do *habitus* que é próprio do campo.

Outro fenômeno observado no campo consiste no posicionamento defensivo dos jogadores que ocupam posições no campo social e se movimentam a favor da manutenção das regras de ingresso no campo, impondo barreiras de entradas aos pretendentes desejosos de subverterem as regras do jogo, seus valores e o acesso aos objetos de luta (BOURDIEU, 1983).

Conforme a abordagem proposta originalmente por Bourdieu, o processo de estruturação do universo social do campo é pautado pela propriedade dos diferentes tipos de capital em posse do jogador. Uma das variáveis que podem determinar o posicionamento dos agentes no interior de um campo está intrinsecamente atrelada ao volume do capital do tipo considerado específico, sendo esse tipo de capital associado às conquistas de lutas antigas por parte dos jogadores. A distribuição do capital específico pode determinar o tipo de movimentação dos agentes que disputam postos no interior do campo:

> Aqueles que, num estado determinado da relação de força, monopolizam (mais ou menos completamente) o capital específico, fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo, tendem a estratégias de conservação – aqueles que no campo de produção de bens culturais tendem à defesa da ortodoxia – enquanto os que possuem menos capital (que frequentemente são também os recém-chegados e, portanto, na maioria das vezes os mais jovens) tendem a estratégias de subversão – as de heresia (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Toda a retrospectiva histórica do jogo, seus personagens do passado, seus feitos em defesa dos objetos de disputa devem ser cultuados e preservados por todos aqueles que disputam o campo. Estando presentes em cada intenção e movimentação do jogo “todas as pessoas compactuam com a conservação do que é produzido no campo, tendo interesse em conservar e a se conservar conservando. E outro indício do funcionamento enquanto campo é marca da história do campo na obra” (BOURDIEU, 1983, p. 91-92).

Para nos apropriarmos, de forma adequada, da noção de campo no âmbito do futebol, é necessário distinguir níveis. De forma mais geral, trata-se de uma modalidade do campo esportivo, que é caracterizado por uma grande variedade de práticas e estruturas organizativas distintas. Diferentemente dos esportes “amadores”, em geral dependentes de subvenções do Estado ou do patrocínio de empresas, o futebol é uma modalidade orientada para o mercado e estruturada em ligas e federações hierarquizadas nacional e internacionalmente. O clube é o elemento-chave e o protagonista da quase totalidade das práticas do futebol, à exceção de sua manifestação mais grandiosa que são as copas, nas quais os times são seleções nacionais postas em disputas continentais ou globais. O caráter nacional das seleções não significa que, nesse nível, o futebol é uma questão de Estado, mas sim de federações reunidas na FIFA, que é a cúpula mundial de todas as práticas futebolísticas, que envolvem clubes ou seleções. Pode-se dizer que, nesse nível, como nos demais, o campo do futebol pressupõe autonomia, mesmo que o campo do poder possa, em certas circunstâncias, interferir no âmbito do futebol como em outras práticas esportivas, o que foi comum no nazismo e na Guerra Fria.

Clubes são entidades privadas submetidas ao direito civil, mas, no que diz respeito às práticas futebolísticas, têm suas próprias leis e seus tribunais. Mas esses dados institucionais não totalizam o campo. Para sermos coerentes com as ideias de Bourdieu, há que se dizer que o campo futebolístico é mais amplo.

Assim como no campo intelectual e artístico, temos que levar em conta os *marchands*, os críticos, os editores, os empresários especializados e tantos outros agentes, no campo do futebol, temos os empresários dos jogadores, os jornalistas, os locutores, os publicitários, os torcedores organizados, as empresas de comunicação orientadas preponderantemente para os esportes, as empresas de material esportivo. Isto é, um conjunto de agentes que estão fora do âmbito institucional dos clubes e das federações e são, mesmo assim, fundamentais na reprodução do campo do futebol.

A inserção no universo do esporte de pessoas provenientes de outras áreas e campos distintos acabaram por trazer para o campo do futebol uma vasta

gama de profissionais e especialistas de assuntos diversos. Entretanto, dado o posicionamento do futebol na cultura popular do Brasil, tornou-se um desafio manter o distanciamento da paixão “clubística” por parte da legião de profissionais atuando no futebol, de quem se espera um discurso de especialista em contraposição à postura creditada aos amadores, própria dos torcedores apaixonados.

O fenômeno do clubismo não é recente no futebol, sendo esse tema amplamente debatido há décadas pela crônica especializada em futebol, conforme apontou pesquisa de Toledo (2000), quando este se debruçou sobre os textos do cronista esportivo Armando Nogueira no tocante à propaganda e à isenção dos especialistas:

> Em grande medida, este apelo a uma atitude mais equidistante, salientada por Armando Nogueira, é hegemônica entre os *especialistas* na imprensa esportiva atual, coadunando-se com o atual *boom* profissionalizante que acomete o futebol, desdobrado em vários níveis, como se pode constatar, com o crescente incremento das parcerias entre empresas e clubes, que procuram definir novas modalidades de gerenciamento de marketing e patrocínios, ou mesmo no âmbito das relações trabalhistas, propostas na recente extinção gradual da lei do passe. (TOLEDO, 2000, p.182).

O lugar do jogador no *campo do futebol* é dos mais singulares, sobretudo em razão do *habitus*. Nesse caso, não se trata do hábito de jogar bola ou das competências esportivas, mas sim das disposições internalizadas, físicas e intelectuais de presidentes, diretores, conselheiros, jornalistas, locutores, empresários, etc., que lhes permitem ocupar e dominar posições a partir das quais orientam os destinos do futebol. Nesse sentido, pode parecer surpreendente, o atleta está no polo dominado, um subcampo, e são raros aqueles que se habilitam a atravessar a fronteira em direção ao polo dominante, isto é, ocupar posições no âmbito das direções dos clubes.

Mas este trabalho circunscreve, sobretudo, a dimensão política do clube e os processos de oligarquização, que são, como já vimos, característica chave de sua reprodução. Dessa maneira, definimos o campo político de um clube de futebol como um espaço social com a capacidade de produzir e reproduzir um *habitus* singular, com regras, discursos e dinâmica próprias, em que o jogo é

jogado por pessoas e blocos organizados para a disputa do poder, podendo esses ser conversíveis em objetos de disputa que conferem, aos vencedores do campo, tipos específicos de capital, como recompensas financeiras, prestígio social e melhores posições não só no interior do subcampo político do clube, como também em outros campos sociais nos quais esses agentes venham a participar.

Entretanto, apesar da disparidade dos interesses dos membros desses grupos, existe certo nível de mobilidade entre os indivíduos que compõem essas associações de interesse. Sócios podem conquistar a posição de conselheiros do clube por meio de um processo eleitoral, para posteriormente reivindicarem junto às lideranças do grupo dominante, que detêm o monopólio do poder, a posição de político profissional remunerado. Nesse caso em particular, o conselheiro se licencia do cargo eleito para assumir um novo cargo executivo remunerado. Sob essa circunstância, esse indivíduo pode utilizar de ferramenta de pressão política visando a se apropriar do cargo remunerado, uma vez que de volta à condição de conselheiro, passaria, eventualmente, a compor o bloco oposicionista, criando embaraços ao grupo dominante.

Por outro lado, existe a possibilidade de políticos tradicionais e conselheiros assumirem um discurso contrário à possibilidade de políticos receberem proventos de qualquer espécie por trabalho legal executado no clube, além dos tipicamente honoríficos. Esse tipo de político de clube é associado, de alguma forma, a um resíduo de antigos grupos oligárquicos enfraquecidos na luta pelo poder interno da organização. É exatamente essa camada de políticos secundários, que perderam posições no campo frente aos políticos profissionais principais, que se coloca de prontidão à espera de eventual fracasso dos gestores remunerados para, em aliança com novos grupos pretendentes, retomar o poder na política do clube.

Dentro da visão tradicional que norteia o subcampo político dos clubes de futebol, os políticos profissionais se dedicam ao clube motivados por objetos de luta de natureza financeira, enquanto outros políticos oligarcas o fazem de maneira gratuita e amadora motivados por outras recompensas, quase sempre camufladas em amor incondicional pela instituição. Bourdieu aborda, em seu

trabalho, a relação da gratuidade como razão principal que leva à prática de um ato supostamente desinteressado.

> Assim, a sociologia postula que há uma razão para os agentes fazerem o que fazem [...], razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes, arbitrárias, em uma série coerente, em algo que possa compreender a partir de um princípio único ou de um conjunto coerente de princípios. Nesse sentido, a sociologia postula que os agentes sociais não realizam atos gratuitos. [...] Esse primeiro sentido esconde outro, mais comum, o que é gratuito é o que é por nada, que não é pago, que não custa nada, que não é lucrativo. (BOURDIEU, 2008, p. 138-139).

A esse cenário difuso e complexo, envolvendo interesse financeiro dos profissionais e desinteresse aparentemente “gratuito” de alguns agentes, somam-se ainda os funcionários tecnocratas de carreira que trabalham em setores de suporte do clube e podem resistir a pressões no exercício de suas funções apesar das vicissitudes impostas pela política. Esses funcionários são numerosos em quantidade, embora na maioria das vezes sua remuneração seja inferior, principalmente quando comparadas aos profissionais que ocupam cargos na estrutura política por delegação das lideranças da instituição. Os funcionários de carreira de nível inferior tendem a ser mais subservientes aos interesses do clube, às pessoas que o dominam politicamente, entretanto, a cada nova gestão surge o temor de perderem espaço para os funcionários indicados pela camada política que monopoliza as decisões do clube.

Outro tipo distinto e representativo de funcionário que compõe o cenário do interior do clube é a figura do atleta de futebol profissional, sobretudo aquele que, após longos períodos atuando no clube, e fortemente identificado com ele, busca permanecer após abandonar as chuteiras (ou as luvas). Embora os atletas atuem como agentes inseridos em outro subcampo, em particular voltado à prática do esporte, e não pertençam diretamente ao subcampo político do clube, esses podem alterar a disputa no espaço social da política em momentos de reconfiguração da distribuição de cargos e recompensas entre os demais agentes. Os atletas são, com isso, outro grupo de pressão no interior do clube.

Como já indicamos, o subcampo da prática esportiva do futebol tem um caráter dominado, mas reivindica autonomia, pois é nele que se acumula o

principal capital do campo na sua totalidade, a conquista esportiva. Em certo sentido, é mais abrangente que o campo político de um clube, pois engloba como agentes os técnicos, os membros da comissões e os atletas dos outros clubes, uma vez que os profissionais envolvidos diretamente na prática do futebol, independentemente dos clubes em que atuam, buscam reproduzir mecanismos de solidariedade com a categoria profissional e, em certos casos, podem assumir determinadas posições em conjunto, sobretudo aqueles que, além das competências esportivas, possuem outras, como capacidade de liderança. Para uma maior compreensão do jogo paralelo desse subcampo em particular, recomenda-se, para pesquisas futuras, o estudo desse espaço social em específico.

Localizado no cerne de um clube de futebol tradicional, existe um grupo minoritário e organizado dotado de grande poder político e possuidor de diversos tipos de capital; por conta disso, exerce uma dominação sobre todos os demais membros que compõem a instituição. Esse grupo, nós podemos chamar de elite política profissional. A elite de um clube de futebol não se restringe a atuar somente na instituição esportiva, pois essa atuação lhe garante um maior poder simbólico para entrar como pretendente em outros campos da sociedade, por exemplo, um político de clube acumula capitais de tipos específicos que permitem a migração para o campo da política tradicional.

Mesmo em não se tratando de esportes, podemos mais uma vez recorrer a Weber, quando este ilustrou o surgimento dos primeiros clubes políticos na Europa, sobretudo na Inglaterra. Esses clubes foram os progenitores dos partidos modernos e funcionavam como um local reservado à aristocracia e à pequena burguesia na luta conjunta de seus interesses, principalmente nas regiões onde não havia a presença de um partido organizado de representação política, ocupando esses clubes tal espaço na sociedade.

> Membros do clero, professores, advogados, médicos, farmacêuticos, fazendeiros prósperos, manufatores – e, na Inglaterra, qualquer camada social que julgava pertencer à classe dos *gentlemen* – constituíram-se, de início em agrupamentos políticos episódicos ou, quando muito, em clubes políticos locais. [...] Somente em caráter acessório e a título exclusivamente honorífico que um homem de projeção consagrava parte de seus lazeres à direção de um clube. Nas

> localidades onde esse clube não existia (caso mais comum), a atividade política estava privada de qualquer organização, até no que respeitava às raras pessoas que se interessavam normalmente e de maneira contínua pela situação do país. (WEBER, 2004, p. 88-89).

Embora exista o discurso político baseado na *doxa* que preconiza a união de todos em torno da defesa dos interesses do clube, no campo da prática, os grupos buscam atender a seus próprios interesses. O objetivo de todo grupo político de um clube de futebol é exercer a dominação da instituição - para tal, todas as ações buscam enfraquecer os grupos antagônicos, assim como fortalecer as próprias posições no campo político do clube. Bourdieu comentou acerca do amálgama que sedimenta a união desses grupos:

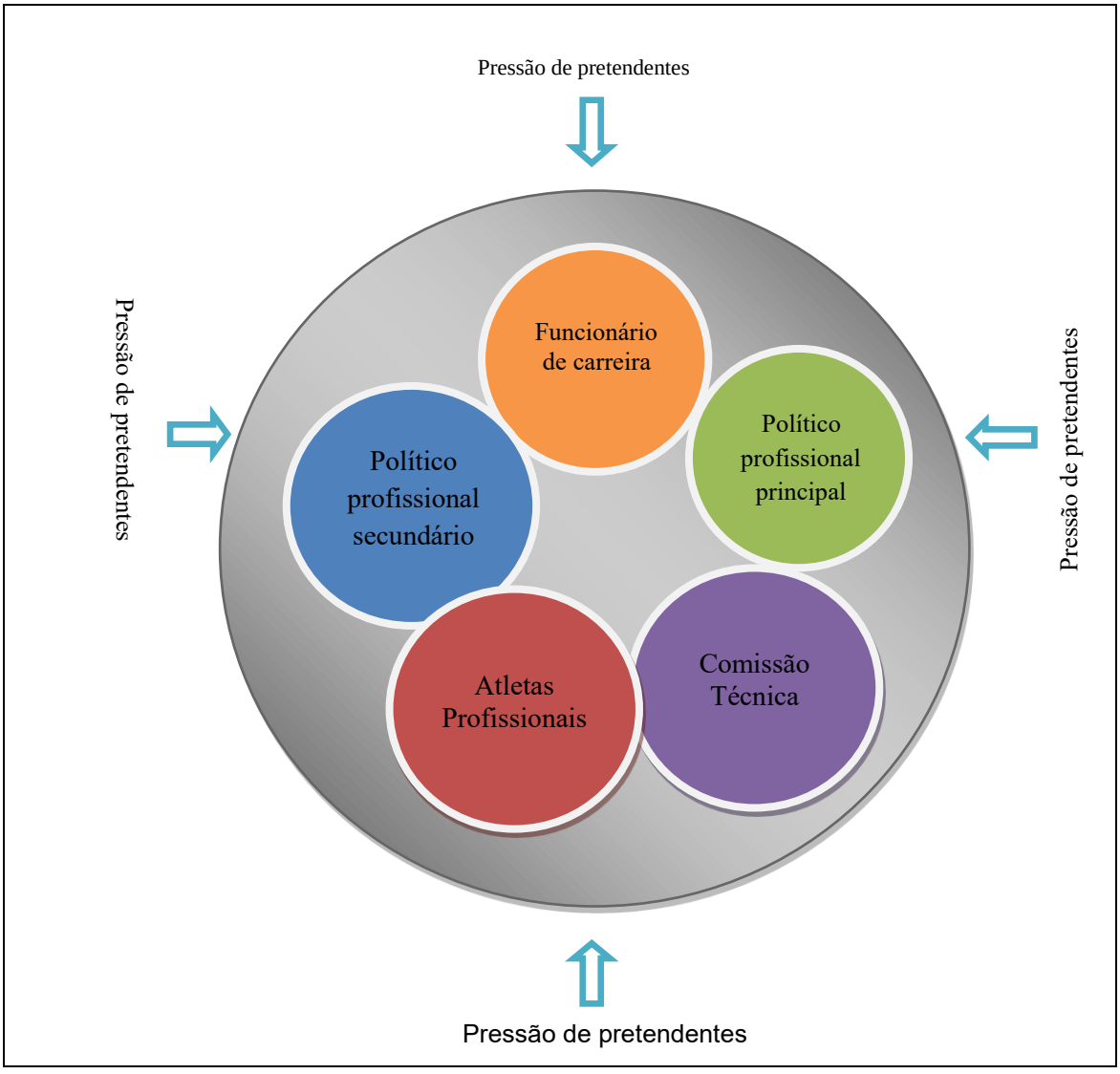
> Dito de outro modo, o trabalho simbólico de constituição ou de consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes, siglas, de signos de adesão, manifestações públicas etc.) tem tanto mais oportunidades de ser bem sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele se exerce estejam inclinados – por sua proximidade no espaço das relações sociais e também graças às disposições e interesses associados a essas posições – a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto (político ou outro). (BOURDIEU, 2008, p. 50-51).

Embora o subcampo político de um clube de futebol goze de relativa autonomia em relação a outros subcampos, ele não representa uma estrutura completamente hermética e independente. Devemos considerar que o campo político de um clube se relaciona com o meio externo e recebe alguma influência dele, sobretudo no tocante ao rendimento do time de futebol dentro da esfera esportiva; as políticas definidas pelos muitos órgãos que regulamentam o esporte; as políticas públicas que gerem as práticas legais; a mídia que abastece o grande público de informações.

A somatória dessas forças ou “variáveis secundárias”, como define Bourdieu, abastecem as estratégias de subversão utilizadas pelos grupos de pretendentes, que se encontram organizados em blocos políticos desejosos de entrar no jogo e ocupar uma posição de dominante nesse campo específico. Cabe à camada dominante defender ao máximo seu monopólio e neutralizar essas forças, buscando a manutenção das posições ocupadas.

Para facilitar a compreensão e o nível de interação dos agentes existente no subcampo político de uma organização esportiva, recorremos à construção de uma ilustração que demonstra a configuração política existente no interior dele. A ilustração a seguir (Figura 1) retrata as relações conflituosas existentes no interior de um clube tradicional de futebol, assim como o seu entorno, que reúne candidatos a ingressante no jogo do poder, dispostos a quebrar o monopólio do grupo dominante e assumir esse posto.

Figura 1 - Campo político de clubes de futebol



Fonte: elaborado pelo autor.

No próximo capítulo deste trabalho, jogaremos luz ao obscuro e complexo processo que permeia a política de um grande clube de futebol, bem como suas relações com outros espaços sociais que o circundam. Por meio do estudo de

caso específico a respeito da figuração política do clube, será possível a aplicação das teorias fundamentadas no decorrer desta pesquisa. Assim, será abordado o caso do Santos Futebol Clube.

Por meio de uma pesquisa qualitativa e estruturada junto aos agentes que compõem esse cenário, além do estudo das transformações impostas ao estatuto social que rege as normas políticas do clube, como também notícias veiculadas nos meios de comunicação, estudaremos com mais propriedade o subcampo político do Santos Futebol Clube.

O tradicional clube de futebol sediado na cidade de Santos possui suas próprias particularidades, assim como possui aspectos que são comuns aos demais grandes clubes do Brasil. Espera-se, dessa maneira, que este trabalho possa contribuir para uma melhor compreensão da configuração política dos grandes clubes de futebol no Brasil.

CAPÍTULO III – O ESTUDO DE CASO DO SANTOS FUTEBOL CLUBE

3.1 O OBJETO DE ESTUDO: SANTOS FUTEBOL CLUBE

Os clubes do futebol brasileiro apresentam uma dicotomia, pois são enquadrados na legislação como instituições representativas e sem fins lucrativos, e concomitantemente movimentam com frequência grande quantidade de recursos financeiros provenientes da *espetacularização* do esporte, embora a estrutura social e organizacional dos clubes continuem arcaicas.

> No Brasil, a não transformação dos clubes em empresas futebolísticas, ou a cessão a elas da gestão do futebol, gera um fenômeno peculiar e paradoxal. O futebol profissional movimenta somas vultosas (patrocínio, direitos de imagem e transmissão, transações de atletas e seus salários etc.), mas a parte social dos clubes permanece modesta, quando não deficitária. [...] Por isso, dirigentes cortejam essa base para obter seu apoio e continuar a decidir sobre a parte econômica, social e politicamente relevante para fora da entidade, o futebol profissional. (COUTO, 2017, p. 238).

Em consonância com essa visão paradoxal defendida por Couto a respeito dos clubes de futebol no Brasil e seu sistema eleitoral junto aos seus associados, a abordagem central deste estudo recaiu sobre a classe dirigente e a estrutura política de um tradicional clube do futebol paulista - o Santos Futebol Clube.

A escolha por essa agremiação em específico ocorreu, sobretudo, pelo acesso às informações do clube, como também às pessoas que compõem seus quadros. Tal proximidade com o objeto de estudo foi fruto da experiência pessoal do autor desta pesquisa, que atuou como profissional na gestão da instituição, além da atuação na militância política em diversas eleições do clube.

O Santos Futebol Clube possui características similares quando contraposto às demais grandes agremiações futebolísticas do Brasil. Assim sendo, considerando o fato de os grandes clubes brasileiros pertencerem ao grupo de organizações de natureza eminentemente política, cujo poder é

delegado a uma minoria organizada, tendo esta como princípio teórico a representação dos anseios de uma maioria constituída de associados, podemos categorizá-lo como uma organização suscetível à incidência dos mesmos fenômenos sociológicos inerentes a esse tipo organizacional.

Posto isso, segundo a abordagem de Cláudio Couto (2011), fundamentado nos princípios propostos por Michels, são essas associações de caráter coletivo as mais propensas à ocorrência de ciclos de oligarquização. “Identifica-se em muitos clubes, bem como noutras associações esportivas, processos de oligarquização que têm como traço mais proeminente a longevidade dos mesmos dirigentes em posições de mando” (COUTO, 2017, p. 237).

Portanto, um dos traços indicados por Couto como provável indicativo da presença de processos oligárquicos repousa sobre o fato de um mesmo grupo organizado permanecer por um longo período de tempo ocupando cargos diretivos na agremiação. Diante disso, constatando o tempo de permanência dos presidentes no comando do Santos F. C., nós encontraremos dois dirigentes que se notabilizaram como os mais longevos no comando dos desígnios do clube. Athié Jorge Coury, que na juventude havia se formado em economia e atuado como goleiro do Santos, assumiu a presidência da agremiação em 1945, permanecendo no cargo até o ano de 1971. Outro dirigente que concentrou o poder por um longo período de tempo foi o empresário Marcelo Pirilo Teixeira, que permaneceu no cargo por doze anos, divididos em dois períodos intercalados - no biênio 1990-1991, e voltando ao cargo em 2000 até o ano de 2009 -; além disso, foi um dirigente capaz de permanecer influente no clube por meio do apoio político ao atual presidente Modesto Roma Júnior, cuja gestão pode ser vista como pertencente ao mesmo grupo político. Considere-se ainda o fato de que tanto Marcelo Teixeira como Modesto Roma Júnior são igualmente filhos de ex-presidentes do clube, o que reforça a ideia de ciclos oligárquicos nas instâncias de poder do clube.

Embora o longo período de permanência, no cargo de presidente de um clube, das mesmas pessoas possa ser um indicativo de uma possível ocorrência de oligarquia sistêmica, isso não pode nos servir de comprovação única e cabal

da existência de oligarquias no Santos F. C. O próprio sistema democrático prevê a possibilidade de um mesmo partido ser reconduzido ao poder sem que haja ilegitimidade ou fraude no processo (COUTO, 2017).

> Ipso facto, a baixa rotatividade dos ocupantes de posições de mando é indicador de que pode haver oligarquização, embora não possa ser tomada isoladamente como uma evidência cabal. É preciso que a perpetuação dos dirigentes decorra da manipulação ilegítima de recursos organizacionais, de modo a embotar a competição que lhes poderia desalojar. (COUTO, 2017, p. 240).

Portanto, partindo do postulado acima citado, faz-se necessária, também para a comprovação da ocorrência de processos oligárquicos na estrutura de um clube de futebol, a manipulação das normas institucionais à revelia da maioria dos sócios representada pelo grupo dominante, isto é, seria necessária, como elemento que corroborasse essa constatação, a existência de uma manipulação do estatuto responsável pelas diretrizes da instituição, sendo ainda que a referida manipulação tenha como objetivo a continuidade à frente da direção do clube por meio de mudanças nas regras com o objetivo de facilitar a permanência no poder e, concomitantemente, restringir a atuação de grupos de opositores (COUTO, 2017).

Na análise das alterações estatutárias ocorridas no Santos, foi possível identificar mudanças introduzidas por grupos dominantes ocorridas em 2003, quando foi extinto o dispositivo que limitava a uma reeleição de presidente; assim como a alteração mais recente realizada em 2011, quando, entre outras mudanças, ampliou-se o mandato do presidente de dois para três anos, reduziu-se o tempo de carência mínima que concede o direito ao voto para o associado de três para um ano, além da extinção dos cargos de gestores amadores e as regras na distribuição das cadeiras do conselho.

Apesar de as ocorrências citadas acima serem demonstrativas da existência de processos de oligarquização, o Santos F. C. tem características identitárias próprias que o distinguem da maioria dos grandes clubes do futebol brasileiro. Umas das características marcantes do clube praiano é a inexistência de uma estrutura física de lazer voltada para atender o quadro social do clube. Essa particularidade mereceu uma nota distintiva no trabalho de Couto:

> É importante fazer uma ressalva, pois alguns clubes esportivos, como o Santos Futebol Clube ou o Grêmio de Foot-Ball Porto Alegrense, por exemplo, embora também sejam associações voluntárias, não possuem um clube social significativo, que seja percebido de forma destacada pelos sócios como um serviço do qual são usuários – ou quase clientes. (COUTO, 2017, p. 238).

Dessa maneira, considerando todos os aspectos acima aludidos às características de oligarquias presentes nos tradicionais clubes do futebol brasileiro, bem como os elementos singulares presentes especificamente no Santos Futebol Clube, somos invariavelmente remetidos a um questionamento: seria o Santos Futebol Clube, assim como tantas outras agremiações tradicionais do futebol brasileiro, uma organização com características oligárquicas? E quais fatores confirmam ou refutam essa condição?

Espera-se, portanto, que este estudo de caso exploratório traga luz sobre o problema em pauta e possa contribuir para uma melhor compreensão da configuração do sistema político dos clubes de futebol e dos atores que dele fazem parte.

O recorte temporal que circunscreveu a investigação concentra-se principalmente no período compreendido entre a gestão de Athié Jorge Coury, iniciada em 1945, até a gestão do último presidente do Santos, Modesto Roma Júnior. Para isso, o foco do trabalho recairá especialmente sobre as circunstâncias que envolveram o processo sucessório desse período em questão. Dessa maneira, espera-se compreender como ocorreu a transferência do poder delegado e também os fatores que combinados configuraram o corolário das eleições dos presidentes e grupos eleitos no clube.

A investigação teve como base entrevistas semiestruturadas em profundidade, entrevistas narrativas realizadas com conselheiros e dirigentes do Santos Futebol Clube, além da observação sistemática da vida do clube, da análise de documentos dos arquivos e de pesquisa nos meios jornalísticos impressos e digitalizados.

3.2 AS ORIGENS DO CLUBE

Conforme destacado no primeiro capítulo deste trabalho, durante o transcurso dos primeiros anos do século XX no Brasil, o futebol se disseminou pelos grandes centros urbanos organizado em clubes controlados, em boa parte, pela elite dominante. Essas associações foram constituídas, em sua maioria, em torno de escolas, colônias de estrangeiros ou ainda em grandes indústrias, sendo estas o vetor que possibilitou o ingresso de operários nas equipes recém-constituídas.

Esse movimento social também se fez presente na principal cidade do litoral paulista. O município de Santos crescia alavancado pela riqueza proporcionada pelo comércio internacional do café, que derramou recursos financeiros por todo o comércio em torno da área central da cidade. O porto de Santos, como principal corredor da exportação de *commodities* no Brasil, impulsionou a economia da cidade e possibilitou o fortalecimento de uma elite local lastreada no café.

As relações internacionais proporcionadas pelas atividades portuárias na cidade criaram um ambiente propício para a disseminação da prática do futebol, tendo em vista que muitos tripulantes de navios estrangeiros atracados no cais praticavam o esporte nos arredores do porto, chamando assim a atenção dos moradores locais para o hábito dos marinheiros estrangeiros que praticavam o futebol. Não tardou para que a modalidade desse os primeiros passos na região.

A configuração de tais condições constituiu uma força motora favorável para a fundação de um clube social na cidade voltado para a promoção e prática do futebol. Além disso, existia uma grande expectativa entre os jovens esportistas e comerciantes da região de se criar um clube que pudesse representar dignamente a cidade nos primeiros torneios organizados da categoria. O livro “Álbum de Ouro” (1967) - primeira obra voltada para ilustrar a história do Santos Futebol Clube - escrito pelo jornalista e fotógrafo esportivo De Vaney, é uma fonte importante que levamos em conta.

> Claro que era preciso fundar um clube em Santos. Assim como estava – todas as cidades tendo seu grêmio, e Santos não – assim não era possível continuar de maneira alguma.
>
> E foi por isso que surgiram circulares, enviadas através do Correio, às casas de rapazes estudantes ou pertencentes ao alto comércio:
>
> "Para tratar da fundação de um clube de futebol, queira v.s. comparecer, no dia 14, às 20 horas, ao salão do clube Concórdia, à rua do Rosário, nº 10. Santos, 5 de abril de 1912" (DE VANEY, 1967, p. 3).

As condições favoráveis à constituição de um clube orientado para a prática do futebol na cidade de Santos, constituído por um quadro social que pudesse garantir a manutenção de uma equipe competitiva e que representasse dignamente a elite dominante da cidade, surtiram efeito na noite de 14 de abril de 1912, com a fundação do Santos Futebol Clube. Com o recrutamento dos primeiros 200 sócios da instituição, os organizadores da agremiação escolheram o nome do clube, aprovaram o estatuto e elegeram os seus dirigentes, sendo o primeiro presidente Sizino Colatino Martins Patusca. Assim como em boa parte dos clubes fundados no Brasil no início do século XX, a primeira geração era composta por sócios, atletas e diretores, que ao mesmo tempo em que jogavam, assumiam também funções diretivas.

Fundado com o amplo apoio do comércio e da elite santista, sobretudo a chamada praça cafeeira situada na Rua XV de novembro, no centro da cidade, o clube esteve por anos à mercê das doações dos comerciantes para garantir o mínimo de estrutura necessária à prática do esporte. Em nota publicada cinco dias antes da fundação do clube no jornal *O Diário de Santos,* em 09/04/1912, fica evidente a dependência da agremiação em relação ao grupo econômico poderoso em vigor na época. O jornal comunicava aos leitores a cessão por empréstimo de um terreno de propriedade do rico comerciante de café, José Domingues Martins, para que a equipe pudesse realizar seus treinos e jogos em um campo adequado para a prática do esporte. José Domingues Martins também viria a exercer os cargos de presidente da associação comercial da cidade de Santos, como também presidiu a câmara municipal de vereadores da cidade.

Desde o fim da primeira metade do século XX, o custo para a prática competitiva do futebol representava o principal problema a ser solucionado pelos dirigentes esportivos. Os clubes sobreviviam basicamente da renda obtida pela venda de ingressos e a comercialização de ativos humanos, ou seja, a venda de jogadores aos demais clubes.

3.3 A GESTÃO AMADORA

Antes de tratarmos da questão do amadorismo e do profissionalismo na gestão dos clubes de futebol, é necessário abordar esse tema no interior das práticas esportivas, que, em sua história, foi fundamental para a definição dos esportes modernos.

> O campo das práticas esportivas é o lugar de lutas que, entre outras coisas, disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva, amadorismo contra profissionalismo, esporte prática contra esporte espetáculo, esporte distintivo de elite e esporte popular de massa, etc. (BOURDIEU, 1983, p. 142).

O senso comum atribui significado inadequado ao conceito amador, o que pode causar distorções quanto a sua interpretação. Usualmente a palavra é empregada como simples antônimo do substantivo profissional, assim, amador assume uma conotação de indivíduo que não tem a competência mínima necessária ou é pouco habilitado para o exercício de uma determinada atividade ligada à produção de bens de valor econômico.

Entretanto, ao buscarmos o significado etimológico da palavra amador, deparamo-nos com um conceito distinto do empregado popularmente. Amador advém do termo latim “amare”, que originou a palavra amor ou gosto por algo. Assim, originalmente, o substantivo amador pode ser definido etimologicamente como o indivíduo que é motivado a realizar algo pelo amor ou gosto pessoal, ou seja, executa um ato desprovido da expectativa do retorno financeiro. A principal motivação do amador é a realização pessoal e não o dinheiro que isso possa proporcionar ao indivíduo.

Ao retrocedermos aos tempos do Barão de Coubertin e aos ideais dos jogos olímpicos da modernidade por ele criados, podemos interpretar de outro

modo o significado original do termo. O conceito de desportista amador pregoado por Coubertin diz respeito àquele que pratica o esporte por amor e não pela expectativa de dinheiro; subentende-se daí a ideia de o atleta amador ser detentor de outros meios financeiros para sua subsistência. Posto assim, uma pessoa desprovida de capital financeiro não poderia dedicar-se à prática com a frequência necessária, de maneira a garantir uma boa performance esportiva.

Por conseguinte, o esporte eminentemente amador defendido pelo Barão de Coubertin foi uma maneira velada de excluir da prática esportiva os indivíduos não pertencentes aos estratos superiores da sociedade, ou que não faziam parte da elite dominante. Como já visto anteriormente, o amadorismo era um artifício para garantir exclusividade no esporte em todas as suas dimensões.

A prática do esporte amador também se fez presente no futebol brasileiro, como visto no preâmbulo deste trabalho. Todavia, sob o olhar da prática do esporte, esta foi rompida pelos atletas talentosos provenientes da classe proletária que praticavam o futebol em troca de salários e melhores condições de vida. Contudo, o princípio amadorístico imposto aos cargos de direção do esporte foi mantido estrategicamente como uma última trincheira de resistência da elite no campo do esporte, para assim garantir às camadas dominantes o monopólio sobre o futebol.

Assim, puderam se perpetuar, ainda que em um grupo restrito e com influência política, chamando para si a responsabilidade de planejar, expandir, regrar, enfim, pensar os esportes modernos. Portanto, com a “democratização funcional”, a elite que optou pelo profissionalismo assumiu os postos diretivos, monopolizando o gerenciamento de uma prática que contribuiu para inventar, mas que progressivamente estava fugindo ao seu controle (DAMO, 2002, p. 28).

A lógica dos dirigentes amadores também permeou o Santos F. C. A elite burguesa dominante da cidade ocupou o alto escalão da estrutura política burocrática do clube por décadas, e a essa classe social coube a responsabilidade de tornar a entidade financeiramente viável e garantir os resultados e conquistas na esfera esportiva.

O caixa financeiro do clube recebeu, durante muito tempo, recursos provenientes dos comerciantes do café da cidade, que enxergavam na agremiação um representante simbólico da burguesia santista e do setor cafeeiro. O time do Santos projetava para o Brasil a força da cidade e o poder do capital simbólico e econômico exercido pelo comércio do café, além de servir de plataforma eleitoral para a ambiciosa elite ávida pela dominação do campo político.

O interesse da burguesia santista em apoiar o clube de futebol local ficou claramente explicitado durante a entrevista realizada com o conselheiro efetivo do clube José Geraldo Gomes Barbosa (irmão do ex-interventor nomeado pela ditadura, ex-prefeito eleito e ex-vereador de Santos, Paulo Gomes Barbosa) [7]. Barbosa também é tio do atual prefeito da cidade de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB).

> [...] eu me lembro de uma passagem já em 1966 [...] eu tinha trabalhado com um corretor de café e conselheiro do clube chamado Ivo Tuna. Eu me lembro que em uma dessas ocasiões, o Ivo falou pra mim “Oh Zé Geraldo, leva isso aqui pra mim” - e era uma caixa de dólar - “Lá pro Nicolau Mouran [8] que eu me comprometi com ele que eles vão contratar um grande jogador e eu nem sei quem é, mas os caras me encheram o saco e eu vou dar essa grana”. Então eu perguntei para ele: Quem é? [...] “Fica quieto é o Carlos Alberto Torres, o moleque é bom de bola”. Eu vi a contratação do Calos Alberto, 200 mil cruzeiros pagos por esses caras da bolsa do café. Eu fui levar dinheiro, eles se juntaram, mais de 15 caras, porque naquela época eles exportavam muito, 100 sacas de um, 200 sacas de outro e foi assim que eles contrataram o Carlos Alberto Torres”. (José Geraldo Gomes Barbosa, entrevistado em 02 de dezembro de 2014).

Embora a ligação do café com o clube tenha se perdido com o transcorrer do tempo, principalmente em função da sensível redução do poderio econômico, e consequentemente da importância do setor cafeeiro, e combinado a isso, a

[7] Paulo Gomes Barbosa foi corretor de café e ocupou o cargo de presidente da bolsa de café de 1974 a 1977. Na política, foi prefeito nomeado pelo governo militar de 1980 a 1984. Foi vereador na cidade de 2001 a 2008. Ocupou o cargo de presidente da câmara dos vereadores no biênio 2005 e 2006. No Santos Futebol Clube, Paulo Gomes Barbosa foi conselheiro efetivo.

[8] Nicolau Mouran Villar foi atleta do Santos entre as décadas de 1930 e 1940. Após encerrar a carreira de jogador, passou a ser dirigente do SFC e ocupou o cargo de diretor de futebol entre as décadas de 1950 e 1960.

elevação dos custos do futebol profissional moderno, ainda pode-se observar, no clube, antigos dirigentes pertencentes a esse ramo de negócios.

Com o objetivo de trazer luz a essa antiga prática, foi entrevistado um dos raros dirigentes em atividade remanescente desse setor econômico. Florival Amado Barletta, conselheiro do clube há mais de quarenta anos, ex-diretor e ex-presidente do Conselho Deliberativo nos concedeu entrevista a respeito dessa época. Em seu depoimento, Amado detalha como ocorria a arrecadação de recursos para o clube, assim como nos fornece indicações do setor econômico emergente que veio a substituir a velha prática:

> Meu pai que trabalhava na maior firma de café tinha uma enorme ingerência na praça. Então muitas vezes o Santos pediu a ele sacas de café. Meu pai pedia para a praça essas sacas para pagar salários de jogador e para isso e para aquilo outro [...]. Hoje o futebol mudou muito, é um grande business, rola muito dinheiro. Os salários dos jogadores são altíssimos, difícil alguém pagar essa conta. A TV e o patrocínio representam hoje o que o café representava no passado. Hoje os uniformes são absurdamente poluídos de marcas. O que era imaculado virou maculado. Mas isso é o futebol moderno, isso é o profissionalismo. Antes o café bancava a conta e tinha certa ingerência na vida do clube, agora isso foi substituído pela mídia e os patrocinadores. O último contrato de TV rendeu ao clube 40 milhões. (Florival Amado Barletta, entrevistado em 13 de abril de 2017).

Conforme a visão do experiente dirigente santista revelada durante a entrevista, no contexto do futebol contemporâneo, cabe à mídia e aos patrocinadores do Santos ocuparem o papel de financiadores dos elevados custos do esporte, função exercida outrora pelos comerciantes da praça cafeeira da cidade de Santos, conforme será demonstrado no transcorrer deste capítulo.

3.4 O TIME DOS SONHOS

Nos primórdios do futebol no Brasil, os custos operacionais em decorrência da prática do esporte (pagamento dos salários dos jogadores, remuneração do pessoal de apoio, viagens e aquisição de material esportivo) eram amortizados, sobretudo, pelas receitas advindas da arrecadação com a venda dos ingressos cobrados dos torcedores para assistirem aos jogos, pela negociação dos passes dos atletas com outras entidades esportivas e pela

contribuição a título de taxa de manutenção paga pelo quadro associativo da entidade.

Assim, os grandes clubes localizados nos centros urbanos do país que pudessem oferecer aos seus associados uma estrutura social com uma ampla área de entretenimento familiar, dotada de piscinas, cancha de esportes e salão de festas, tinham preponderância sobre as demais agremiações sem esse tipo de estrutura de lazer.

Com essa característica de clube de lazer, a tríade dos clubes tradicionais paulistanos, ou o “trio de ferro” como era chamado pela imprensa, era composta pela Sociedade Esportiva Palmeiras, pelo Sport Club Corinthians Paulista e, mais tarde, pelo São Paulo Futebol Clube; que despontavam como potências no futebol paulista apoiados por um grande número de sócios com capacidade de pagarem as mensalidades e garantirem a arrecadação necessária para financiar a prática do futebol.

Diferentemente dos demais clubes tradicionais, o Santos F. C. não é dotado de uma sede social com infraestrutura de lazer, mas se enquadra em uma categoria de associação esportiva voltada exclusivamente à prática do futebol. Essa característica singular do Santos limitou historicamente o potencial do clube do litoral de arregimentar sócios. O maior patrimônio pertencente ao Santos sempre foi, e ainda o é, sua praça de esportes denominada Urbano Caldeira, ou, como é mais conhecida, a Vila Belmiro. Portanto, os associados do Santos possuem como único benefício o direito de frequentar o estádio do clube em condições privilegiadas em relação aos demais torcedores.

Assim sendo, conforme visto, a alternativa de receita adotada pelos dirigentes do Santos F. C. visando arcar com as despesas de um grande clube de futebol, foi buscar dinheiro por meio da doação de sacas de café, que eram cedidas como forma de pagamento, muitas vezes em espécie, aos atletas do clube. Esse tipo de financiamento foi amplamente empregado desde a fundação do clube até aproximadamente a primeira metade da década de 1960.

Com a conquista da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1958, e a atuação destacada e reconhecida do então jovem atleta do clube Edison Arantes

do Nascimento, ou simplesmente Pelé, o time do Santos passou a contar com uma estrela de primeira grandeza em seu plantel. Esse fato permitiu ao clube realizar excursões com o time por todos os continentes do mundo, mediante o pagamento de grandes cotas, fixadas em dólares americanos, que garantiam a manutenção da estrutura organizacional que sustentava uma poderosa equipe de futebol.

Do ponto de vista da abordagem de Bourdieu (1989), podemos dizer que o Santos, como agente em um campo específico entre as demais equipes de futebol, destacou-se por meio do capital simbólico conquistado com a posse do maior jogador de futebol no imaginário do esporte. Esse capital simbólico foi conversível, por determinado tempo, em um grande volume de capital econômico.

A relevância de Pelé pode ser constatada ao analisarmos o quadro abaixo (Quadro 1), que demonstra a quantidade de excursões realizadas ao exterior pelo time da Vila Belmiro durante o período em que o Rei do Futebol atuou pelo Santos, assim como antes e depois dessa fase.

Quadro 1 - Excursões internacionais do Santos F. C.

Ano	Jogos realizados no exterior
1956	1
1957 [1]	0
1958	0
1959	37
1960	28
1961	39
1962	16
1963	16
1964	16
1965	17
1966	17
1967	27
1968	29
1969	23
1970	35
1971	26
1972	34
1973	25
1974 [2]	3
1975	0
1976	0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo departamento de história e estatística do Santos F. C.

[1] 1957 foi o ano em que Pelé iniciou a carreira profissional no Santos F. C.

[2] 1974 foi o ano em que Pelé encerrou sua carreira no Santos F. C.

Entre os anos de 1962 e 1966, o Santos F. C. esteve envolvido na disputa da Copa Libertadores da América, o que dificultou ao clube realizar excursões internacionais, além daquelas específicas do torneio.

A apropriação e a exploração de Pelé como figura central de capital simbólico ocorreram no início de sua carreira como jogador profissional no clube. A percepção de que se tratava de um ativo importante para o time motivou a elaboração de um contrato que visasse garantir ao clube os totais direitos sobre o passe do atleta, como nos foi relatado pelo conselheiro efetivo do clube e membro do comitê gestor [9] Gastone Righ:

> Desde 57/58 eu era advogado do Modesto Roma, pai do nosso presidente agora, eu era advogado dele, ele era armador, tinha empresa de armação de navios e, além disso, ainda tinha atuado como consultor e tal; e eu era o advogado das empresas dele. Ele confiava muito em mim e quando ele veio pra cá em 58, ele me trouxe pra cá e como assessor particular dele e advogado aqui do Santos, aí comecei e eu já era Santista fanático, aí comecei a advogar em 58. Tanto assim que fiz o primeiro contrato que foi por escritura pública do Pelé, que o Pelé foi convocado pra seleção Brasileira e ele tinha mais de 16 anos e com a assistência do pai fizemos então o contrato de prestação de serviços dele e tal, com um monte de regras, pois sabia que ele estava sendo cobiçado por todo mundo e eu fiz esse primeiro contrato [...]; aí nos tornamos campeões da Libertadores e campeões do mundo e por duas vezes. Bom, isso nos tornou, no mundo inteiro, acima de qualquer equipe a equipe mais solicitada, viajamos o mundo inteiro, excursionamos por todos os lugares, levamos o futebol pro Japão, pro Oriente, pra toda África imagino, paramos guerra, o Pelé parou guerra, ou melhor, era o Santos Futebol Clube. (Gastone Righ Cuoghi, entrevistado em 13 de abril de 2017).

Durante o tempo em que Pelé atuou pela equipe do Santos F. C., o time santista recebia uma cota por partida realizada em jogos amistosos no exterior com valores entre 10 mil e 40 mil dólares americanos, livres de despesas de viagem. Em contrapartida, o Santos repassava ao Pelé entre quatro e oito mil dólares por jogo [10]. Tais valores posicionaram o Santos como a equipe mais lucrativa do futebol brasileiro, enquanto Pelé foi elevado à condição do jogador mais bem pago do continente.

---

[9] Estabelecido no estatuto do Santos FC, o comitê gestor é um colegiado convidado pela presidência e responsável pelas decisões mais importantes. O comitê é composto por sete membros do conselho deliberativo, além do presidente e do vice do clube.

[10] Informações fornecidas pelo departamento de história e estatística do Santos FC.

Obrigatoriamente, os organizadores dos jogos internacionais do Santos exigiam, em contrato, a presença em campo do Pelé. Esses recursos permitiram a montagem de uma equipe poderosa, a conquista de títulos importantes, além do reconhecimento e da projeção internacional da equipe. Entretanto, criou-se uma severa dependência do Santos em relação ao Rei do Futebol.

Cientes da necessidade de gerar receitas alternativas e assim reduzir gradativamente a dependência do clube em relação a Pelé, no ano de 1965, a alta cúpula diretiva do Santos F. C. optou por adquirir uma nova sede social para o clube em uma área nobre da cidade e, desse modo, aumentar significativamente o número dos sócios por meio da realização de uma grande campanha promocional denominada “Peixe Milagroso”.

Em uma negociação controversa, o Santos adquiriu, por meio de empréstimos bancários, o hotel cassino Parque Balneário, localizado na área mais nobre da cidade. O complexo hoteleiro de 7.300 m² era o mais luxuoso da região e se encontrava fechado devido à proibição do jogo no Brasil, instituída na presidência de Jânio Quadros (1961). Entretanto, existia a expectativa de que o governo militar legalizasse os cassinos no país. Diante desse quadro, o empreendimento foi arrematado pela quantia de 6 bilhões de cruzeiros em moeda vigente da época. O projeto consistia em montar no local uma nova sede social e um hotel cassino em funcionamento. O jogo não foi legalizado no Brasil, o hotel foi subaproveitado e, como diziam as más línguas, acabou se transformado em um bordel para dirigentes e atletas. Por fim, o complexo já dilapidado acabou entregue aos credores do empreendimento pela falta de pagamento no ano de 1971.

3.5 Política, futebol e clube

O principal articulador da aquisição do Parque Balneário Hotel, que tanto custou aos cofres e à reputação do Santos F. C. foi o presidente do clube Athié Jorge Coury. Nascido em família aristocrática, proprietária de fazendas de café na região de Itu, Coury iniciou sua trajetória no Santos como goleiro da equipe principal e atuou na posição de 1927 até o ano de 1934. Paralelamente formou-se em economia pelo Mackenzie e, após sua carreira esportiva, prosperou como

corretor de café. No comércio cafeeiro, notabilizou-se na coordenação do sistema de doação de sacas de café em prol do clube, chegando a tornar-se presidente do Santos no ano de 1945 e permanecendo no cargo até 1971. Graças aos inúmeros e importantes títulos conquistados no exercício da presidência do Santos F. C., como também à sua capacidade de articulação política, Athié Jorge Coury tornou-se o ocupante mais longevo no cargo executivo da história do clube.

Além do prestígio proporcionado pelo futebol, Athié Jorge Coury soube converter o capital simbólico, acumulado no exercício do cargo de presidente do clube, em capital político tradicional para seu próprio benefício. Eleito vereador na cidade de Santos em 1948, com amplo apoio do governador de São Paulo da época, Ademar de Barros, e do Partido Social Progressista, Athié conquistou ainda uma cadeira na Assembleia Legislativa estadual em 1950. No Congresso Nacional, Athié foi deputado federal de 1962 até 1982, sendo sempre um dos principais líderes, no PSP ou, depois, no MDB, durante a Ditadura Militar.

Inquestionavelmente, tanto o time do Santos quanto o próprio Pelé atuaram como cabos eleitorais de Athié Jorge Coury durante as campanhas eleitorais no estado de São Paulo. Em relação ao questionário enviado ao ex-jogador de futebol Pelé, que também figura como conselheiro emérito do clube, respondeu assim à questão do uso político do ex-dirigente santista:

> O fato do Santos Futebol Clube ter tido muito sucesso, vindo dos resultados, dos números, dos títulos e das conquistas na década de 60, contribuiu positivamente para o resultado nas campanhas do então Presidente do clube, o Sr. Athié Jorge Coury. Nessa década, a popularidade dele atingiu o seu ponto mais alto. (Pelé, entrevistado em 09 de maio de 2017).

Figura 2 - Foto da campanha de Athié

Fonte: Propaganda deputado federal 1966 veiculada em jornal da época. Arquivo Santos F. C.

Athié Jorge Coury não foi o único dirigente esportivo a se apropriar do poder simbólico do futebol em benefício de uma carreira na política partidária. Outros dirigentes se apoderaram do prestígio e da notoriedade proporcionados pelo esporte para construir carreiras políticas. Esse tipo específico de "ativo", Bourdieu denominou de capital político.

> O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem (BOURDIEU, 1989, p. 187 -188).

A partir da teoria de Bourdieu, conceituamos o capital político como a validação imputada a alguém para o exercício de um determinado cargo delegado e concedido por meio de um processo de natureza política. Posto isso, Pierre Bourdieu (1989) propõe-nos ainda segmentar o conceito a partir de três categorias distintas de capital político:

a) Capital delegado – Esse tipo de poder simbólico advém de experiências anteriores obtidas a partir do exercício de outros cargos delegados de natureza igualmente política. O capital delegado pode favorecer não somente os políticos partidários da esfera pública tradicional, mas igualmente políticos profissionais que exerceram cargos tecnocráticos na gestão das agremiações esportivas. Esse tipo de capital pode proporcionar vantagens a dirigentes com experiência

destacada na gestão esportiva por conta de uma função burocrática em um clube.

b) Capital convertido – Compreendemos esse tipo de poder simbólico como o originário de outras áreas distintas geradoras de visibilidade e notoriedade, sendo essas convertidas em uma força política eleitoral. Personalidades consagradas, como artistas, atletas de futebol e até mesmo dirigentes esportivos detentores de grande popularidade junto aos meios de comunicação, convertem, com sucesso, tais características em apoio e votos por parte do eleitorado.

c) Capital Heroico – Esse tipo de capital representa um subtipo de mesma natureza do capital convertido.

> Este capital pessoal de *notável* é produto de uma acumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda uma vida, o capital pessoal a que se pode chamar heroico e profético e no qual pensa Max Weber quando fala de “carisma” é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise. (BOURDIEU, 1989, p. 191).

Portanto, em níveis e em situações distintas, dependendo da história de vida de cada pessoa, o poder simbólico exercido pelo futebol pode conferir a determinados indivíduos, na carreira política, os três tipos de capital político. Obviamente que os eleitores mais expostos a esse tipo de dominação exercida pelo esporte são os simpatizantes e torcedores das equipes relacionadas a essas personalidades esportivas.

Desse modo, dirigentes de grandes clubes de futebol podem eventualmente fazer uso do poder simbólico para construir uma carreira na política tradicional, assim como fizeram Laudo Natel, ex-presidente do São Paulo Futebol Clube, que chegou ao governo do estado de São Paulo, e o ex-presidente do Corinthians Wadih Helu, que por diversos mandatos ocupou o cargo de deputado estadual e federal.

O ex-presidente Marcelo Teixeira foi alçado à condição de líder do PSD local, sem ter experiência na política partidária, por ser ele detentor de um volume acumulado de dois tipos de capital político (delegado, convertido). Isso pode ser demonstrado em respostas de um dos nossos entrevistados: “Sou

filiado ao PSD, o partido do Kassab, por reconhecimento ao Marcelo Teixeira. O Marcelo se filiou ao PSD e como eu tenho carinho por ele, eu também me filiei. Se ele entrou para o PSD, eu também devia entrar" (Guilherme Gauche, entrevistado em 07 de março de 2017).

Destacamos trechos de algumas entrevistas de dirigentes profissionais secundários do clube que construíram carreiras na política partidária tradicional. Por meio das respostas dos entrevistados, assim como da trajetória política de cada um, é possível compreendermos como o futebol exerce seu poder simbólico e converte-o em capital político.

Observamos, nos dirigentes com interesse em uma carreira política, a existência de uma relação de dominação sobre as torcidas organizadas, conforme podemos observar nos depoimentos do membro do comitê gestor do clube, ex-deputado Federal Gastone Righ. Eleito deputado federal em 1966 pelo MDB, e caçado em 1969, retornou ao congresso nacional em 1982, onde se manteve por três legislaturas seguidas, todas pelo PTB.

> Torcida Jovem, fui eu que organizei, era o Cosmo que tá aqui e o Alemão que está nos Estados Unidos. Eles eram os chefes e eu que organizei essa Torcida Jovem, como organizei aqui a Sangue Santista, fui eu quem começou com as organizadas". (Gastone Righ Cuoghi, entrevistado em 13 de abril de 2017).

"Para alguns, as torcidas organizadas constituem-se em verdadeiros braços armados de dirigentes de clubes de futebol, de onde teriam se originado. Ou mesmo constituem-se em eficazes cabos eleitorais de políticos". (TOLEDO, 1996, p. 28).

Celso Jatene, sobrinho do ex-ministro da saúde Adib Jatene, ocupa a cadeira de vereador na cidade de São Paulo desde 2001, além de ter sido secretário municipal de esportes. Celso Jatene milita desde os onze anos de idade na torcida jovem e conquistou a presidência da organizada: "Quando foi em 74, exatamente dia 24/04/1974, eu fiz a minha carteirinha da Torcida Jovem e o meu número foi 444. Anos depois cheguei a presidente da torcida com muito orgulho" (Celso do Carmo Jatene, entrevistado em 17 de abril de 2017).

Toda a campanha eleitoral do vereador Celso Jatene foi realizada com forte associação com a imagem do Santos F. C. e da torcida jovem. Durante o período em que permaneci no escritório do vereador, pude testemunhar torcedores do Santos recebendo, das mãos do vereador, um robusto livro escrito e autografado por ele mesmo com o título de “10 Décadas – A história do Santos Futebol Clube”. O livro retrata os cem anos do clube, além de contar a trajetória do vereador como torcedor e político. Além disso, no gabinete do político, no interior da Câmara dos Vereadores, foi colocado estrategicamente o pavilhão oficial do Santos F. C. próximo das bandeiras do Brasil, do município de São Paulo e do Estado de São Paulo.

Figura 3 - Fotografia dos símbolos de representatividade

Fonte: Gabinete vereador Celso Jatene
(E) Vereador Celso Jatene (D) O autor

Figura 4 - Presente do vereador Celso Jatene

Fonte: Registro fotográfico do autor

Alberto Francisco de Oliveira Júnior, ou simplesmente Alemão, como é mais conhecido no clube, não esconde a extrema devoção pelo time do Santos. Ostenta orgulhoso, no centro de sua testa, uma tatuagem do escudo do clube de devoção, além de outras oito espalhadas pelo corpo. Para Alemão, o Santos é o elemento que o identifica e confere sentido à sua vida. Morador tradicional no bairro de Vila Belmiro, tornou-se uma celebridade junto à comunidade e frequentemente é solicitado para poses fotográficas junto aos torcedores e turistas que visitam o estádio. Alberto Francisco é um dos fundadores e ex-presidente da torcida organizada Sangue Jovem (maior torcida organizada na baixada santista), tornou-se conselheiro, além de operador do serviço de bares da Vila Belmiro. “Fui candidato a vereador pelo PTB. O partido achava que eu conseguiria 500 votos. A ideia era atrapalhar o PT e a Telma (prefeita da cidade). Sem fazer campanha, consegui 1.120 votos e fiquei como suplente de vereador” (Alberto Francisco de Oliveira Júnior, entrevistado em 07 de abril de 2017).

Figura 5 - Fotografia do "Alemão"

Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor

Os grandes clubes de futebol no Brasil oferecem uma excelente plataforma eleitoral para alguns dirigentes e ex-atletas da modalidade. A chamada bancada da bola sempre se fez representada tanto no poder legislativo, como também no poder executivo. São inúmeros os políticos que, no transcorrer dos anos, beneficiaram-se da notoriedade oferecida pelo clube e construíram carreiras políticas. Vale aqui ressaltar, além dos já citados, a carreira política do “Doutor” Ulisses Guimarães, que foi iniciada no clube. No Santos, Ulysses Guimarães se associou em 10 de janeiro de 1941. Em 1942, foi nomeado diretor-presidente da subsede do clube em São Paulo, cargo que voltou a ocupar em 1945. Em 1944, foi eleito vice-presidente na gestão de Antônio Ezequiel Feliciano da Silva (além de presidente do clube, Antônio Ezequiel também foi prefeito da cidade de Santos), permanecendo até o início da gestão de Athié Jorge Coury. Por anos, Ulysses Guimarães defendeu os interesses do clube na Câmara dos Deputados [11]

Os dirigentes esportivos que optam pela carreira na política tradicional, normalmente se veem obrigados a se dividirem entre o clube e o cargo político, pois seu mandato fica intrinsecamente atrelado à imagem do clube de futebol. O Presidente Athié Jorge Coury acumulou por anos, simultaneamente, os cargos de representação tanto no clube de futebol como na Assembleia Legislativa, dividindo sua atenção entre a capital federal e a Vila Belmiro.

[11] Dados fornecidos pelo Departamento de História e Estatística do Santos FC.

Os excessos de gastos durante as excursões eram práticas comuns entre os antigos dirigentes. Segundo foi amplamente divulgado pela mídia da época, consta, em registros jornalísticos, a suposta história envolvendo o desaparecimento de uma valise com todo o dinheiro ganho em uma excursão internacional. Outro mistério não elucidado foi o roubo de toda a receita de bilheteria do jogo disputado na Vila Belmiro entre Santos e Corinthians - a ocorrência policial foi investigada pelo conselheiro do clube Erasmo Dias, que alegava ter em seu poder um livro com o registro contábil de todas as irregularidades cometidas por dirigentes corruptos. O coronel Erasmo, como era conhecido na época, foi militar do exército e ex-secretário de segurança pública de São Paulo durante o regime militar, além de deputado estadual em São Paulo. Apesar do suposto livro, bem como do inquérito instaurado e dos métodos coercitivos empregados durante os depoimentos, nada foi esclarecido na época.

O Coronel Erasmo Dias não foi o único militar a participar da gestão do clube durante os anos da ditadura militar. O general do exército Osman Ribeiro de Moura exerceu grande influência na vida política do Santos desde abril de 1964 e colecionou problemas e desafetos entre seus pares da diretoria e atletas do elenco. O mais célebre foi o problema criado com o ex-jogador Carlos Alberto Torres, que culminou com a saída do clube do ex-capitão da Copa de 70. “Esse fato deixou os demais atletas do elenco insatisfeitos em relação à postura da diretoria. Aqui quem manda não é capitão, aqui quem manda é general”, teria dito Osman nos corredores do clube durante o episódio envolvendo Carlos Alberto Torres.

Segundo o entrevistado Guilherme Guache, responsável pelo departamento de história e estatística do clube, havia profundo sentimento, nos bastidores da agremiação, sobre a existência de uma ligação direta entre o General Osman e o governo militar: “O Santos era a base da seleção brasileira e muito importante para a propaganda dos militares. O Athié, como deputado federal, não teve outra escolha e abriu as pernas para o general” (Guilherme Gauche, entrevistado em 07 de março de 2017).

O regime militar influenciou consideravelmente os desígnios do futebol brasileiro. O Santos não foi a única equipe paulista a sofrer algum tipo de

ingerência do governo nesse período. Clubes como o São Paulo e o Corinthians, bem como seus dirigentes apoiaram tenazmente o regime que soube recompensá-los com a construção de sólidas carreiras políticas amparadas pelo partido do governista.

Embora o futebol tenha sido empregado para atender aos anseios da classe política antes da década de 1970, foi após esse período que o esporte foi apropriado e ressignificado para satisfazer os interesses políticos, econômicos e sociais mais abrangentes (TOLEDO, 1996).

Durante os inestimáveis serviços prestados, destaca-se também o apoio irrestrito às gestões de Laudo Natel, no São Paulo, e Wadih Helu, no Corinthians, os quais, em contrapartida, utilizavam as agremiações para empreender carreira política no partido oficial. Dessa maneira, fechava-se o círculo que envolvia a troca de favores entre regime militar, a imprensa esportiva e os grandes clubes (FLORENZANO, 2003, p. 412).

A gestão da seleção brasileira também foi alvo do regime militar. Os militares se faziam representar tanto no corpo diretivo como na comissão técnica do selecionado nacional. Conforme constatado na resposta às questões enviadas a Pelé:

> Nós, os jogadores, ouvíamos dizer que os Militares tinham muita influência nas decisões a serem tomadas, nas ações e na busca pelos resultados. Porém, dentro do campo, a responsabilidade e a determinação era nossa, os jogadores, tanto no Santos Futebol Clube como na Seleção Brasileira (Pelé, entrevistado em 15 de agosto de 2017).

Os militares fizeram uso político com a conquista da seleção brasileira na campanha da Copa do Mundo de 1970 no México. Pelé, personagem central dessa conquista, havia encerrado sua participação no selecionado brasileiro no ano de 1971. Temendo pelo resultado negativo na Copa de 1974 na Alemanha, os militares pressionaram o ainda então Rei do Futebol e tentaram persuadi-lo a adiar sua aposentadoria com a camisa amarela, para que ele pudesse disputar mais um mundial. Entretanto, como é sabido, não obtiveram êxito e o Brasil não foi capaz de repetir o feito da copa anterior.

> Pelo sucesso obtido pela Seleção Brasileira na Copa do México, em 1970, com o Brasil sendo tricampeão invicto e com o time do Santos sendo campeão paulista em 1973, o governo e os militares queriam que eu jogasse a próxima Copa do Mundo, em 1974, na Alemanha. Com essa vontade, era natural que eles exercessem uma certa pressão. Mas como minha meta sempre foi de encerrar minha carreira no auge, como campeão, mantive minha decisão e não voltei a jogar pela Seleção Brasileira (Pelé, entrevistado em 15 de agosto de 2017).

Figura 6 - Fotografia: Pelé e os militares

Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, quando Pelé recebeu da Marinha do Brasil a medalha do mérito naval.

No Santos, durante as frequentes ausências do Presidente, Deputado Athié, o general Osman conduzia a instituição com mão de ferro e impôs normas rígidas ao elenco do santista. No início do ano de 1970, após se debruçar sobre os problemas financeiros da entidade, o homem forte do clube concluiu que o calendário do campeonato nacional, batizado de Roberto Gomes Pedrosa (equivalente ao atual campeonato brasileiro), inviabilizaria a realização de excursões internacionais. Osman lançou o projeto que propunha a não participação do Santos no torneio nacional. O general já havia assumido tal postura em anos anteriores em relação à participação do time na Copa Libertadores da América. Osman e Athié abriram mão de disputar o campeonato continental em troca de excursões ao redor do mundo, conforme entrevista concedida à revista Placar pelo General que comandava o futebol do Santos:

> - Quero mostrar para a imprensa que a ideia do campeonato nacional é certa. Todos verão que os nossos campeonatos dão

> prejuízo [...] - Olha, o Santos não precisa mais de títulos para ter prestígio. A taça Libertadores também não nos interessa [...] Nós já temos muito prestígio e temos Pelé. (Revista Placar nº 42, de 01/01/1970).

Os aspectos relacionados ao cenário político, econômico e esportivo que permeavam o Santos F. C., no período eleitoral de 1970, não eram iguais a eleições anteriores. Diferentemente dos outros anos, quando o time conquistava títulos importantes nos gramados do Brasil e no exterior, as vitórias não aconteciam com a mesma intensidade. Somado a isso, os escândalos da subtração de dinheiro do clube, gastos sob suspeita, investigados pelo conselho deliberativo, dívidas junto a bancos relativas ao projeto do Hotel Cassino, combinados com a insistência de Athié em apoiar o grupo liderado pelo General Osman, resultaram na derrota da chapa situacionista capitaneada pelo antigo presidente em uma eleição indireta, na qual os conselheiros votaram na chapa de oposição presidida pelo empresário Vasco José Fae. Encerrou-se assim o ciclo político e econômico da aristocracia do café no Santos F. C.

Esse quadro nos mostra que, independentemente das posições políticas no cenário nacional - estivessem os atores no partido da situação (Arena) ou da oposição (MDB) - as relações com o clube eram semelhantes durante a Ditadura Militar.

3.6 A REMUNERAÇÃO DA PAIXÃO

O estatuto do clube em vigência previa a existência das diretorias de administração e finanças; patrimônio; social e cultural; esportes amadores; futebol; jurídica; comunicação; e, por fim, de saúde. Os diretores desses departamentos, ou políticos profissionais secundários, atuavam como principais agentes nos processos burocráticos do clube. A eles eram subordinados os demais funcionários remunerados da organização, normalmente exercendo cargos nos níveis mais inferiores do organograma da agremiação, além dos profissionais que atuavam diretamente na prática do futebol, como treinadores, médicos, auxiliares, entre outros.

O perfil do político profissional secundário do clube de futebol era constituído normalmente por indivíduos com flexibilidade de horário a fim de

cumprir as funções que o cargo demandava. Os dirigentes amadores pertenciam, em geral, à média burguesia local, o que lhes garantia a possibilidade de dedicar-se à agremiação esportiva sem a expectativa de remuneração direta pelo exercício da função.

A visão de mundo dos antigos conselheiros e dirigentes secundários – expressa em seus discursos – impôs, como força motriz principal para o exercício do cargo não remunerado, a paixão pelo clube de futebol. Receber dinheiro para ser diretor na instituição atentaria contra os princípios de devoção ao clube. Isso pode ser constatado nos depoimentos dos antigos conselheiros entrevistados para esta pesquisa:

> É inconcebível um conselheiro ser funcionário do clube e ganhar dinheiro. Me sinto meio incomodado de ver conselheiro que se aproxima por exemplo de pessoas para querer arrumar um cargo no clube [...] Os candidatos procuram se valer do poder de conselheiro para interferir e influenciar em novos negócios que os beneficiem ou seus familiares. No Santos, os caras vão para enriquecer e isso é contrário à paixão. (José Geraldo Gomes Barbosa, entrevistado em 02 de dezembro de 2014).

> Eu fui criado dentro da cultura do meu avô. De servir ao clube e não se servir do clube. Nunca recebi remuneração do clube de nenhuma forma. Já fui chamado de otário por não me apropriar de dinheiro quando eu excursionava com o clube. (Cássio Richter, entrevistado em 07 de julho de 2017).

> Quando montei meu grupo era um grupo de pessoas que nunca tinha participado de nada dentro do clube, empresários, não como o Santos teve na gestão anterior, que eram todos empregados [...], o sujeito que já entra tem má intenção, é o cara que entra que quer ser político, vereador, prefeito, não existe nada melhor do que participar de um clube pra obter uma posição dessas. (José Carlos Peres, entrevistado em 10 de julho de 2015).

> Muita gente quer virar político no Santos por prestígio ou [na] procura [de] algum retorno financeiro, mas tem os malucos como eu que ficam por 19 anos na arquibancada lutando pelo clube contra as outras torcidas e a PM. Por isso eu vim para ajudar o Santos. Nunca tive trabalho remunerado no clube, se um dia eu aceitar dinheiro para trabalhar aqui, acho que vou perder a essência. Eu já recebi propostas de todos os presidentes, mas eu nunca aceitei. (Alberto Francisco de Oliveira Júnior, 07 de abril de 2017).

Ao considerarmos o sentido da passionalidade que pauta o universo do futebol em nossa cultura, torna-se quase impossível deixarmos de levar em conta a devoção e o grau de satisfação por ela gerada como uma entre as inúmeras motivações para os postulantes ao cargo de dirigente esportivo. Ao mesmo tempo em que seria absolutamente ingenuidade partirmos do pressuposto de que tão somente a paixão pelo clube seria o prêmio principal em disputa no jogo do campo político dos grandes clubes de futebol.

Os atores que lutam por posições no campo político dos clubes, sobretudo no recorte temporal da gestão amadora dominada pelos políticos profissionais secundários, disputam o domínio dos vários tipos de capital que o futebol consegue agregar em torno de si. Posto assim, ao interpretarmos esse espaço social sob a abordagem bourdiana, podemos sintetizar o capital simbólico como prêmio principal concedido nesse campo específico.

No entanto, os líderes das torcidas organizadas também podem converter a posse de capital simbólico em capital econômico. Assim como a elite nos clubes, esse tipo de torcedor se apropria do poder dessas associações, sendo eles os fiéis depositários das benesses oferecidas pelos clubes. “Dirigentes as cortejam e tentam apaziguá-las com benesses: facilidades para viagens, ingressos e autorização para usarem a imagem do clube” (COUTO, 2017). Algumas lideranças de organizadas utilizam o valor simbólico do cargo para ingressarem no campo político do clube, conforme a resposta do conselheiro e vereador Celso Jatene:

> E bom, nós éramos muito pequenos e a torcida do Santos ainda não tinha tido aquela explosão, que hoje ainda a torcida do Santos é a quarta torcida da cidade de São Paulo, mas é muito grande, quase um milhão de torcedores aqui em São Paulo, então esse início foi marcante pra gente. [...] Eu conheci um senhor muito querido por todos nós chamado Omar Pupo de Moraes. O seu Omar Pupo de Moraes era o secretário do escritório do Santos aqui em São Paulo e ele, nada mais nada menos, era o ponta direita do ataque; Omar, Ciriri, Camarão, Araquém e Evangelista. Era ele seu Omar, um ídolo do Santos do passado. E ele dizia pra gente insistentemente o seguinte "Se vocês querem bater bumbo a vida inteira, vocês fiquem associados apenas à Torcida Jovem. Mas se vocês quiserem um dia interferir na vida do Santos Futebol Clube vocês têm que ser sócios do Clube. (Celso do Carmo Jatene, entrevistado em 17 de abril de 2017).

Uma das possibilidades de se converter o capital simbólico do futebol em capital financeiro é por meio da prestação de serviços oferecidos ao clube por conselheiros ou pessoas a eles ligados, ou ainda para pessoas e instituições vinculadas à agremiação. Observamos, por meio das análises das pesquisas qualitativas realizadas com conselheiros do Santos F. C., a presença considerável de profissionais liberais no exercício do cargo de conselheiro. Esse tipo de atividade pode se valer do benefício de alguns objetos de disputa reconhecidos e desejados pelos atores que disputam no campo político burocrático de um clube de futebol. Ingressos para os jogos de futebol, camisas do time, itens alusivos à imagem do clube podem assumir a condição de objetos de disputa nesse campo específico, como também de cambiáveis em outros tipos de capital.

> Eu trabalho com documentação de automóvel, faço recursos de multa e assessoro alguns jogadores em termos de comprar apartamento, vender apartamento, alugar apartamento, ver onde que é o melhor lugar pra morar com a família sem problema nenhum, me dou bem com todos eles [...] Já passei por 14 presidentes, já fui diretor de base, diretor de comunicação, diretor de patrimônio, fui dez anos de departamento amador, me dou com todos os presidentes que passaram por aqui e tenho 80% do telefone de todos os técnicos que passaram por aqui e os presidentes que passaram por aqui, me dou com todos eles e nunca briguei com nenhum deles, graças a Deus e quero continuar assim. (João Arthur São Pedro, entrevistado em 09 de maio de 2017).

> Eu era presidente da torcida organizada Sangue Santista, quando o Milton Teixeira me convidou para assumir os bares da Vila. Eu ajudava o ex-arrendatário em dias de jogos, mas não entendia nada disso. Mas aceitei e aqui estou há 28 anos. (Alberto Francisco de Oliveira Júnior, entrevistado em 07 de abril de 2017).

A média burguesia de negócios, assim como os profissionais autônomos, reconhece no esporte a condição de elemento facilitador para a acumulação de capital social que atende aos interesses econômicos dessa classe. As manifestações esportivas proporcionam, aos agentes envolvidos, intensa atividade social, como participação em eventos, recepções, confraternizações que geram lucro social e se convertem em capital econômico. A ampliação do círculo social que o esporte proporciona aos participantes do campo político

burocrático justifica a dedicação às atividades ditas “desinteressadas” e “gratuitas” (BOURDIEU, 1983).

Percebe-se, nesses depoimentos, um jogo nem sempre muito sutil que supõe, de um lado, a afirmação do amor pelo clube como o elemento central que mobiliza aqueles que assumem a liderança nas torcidas, a representação nos conselhos ou os cargos não remunerados do clube e, de outro, os ganhos em capital social, que implicam reconhecimento na ampla rede social ligada ao clube, que, por sua vez, pode redundar em capital econômico, tanto nos negócios pessoais como nos empreendimentos que se articulam direta ou indiretamente à vida da agremiação.

3.7 PROCURA-SE PRESIDENTE

O ano de 1974 é marcado no Santos F. C. pela despedida do Pelé dos gramados brasileiros. Uma das principais consequências da ausência do maior jogador do clube em todos os tempos foi a queda drástica na realização de jogos internacionais, que eram os responsáveis pela injeção de recursos financeiros e pelo equilíbrio do caixa do clube, corroído pelas dívidas junto aos credores do malfadado projeto do Hotel Cassino.

A combinação desses fatores intrinsecamente entrelaçados ocasionou a escassez de títulos importantes para o time e o mergulho do Santos em uma profunda crise que reverberou no contexto político burocrático do clube. Com o crédito restrito no mercado financeiro e a imagem desgastada, o clube ficou refém de dirigentes que, com seus recursos próprios, cumprissem o papel de avalistas dos empréstimos necessários aos pagamentos das despesas do clube. O conselheiro efetivo Celso Jatene, que também ocupa uma cadeira de vereador na cidade de São Paulo, trouxe-nos, em entrevista, um testemunho dessa situação:

> Então, eu sou sócio do Santos desde 1975, o que me permitiu ter condições de ser candidato a conselheiro já em 85, porque aí eu já tinha 10 anos de clube e era o necessário na época, depois passou a ser um pouco menos e agora voltou a ser 10. E aí eu passei a ser conselheiro do Santos pela primeira vez em 86. E o Santos antigamente, hoje a disputa é muito mais acirrada graças a Deus, mas o Santos antigamente tinha uma situação

> engraçada e esquisita até, porque você conseguia fazer uma chapa e muitas vezes ia pedir por favor pra alguém ser o Presidente, era um medo tão grande de assumir o Santos porque o Santos infelizmente foi muito sugado no período de muitas glórias. (Celso do Carmo Jatene, entrevistado em 17 de abril de 2017).

Esse período foi marcado por seguidas denúncias de irregularidades na gestão, que redundavam em renúncias de seus dirigentes. Destaca-se, nesse aspecto, a renúncia ao cargo de presidente de Rubens Quintas Ovalle, que após a conquista do título paulista de futebol, elegeu-se em 1978, foi reconduzido ao cargo em 1980, mas renunciou em 1981.

Outra saída abrupta do clube consistiu na renúncia de Manuel dos Santos Sá. Manuel das Tintas, como era chamado por ser empresário do ramo de tintas, foi eleito presidente em 1988, mas renunciou no primeiro ano de seu mandato. Na vacância do cargo, assumiu temporariamente o presidente do conselho deliberativo Otávio Adegas, que convocou um novo pleito no clube, vencido pelo grupo que indicou para presidente o também empresário Miguel Assad Maccol Filho. Assad perdeu, no transcorrer de seu mandato, o apoio da maioria do conselho deliberativo e não foi ratificado como presidente na eleição seguinte.

O conselheiro efetivo do clube Celso Sampaio Lopes, que ocupou o cargo de vice-presidente na gestão do Manuel das Tintas, em entrevista a nós concedida, fez um relato do período e dos detalhes envolvendo a renúncia do presidente e seu desagravo com o sucessor Miguel Assad:

> Assumi como vice-presidente de patrimônio e depois, com a renúncia do Manuel dos Santos Sá, nós todos saímos com ele. Aí só apareceu para nós como presidente o Miguel Assad. Nós não tínhamos ninguém, ninguém queria o clube naquela época. Bem diferente dos dias de hoje. Posteriormente chegamos à conclusão de que o Miguel não era o presidente ideal pro Santos, ou seja, nossa alegria não era tão alegre. Aí eu falei: vamos ter que colocar alguém aí porque não vai dar certo o Miguel continuar. Um presidente que chegou a dizer que pegou o time na primeira divisão e que a responsabilidade é entregar ele na mesma divisão você vê que não tem nenhum sentido. (Celso Sampaio Lopes, entrevistado em 08 de março de 2017).

O sistema eleitoral vigente no antigo estatuto era por via indireta, ou seja, os conselheiros efetivos natos e os conselheiros eleitos[12] organizavam e inscreviam as chapas para a disputa do pleito, cabendo à chapa vencedora a ocupação de todas as cadeiras do conselho, como também a indicação do presidente, desde que este se enquadrasse estatutariamente. Nesses termos, a organização da política orbitava em torno de grupos de conselheiros, e não em torno de líderes carismáticos. Os conselheiros negociavam com seus pares o apoio necessário em troca de cargos na nova diretoria para posteriormente acolherem um novo presidente. “Em 1989, tínhamos a chapa montada ganha, mas não tínhamos o presidente. Então nós pegamos uma pessoa íntegra e o convencemos a assumir, foi dessa maneira que o Aguiar[13] assumiu. Ele entendeu a nossa linguagem” (Celso Sampaio Lopes, entrevistado em 08 de março de 2017).

A tarefa de identificar e convencer um potencial candidato ao cargo presidencial do clube era dificultada pelas incumbências inerentes à função no período de crise, tais como a necessidade de arcar com garantias bancárias próprias, ou ainda a responsabilidade imputada ao cargo pela opinião pública, ou melhor, os grupos de pressão. Florival Amado Barleta, cogitado inúmeras vezes para assumir o clube, relatou assim o seu posicionamento em entrevista concedida:

> Nunca fui presidente do executivo, embora já tenha sido convidado, mas não aceitei. Você pode até ser padre, mas ser presidente do Santos vai ser tachado de ladrão. Você tem que ter estrutura para aguentar tudo isso. Em uma oportunidade eu tive uma reunião em São Paulo que me ofereceram apoio para ser candidato, mas eu disse que para isso eu precisava de um ponto de equilíbrio, eu tinha que ter uma remuneração, porque eu passaria o dia inteiro à disposição do clube. (Florival Amado Barletta, entrevistado em 13 de abril de 2017).

---

[12] Segundo o estatuto do clube existem três categorias de conselheiros com direito a voto: Efetivos (são considerados efetivos no cargo os conselheiros eleitos seguidas vezes em eleições consecutivas, conforme norma em vigor); Eleitos (são os indicados ao cargo pelas chapas vencedoras no pleito) e os Natos (são todos os ex-presidentes eleitos do clube).

Os conselheiros efetivos com mais de 70 anos podem optar pela categoria de conselheiro honorário, sendo essa categoria de conselheiro sem direito a voto nas assembleias.

[13] O empresário Antonio de Aguiar Filho foi Presidente do Santos FC de 1989 a 1981

No ano de 1994, assumiu a presidência do clube o empresário Miguel Kodja Neto, com a promessa de recuperar as finanças com projeto inovador e midiático. Tratava-se de um bingo com formato de programa televisivo denominado Telebingo. A empresa responsável pela exploração do jogo de azar não pagou os prêmios prometidos, deixando mais dívidas e processos judiciais. Miguel Kodja foi afastado da presidência pelo conselho deliberativo no primeiro ano de seu mandato.

Após o afastamento sumário do presidente Miguel Kodja, assumiu o cargo o vice-presidente do clube, o advogado da cidade de Santos Samir Jorge Abdul-Hak. Samir comandou o clube com o apoio de Pelé, pois o Rei do Futebol tinha sido seu cliente no passado. A gestão, chamada de “política de pés no chão” pelo próprio Samir, obteve resultado na esfera esportiva. Samir conquistou dois títulos oficiais de menor expressão no cenário esportivo - o Torneio Rio-São Paulo de 1997 e a Copa Conmebol de 1998 -, além de um vice-campeonato nacional, em 1995, marcado pela polêmica que envolveu o jogo final, vencido pelo Botafogo. Esses resultados contribuíram para a reeleição de Samir, fato que não acontecia no clube desde 1981.

A gestão de Samir promoveu, no ano de 1994, uma reformulação no estatuto, que permanecia inalterado desde 1945. O texto do novo estatuto limitava, em uma única uma vez, a possibilidade de reeleição para presidente. Apesar dos títulos, mesmo com o apoio de Pelé, Samir não foi capaz de eleger seu sucessor nas eleições de 1999. Depois de um pleito muito disputado e polêmico entre o grupo liderado por Marcelo Teixeira e o candidato José Paulo Fernandes, apoiado por Samir e Pelé, a família Teixeira mostrou sua força política e conquistou a preferência dos associados da agremiação.

3.8 O RETORNO DA LIDERANÇA CARISMÁTICA

Apesar da crise e da carência de títulos importantes nesse recorte histórico do clube, começaram a despontar no Santos lideranças com características carismáticas ligadas a famílias tradicionalmente vinculadas ao Santos. Citamos como exemplo a família Roma - o patriarca da família Modesto Roma, conhecido como “gigante da Vila”, e também reconhecido como um dos

patronos oficiais do clube juntamente com Athié Jorge Coury e Pelé. Modesto Roma foi empresário no setor de navegação de cabotagem, exerceu a vice-presidência na gestão de Athié Jorge Coury, além de ser homem forte do Santos no período das principais glórias do clube. Coube ainda à família Roma, mais precisamente ao músico Carlos Roma, primogênito de Modesto Roma, a incumbência da autoria do hino oficial do clube intitulado “O Alvinegro da Vila Belmiro”. Atualmente outro membro da família ocupa o cargo de presidente do clube. Trata-se de Modesto Roma Júnior, caçula do ex-presidente Modesto Roma.

Durante o exercício do cargo de presidente do Santos, entre 1975 e 1978, o patriarca Modesto Roma enfrentou a fúria da torcida e dos conselheiros inconformados com as seguidas derrotas do time e a situação financeira do clube. Antes de deixar o cargo de presidente em meio a protestos de torcedores, Roma trouxe, para compor a diretoria, por indicação do Deputado Gastone Righ, o empresário da educação Milton Teixeira, reconhecido na região como mecenas do esporte amador e fundador de um grande grupo de ensino da cidade, além de detentor de uma estação de rádio e televisão regional.

Milton Teixeira se elegeu presidente do Santos em 1984 e assumiu o cargo com o discurso político que prometia transformar o clube em uma Sociedade Anônima, conforme entrevista concedida à Revista Placar: “Pois é, tudo evolui no futebol, menos os dirigentes e as leis que foram feitas na época do amadorismo e quando não existia televisão, rádios e revistas. E isso precisa mudar”. Como Presidente do Santos, Milton Teixeira foi Campeão Paulista em 1984, emprestando dinheiro do próprio bolso para a montagem de um bom time, entretanto não foi capaz de modernizar e profissionalizar o Santos como prometido, pois após essa conquista, o clube amargaria dezoito anos sem títulos importantes.

Dando sequência ao legado da família, o filho de Milton Teixeira também ocupou a presidência do clube pelo período de doze anos, dos quais dez ininterruptos. Marcelo Teixeira foi o principal herdeiro do carisma do pai e indiretamente do ex-presidente Athié Jorge Coury. Teixeira se tornaria um dos principais líderes da história recente do Santos e, a exemplo do pai, emprestou

grande quantia de dinheiro do próprio bolso - estima-se algo em torno de R$ 41 milhões[14] pagos com juros e corrigidos monetariamente.

O Santos F. C., como qualquer instituição de origem elitista e burguesa, com traços da tradicional aristocracia local, valoriza o poder simbólico de famílias que, no imaginário popular, são vistas como virtuosas e bem-sucedidas. Tais características revestem os membros das famílias tradicionais de uma aura benemérita, desprendida de interesses econômicos, e de grande capacidade empreendedora. Ao observarmos os principais dirigentes esportivos que ocupam posições estratégicas e acumulam capital no campo político do clube, constataremos que muitos são membros de famílias tradicionais, nas quais muitos de seus membros estão investidos do *habitus* que, entre outras possibilidades, permite-lhes dedicar-se aos interesses do clube.

> Uma das particularidades dos dominantes é a de possuírem famílias extensas (os grandes têm famílias grandes) e fortemente integradas, já que unidas não apenas pela afinidade do *habitus*, mas também pela solidariedade dos interesses, isto é, tanto pelo capital quanto para o capital, o capital econômico, evidentemente, mas também o capital simbólico (o nome) e sobretudo, talvez, o capital social [...] As dinastias burguesas funcionam como clubes seletos; elas são lugares de acumulação e de gestão de um capital que é igual à soma dos capitais de cada um de seus membros e que as relações entre os diferentes detentores permite mobilizar, ainda que parcialmente em favor de cada um deles. (BOURDIEU, 2008, p. 132-133).

Nesse aspecto, a família Teixeira representa perfeitamente esses ideais amadores da burguesia local. A família se encontra atualmente na terceira geração de pessoas que participam da vida associativa e política do clube, prevalecendo assim uma espécie de linha sucessória dinástica para exercer o cargo de dirigente na instituição. Isso pode ser constatado na entrevista do conselheiro mais jovem da história do clube, Marcelo Teixeira Filho (eleito para o cargo em 2014, com 19 anos), ou simplesmente Marcelinho, filho e neto de ex-presidentes do Santos:

> Acho que um bom presidente deve dirigir por amor, como meu pai e avô fizeram. Hoje tem muita política e pouco amor [...]. Meu

[14] Band.com.br “Santos paga R$ 417 mil por mês a ex-presidente” <http://esporte.band.uol.com.br/noticia/100000854752/santos-paga-r-417-mil-por-mes-a-ex-presidente.html> Acesso em: 12 Jul. 2017.

> pai fala que eu devo fazer o que quiser, mas eu sei que ele tem vontade que eu seja presidente. Ele conta que antes o último título importante foi o paulista do meu avô, e ele quis ser campeão para dar o título para o meu avô, quem sabe eu também ganho um título mais importante e dou para ele [...] Eu estou trabalhando para um dia fazer o que meu pai e meu avô me ensinaram. Se um dia eu for presidente, meu filho também tem que ser para dar sequência no trabalho da família. (Marcelo Teixeira Filho, entrevistado em 18 de julho de 2016).

As famílias tradicionais se valem do esporte como instrumento de acumulação de capitais. Marcelo Teixeira converteu o poder simbólico da família e o seu capital específico acumulado em lutas anteriores travadas dentro dos limites do campo político do clube e da cidade, transfigurando-os em capital de natureza política (BOURDIEU, 1989). Somado a isso, o ex-mandatário do clube herdou parte do capital pessoal, ou carisma que pertenceu ao seu falecido pai, que também ocupou, no passado, o mesmo cargo de presidente da agremiação santista.

O capital pessoal, distinto do capital delegado, é condicionado a uma organização política, sendo esta a verdadeira possuidora desse tipo de capital, que confere uma validade, em caráter temporário, a certas pessoas e em situações específicas, enquanto o capital pessoal pertence ao legado da história do próprio indivíduo, e parte desse capital pode ser transferido a terceiros (BOURDIEU, 1989).

Na segunda passagem como presidente do clube [15], após vencer as eleições realizadas em 1999 contra o candidato pertencente ao grupo apoiado por Pelé, Marcelo Pirilo Teixeira assume a presidência do Santos com a promessa de retomar a conquista de títulos importantes - o último havia sido em 1984, e fora conquistado durante a presidência de seu pai.

A gestão carismática do ex-presidente Marcelo Teixeira representou um divisor de águas na história recente do clube. Após incorporar profissionais provenientes da universidade de propriedade da família à estrutura burocrática do clube e injetar, na forma de empréstimos, uma grande quantia de recursos

[15] Marcelo Teixeira foi o presidente mais jovem da história do Santos FC. Assumiu o cargo aos 27 anos, em 1992.

financeiros, o clube voltou finalmente a ser campeão depois de dezoito anos, conquistando o título do campeonato brasileiro de 2002, além de revelar uma nova geração de atletas talentosos capitaneados por Robinho e Diego, que representaram um ganho de capital econômico e simbólico para o clube e seus dirigentes.

A combinação do carisma do presidente Marcelo Teixeira, que soube convergir para o cargo os méritos pelas conquistas do time no campo esportivo, aliado à dominação política exercida sobre boa parte dos conselheiros do clube e ao retorno das conquistas de títulos importantes para o Santos foram fatores determinantes para que conselheiros ligados ao grupo situacionista alterassem, sem maiores dificuldades, o 85º parágrafo do estatuto do clube que limitava a uma reeleição o exercício do cargo, permitindo assim que o presidente em exercício do clube pudesse exercer quantos mandatos de presidente lhe fossem conferidos pelo quadro de sócios.

Portanto, a alteração mais significativa, imposta pela elite dominante ao estatuto do clube, no ano de 2003, em relação ao estatuto anterior, limitou-se à retirada da imposição na quantidade prevista de reeleições, visando assim atender ao casuísmo proporcionado pelas conquistas do time dentro das quatro linhas. Como resultante da configuração desses fatores, o grupo denominado Rumo Certo aglutinou os sócios mais tradicionais da cidade em torno da candidatura de Marcelo Teixeira, sendo este o vencedor do pleito realizado em dezembro de 2003 com um total de 1.525 votos contra 990 votos do grupo Resgate Santista[16].

Os títulos conquistados pelo time santista no transcorrer do mandato de Marcelo Teixeira, nos anos seguintes (campeão brasileiro de 2004 e bicampeão paulista em 2006 e 2007), serviram de ferramenta de propaganda e plataforma política do grupo Rumo Certo. Entretanto, devido à particularidade de o Santos F. C. possuir uma torcida mais numerosa na capital paulista do que na própria cidade-sede, houve o surgimento de um grupo de oposição, situado

[16] Informação fornecida pela secretaria do conselho deliberativo do Santos FC.

principalmente na cidade de São Paulo, que daria origem a uma nova elite representante dos novos interesses econômicos.

Atualmente a luta pelo domínio político no Santos ganhou uma característica distinta da de outros clubes, pois reflete também a distribuição geográfica dos sócios, separados por interesses e visões distintas, entre os associados da baixada santista e os residentes em outras praças, sobretudo os sócios de lugares sob a influência da capital de São Paulo - ou, como se autodefinem os grupos, “os santistas de Santos e os santistas da capital”, ou ainda, “provincianos e forasteiros”.

> Eu acho que a eleição do Santos, ainda é decidida por origem. Eu sou apaixonado por Santos, a cidade é maravilhosa, [mas] tem um problema que tem no Rio de Janeiro, que ainda é pior [em] Santos. Ainda tem o espírito de província, um medo de perder o clube, coisa que ele nunca vai perder. O Santos hoje não está mais em Santos. Eu, pelo cálculo que recebo aqui, 87% da torcida não é de Santos, [é do] ABC e [da] grande São Paulo, eu calculo que em São Paulo deve ter no mínimo quinze vezes mais torcida [do] que em Santos. (José Carlos Peres, entrevistado em 10 de julho de 2015).

> O santista da capital é mais torcedor que o Santista de Santos. O santista de Santos só pensa em política. O torcedor não quer saber de política, quer saber de futebol. A minoria quer saber de política. (Alberto Francisco de Oliveira Júnior, entrevistado em 07 de abril de 2017).

O perfil do associado de Santos possui *habitus* mais conservador e interpreta o clube de forma indissociável da cidade, isto é, para o associado de Santos, o time representa mais do que uma simples agremiação de futebol, o clube o remete à sua identidade e origem. Esse sócio tende a delegar o poder aos representantes da burguesia local que exercem uma dominação simbólica sobre a região. Essa burguesia local assume um papel de autoridade específica no campo político burocrático do clube e normalmente emprega uma estratégia de conservação mais ortodoxa. Por outro lado, os sócios das demais regiões são normalmente mais jovens e possuem um perfil disposto a promover mudanças mais significativas na política e na estrutura burocrática do clube, pregam, para isso, o profissionalismo e a realização de mais jogos de futebol na capital. A estratégia mais cabível desse grupo é de subversão do poder, ou de heresia em

relação ao grupo que exerce o monopólio do capital específico (BOURDIEU, 1983).

Assim como preconizado por Bourdieu, o conflito eminente entre as estratégias de subversão dos novos entrantes, em contraposição à conservação do *status quo* dos agentes dominantes, torna-se mais manifesto em momentos de crise ou ruptura crítica da estrutura que mantém o funcionamento do sistema. Assim, os momentos de crise em um clube de futebol podem proporcionar uma substituição das elites que monopolizam as propriedades específicas do campo, e no futebol nada gera mais crise que derrotas, a falta de dinheiro e a consequente ausência de títulos.

Foi exatamente essa combinação de fatores que conduziu a queda do grupo liderado por Teixeira e a ascensão de um novo grupo político na Vila Belmiro. Nas eleições de 2009, o grupo da situação que visava reeleger Marcelo Teixeira foi derrotado pelo grupo de oposição sediado na capital, denominado Resgate Santista. Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro, um burocrata aposentado do ministério da educação e consultor imobiliário[17], conquistou a presidência do Santos com 1882 votos, enquanto Marcelo Teixeira obteve 1129 votos [18]. No tópico a seguir, vamos abordar as características da nova elite e as consequências do seu modelo de gestão na estrutura política burocrática do clube.

3.9 A NOVA ELITE: O SANTISTA DA CAPITAL

Nos últimos anos, a globalização do futebol impactou diretamente o modelo de negócio envolvendo o esporte no Brasil. Soma-se a isso a franca decadência dos clubes sociais tradicionais frente ao novo estilo de vida das famílias brasileiras de classe média que buscam novas alternativas de lazer. “Em parte, essa dificuldade financeira está relacionada a um esvaziamento pelo qual

[17] ESPN “Ex-presidente diz que Santos o deixou deprimido e sem dinheiro’ <http://espn.uol.com.br/noticia/558571_ex-presidente-diz-que-santos-o-deixou-deprimido-e-sem-dinheiro> Acesso em: 22/07/2017.

[18] Informação fornecida pela secretaria do conselho deliberativo do Santos FC.

passaram alguns clubes com o surgimento de condomínios fechados e academias de ginástica” (COUTO, 2017, p. 238).

Desde a realização da Copa do Mundo da Inglaterra em 1966, quando, pela primeira vez, os direitos de transmissão de televisão de um megaevento esportivo foram comercializados para a indústria de comunicação e entretenimento, a mídia tornou-se o maior financiador e propagador do futebol profissional.

Ao comprar o direito da captação da imagem do esporte, e revendê-la como espetáculo televisivo aos seus anunciantes, a mídia transforma o esporte em instrumento de comunicação e marketing, além de trazer consigo um novo ator e seus interesses no campo esportivo, passando a exercer uma relação de dominação sobre o esporte, as organizações esportivas e seus dirigentes esportivos.

> Então, seria preciso tomar por objeto o conjunto do campo de produção dos jogos olímpicos como espetáculo televisivo, ou melhor, na linguagem do marketing, como “instrumento de comunicação”, isto é, o conjunto das relações objetivas entre os agentes e as instituições comprometidas na concorrência pela produção e comercialização das imagens sobre os jogos O Comitê Olímpico Internacional (COI) [...] dominado por uma pequena camarilha de dirigentes esportivos e de empresas de grandes marcas industriais (Adidas, Coca-Cola, etc.) que controla os direitos de transmissão [...] e dos direitos de patrocínio, assim como a escolha das cidades olímpicas. (BOURDIEU, 1997, p.125-126).

Devido às transmissões televisivas, o esporte espetacularizado passa a ser produzido em dois momentos distintos. Quando de sua prática, que envolve os atletas e todo o conjunto de agentes, treinadores, médicos, árbitros que contribuem para o bom transcurso da competição esportiva na arena, e em um segundo momento, por todos aqueles envolvidos ligados à mídia, que concorrem para a produção e reprodução das imagens do espetáculo esportivo (BOURDIEU, 1997).

No Brasil, o primeiro campeonato doméstico cujos direitos de imagem se reverteram em receitas para os clubes de futebol, foi a Copa União de 1987[19]. A Rede Globo de Televisão pagou aos clubes brasileiros pelo direito de transmitir o torneio em caráter de exclusividade e, dessa maneira, passou a integrar o campo político do futebol e exigir dos clubes a adequação “padrão global”. Esse protocolo rígido de exigências tinha por objetivo principal atender aos interesses econômicos da emissora e de seus anunciantes, bem como à qualidade estética da imagem gerada.

A imposição para atender aos interesses da mídia, dos anunciantes e patrocinadores restringiu o futebol à condição de subproduto da indústria do entretenimento. Para suprir essa demanda imposta pelo mercado liberal, as posições no espaço político burocrático dos clubes foram redefinidas, havendo uma transferência fracionada do capital simbólico, antes concentrado nas mãos dos dirigentes amadores, agora em poder dos políticos profissionais remunerados, ou dos *experts* que dominam assuntos específicos.

> Na verdade, antes de ir mais além à análise dos efeitos, seria preciso tentar precisar a análise dos determinantes da passagem do esporte como prática da elite, reservados aos amadores, ao esporte como espetáculo produzido por profissionais e destinado ao consumo de massa. (BOURDIEU, 1983, p. 145).

Para Bourdieu, com exceção dos momentos de crise, os profissionais que atuam em um campo político exercem um monopólio dos principais meios de produção de capital da organização, desapossando de recursos os que são em maior número. O corpo de profissionais possui a competência específica e o reconhecimento dos demais jogadores para jogar, com boa possibilidade de êxito, o jogo do campo político (BOURDIEU, 1989).

Conforme preconizado na abordagem de Bourdieu, uma organização política em períodos de crise tem dificuldades em delegar o monopólio dos meios de produção aos profissionais. Isso talvez ajude a explicar os motivos que

[19] A Copa União substitui o campeonato brasileiro de 1987 e foi organizada pela união dos grandes clubes do futebol brasileiro (Clube dos 13). Desde então a entidade foi a responsável pela comercialização dos direitos de transmissão do campeonato brasileiro, até o encerramento de suas atividades em 2011, provocada pela intromissão da Rede Globo de Televisão, que passou a negociar os direitos de transmissão individualmente com os clubes.

retardaram a entrada dos profissionais de outras áreas no campo político burocrático do Santos. Entretanto, paradoxalmente, foi uma crise no futebol (time nas últimas posições do campeonato brasileiro e a falta de títulos) que gerou um ponto de ruptura no clube e favoreceu a ascensão de novos atores no campo político burocrático do futebol.

A chapa Resgate Santista não orbitava em torno de uma liderança personalista. Seus principais líderes eram, em sua maioria, executivos assalariados ou prestadores de serviço enquadrados na categoria de média burguesia. O grupo conquistou o poder com a contribuição e combinação de três fatores: os maus resultados do time dentro de campo; a adoção de discurso do profissionalismo ante o amadorismo, e a injeção de novos sócios residentes fora da cidade de Santos, que foram arregimentados e doutrinados por meio de uma grande campanha política realizada nas redes sociais nos anos que antecederam as eleições.

> Esse pessoal de São Paulo, quando ganhou a eleição fez um trabalho de formiguinha. Por três anos, eles ficaram colocando sócios no clube que depois acabaram votando neles. Para ganhar, eles chegaram até torcer contra o Santos, eu vi muitos deles no Pacaembu em 2009 torcendo para o Náutico ganhar do Santos. Para eles quanto pior melhor. (José Luiz Pinho, entrevistado em 13 de março de 2017).

> Mas acho que há um acirramento maior, o que eu percebo é o grupo [...] de São Paulo com relação ao grupo de Santos. Que Santos é isso, aquilo lá, o pessoal faz muito alarde, a nossa cidade não pode ser comparada com a capital que tem a maior renda per capita do Brasil. (Celso Sampaio Lopes, entrevistado em 08 de março de 2017).

Esse foi o cenário que envolveu as eleições de 2009 no Santos e culminou na interrupção da série de vitórias consecutivas de Marcelo Teixeira. Com isso, o grupo paulistano Resgate Santista pôde exercer um domínio sobre o clube nos cinco anos seguintes, adotando uma abordagem mais heterodoxa, que teve por base uma profunda alteração no estatuto para que este fosse maleável aos interesses da nova elite constituída.

3.10 O NOVO ESTATUTO

Durante o exercício do mandato do Presidente Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro (um dos fundadores do grupo Resgate Santista), o Santos conquistou títulos importantes em um curto espaço de tempo, além de contar, na equipe, com o referencial do jovem atacante Neymar. O Santos de Neymar conquistou o tricampeonato paulista de futebol (2010, 2012, e 2013), a copa do Brasil em 2010, a Copa Libertadores da América em 2011 e a Recopa sul-americana em 2012. O sucesso na esfera esportiva contribuiu com os objetivos do grupo.

> [...] o sucesso dos dirigentes na condução da organização pode fazer com que a base lhes recompense, reconduzindo-lhes aos postos de mando. Porém, a longa permanência nesses postos suscita-lhes interesses distintos dos da base, dentre eles o de permanecer, se necessário, apelando à discricionariedade. Se bem-sucedidos, podem manipular as preferências dos liderados, realimentando o ciclo. (RIBEIRO, 2014, p.189 apud COUTO, 2017, p. 241).

A exemplo de outros momentos da história do clube, a conquista de títulos importantes facilita o processo de apropriação do poder político e de manipulação da vontade dos associados por parte da elite dominante. Sob pretexto de modernizar o estatuto do clube, adequando-o às práticas do mercado, a elite no exercício do poder tende a adaptar o texto do regimento em vigência ao modelo burocrático em uso, sobretudo quando existe a perspectiva de manutenção desse grupo e seu domínio sobre as propriedades específicas do campo.

A violação do estatuto foi amplamente empregada no cenário político do Corinthians, a qual garantiu a longa permanência dos ex-presidentes Wadih Helu e Vicente Matheus à frente do clube. Ambos os dirigentes exacerbaram seus poderes sobre o conselho deliberativo do clube de Parque São Jorge e aprovaram modificações no texto do estatuto que garantiram a extensão de seus mandatos (FLORENZANO, 2010).

No caso do Santos, observamos essa visão no tocante à alteração do texto estatutário na resposta contraditória do conselheiro e membro do atual

comitê de gestão que defende alterações profundas no atual estatuto deixado como herança da administração anterior:

> Precisa acabar com isso, precisa fazer uma mudança no estatuto, mas que seja uma mudança definitiva e que não sirva para uma facção, sirva para o clube. Isso até hoje não foi feito [...] Até alterei o estatuto, fiz alteração de estatuto e tal, até pra acomodar inclusive a vinda do Milton Teixeira, e o Milton foi candidato a vice e depois sucedeu o Roma [...] tinha um negócio de tempo de filiação mas o estatuto foi mudado porque realmente era um estatuto ultrapassado e obsoleto, e a gente tentou modernizá-lo, torná-lo mais eficiente, mais ligeiro e mais empresarial. (Gastone Righ Cuoghi, entrevistado em 13 de abril de 2017).

O texto do estatuto em vigor foi aprovado em assembleia geral em março de 2011, logo após a sequência histórica de conquistas do Santos - a Copa do Brasil de 2010 e o bicampeonato paulista de 2010 e 2011. A satisfação do quadro social com os resultados dentro do campo serviu de incentivo para a reformulação total do estatuto elaborado anteriormente, o qual foi considerado atrasado e um fator impeditivo para o processo de profissionalização que o clube almejava naquele momento.

O objetivo principal do novo texto foi transferir o poder e a gestão econômica das mãos dos dirigentes amadores para a responsabilidade dos políticos profissionais remunerados escolhidos pela elite dirigente do grupo dominante. Os cargos de diretores de departamento foram extintos, passando a ficar sob a responsabilidade dos gerentes remunerados, conforme texto do 77º artigo do Estatuto Social[20].

Esse processo de transferência do monopólio sobre as propriedades específicas dos diretores amadores para os gerentes profissionais gerou conflitos no campo político burocrático do clube, sobretudo porque são cargos de confiança concedidos pelo grupo que exerce a dominação política na agremiação. Os principais cargos gerenciais são trocados em função da

[20] Artigo 77 - A administração executiva do Santos é conduzida por profissionais remunerados, com qualificação comprovada, contratados pelo Santos em regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao Santos, que serão responsáveis pela execução da administração geral do Santos, subordinados a decisões e determinações do Comitê de Gestão, com remuneração fixada por este.

distribuição do poder no interior do espaço político do campo, o que torna esses cargos mais voláteis às mudanças na política.

> Hoje, em função dos cargos remunerados, tudo mudou. As pessoas trabalhavam porque gostavam, não por dinheiro. Antes só existiam os funcionários e os diretores não remunerados, hoje quem manda são os gerentes remunerados. Isso não me agrada [...] Segundo a diretoria, se você apoiar o grupo perdedor, sua cabeça é posta a prêmio logo em seguida, por isso atualmente me mantenho afastado da política. (Guilherme Gauche, entrevistado em 07 de março de 2017).

Além de extinguir os cargos de diretores amadores no clube, o estatuto social buscou a fragmentação das atribuições do cargo de presidente. Embora o tempo do mandato presidencial tenha passado de dois para três anos, foi instituída a figura do comitê de gestão previsto no artigo 60 do estatuto[21]. Composto por sete conselheiros escolhidos, além do próprio presidente e o vice-presidente eleitos pelos sócios, cabe ao comitê as decisões mais importantes da instituição. A escolha dos membros desse colegiado é feita pela elite no poder. Atualmente o comitê gestor é muito criticado pelos membros do conselho atual.

> Sou contra o comitê gestor. Apesar de gostar da democracia, eu sou a favor da pessoa que dá uma porrada na mesa e diz quem manda aqui sou eu. (José Luiz Pinho, entrevistado em 13 de março de 2017).

> O modelo do comitê de gestão, da forma como está não é apropriado [...] existe desarmonia entre os membros do comitê por conta da vaidade pessoal. Nas três últimas gestões, houve uma cisão e acaba criando uma situação embaraçosa para o clube. Precisamos rever esse modelo. (Fernando Galotti Bonavides, entrevistado em 17 de março de 2017).

A discussão no conselho deliberativo em relação à remuneração dos cargos de dirigentes também atinge o cargo de presidente do clube. Entre os conselheiros entrevistados para esta pesquisa, observou-se que entre os maiores defensores da alteração no estatuto, visando permitir o pagamento de salário aos presidentes, também estão os principais detentores de capital específico e social que os qualificam, no futuro, para ocuparem o cargo

[21] Artigo 60 O comitê gestor é o órgão colegiado responsável pela administração e gestão executiva do Santos.

presidencial, embora não sejam eles possuidores de grande volume de capital econômico acumulado.

> Têm vários clubes em que presidente recebe dinheiro e aqueles que não têm salário e recebem por fora. É por isso que eu defendo no Santos, que os clubes optem pela nova lei, em que o presidente pode ganhar um salário de 21 mil reais, que não é nenhum salário extraordinário para quem tem tanta responsabilidade no poder; então a maioria atende o interesse e recebe dinheiro por fora. Seja em transação de jogador, seja para ajudar o salário que também é uma forma negativa e uma forma desonesta de receber [...] vamos alterar essa porcaria, o presidente tem que ganhar pelo menos 20 “contos” pra pagar as continhas dele. Não vai ter motivo pra ser ladrão, então é assim que tem que funcionar no modelo do futebol. (José Carlos Peres, entrevistado em 10 de julho de 2015)[22].

> O Marcelo Teixeira, como milionário, pode se dedicar ao clube, eu não posso fazer isso, precisava de recursos para me manter, nada estratosférico como é hoje, mas como pelo estatuto não é permitido, eu prefiro não ser candidato a presidente. (Florival Amado Barletta, entrevistado em 13 de abril de 2017).

O novo estatuto do clube alterou também o período de carência mínima que concede o direito ao voto do associado, passando de três anos para o prazo de um ano. Essa alteração potencialmente favorece a atuação de grupos políticos que, por meio de campanhas e da introdução de novos associados, podem manipular a intenção de voto destes[23]. Houve suspeitas de que, no transcurso das eleições de 2017, empresários teriam lançado mão desse artifício visando corromper o sistema eleitoral[24].

Outra importante alteração estatutária no texto de 2011 afeta profundamente a composição do conselho deliberativo. Com o intuito claro de restringir o número de conselheiros efetivos, essa categoria foi reduzida de cento e cinquenta para cem, do total dos trezentos que compõem o conselho, além da exigência de sete mandatos consecutivos, ou doze alternados. Na prática, um

---

[22] Dezoito meses após a entrevista concedida por José Carlos Peres, o mesmo foi eleito presidente do Santos nas eleições realizadas no dia 09 de dezembro de 2017.

[23] Artigo 27 – Poderão participar das Assembleias Gerais, com direito a voto todos os associados maiores de 18 (dezoito) ANOS QUE TIVERAM AO MENOS 1 (um) ano completo de permanência ininterrupta no quadro associativo do Santo.

[24] Antes de eleição, Santos tem explosão de novos sócios com inscrições suspeitas <http://www.espn.com.br/noticia/746609_antes-de-eleicao-santos-tem-explosao-de-novos-socios-com-inscricoes-suspeitas> Acessado em 20/12/2017

conselheiro se torna efetivo, no mínimo, após vinte e um anos seguidos no cargo eletivo – uma situação pouco provável.

Por último, sob o argumento de democratizar a política do clube, o estatuto alterou sensivelmente a distribuição dos assentos do conselho deliberativo. Diferentemente dos estatutos anteriores que previam todas as cadeiras eletivas para o único grupo que conquistasse a maioria dos votos dos associados, na versão atual, o estatuto prevê que todas as chapas que alcançarem, no mínimo, 20% dos totais dos votos válidos, terão garantida sua representação proporcional nas cadeiras do conselho [25].

3.11 NOVA CRISE E O RETORNO DA VELHA ELITE AO PODER

As alterações no estatuto do clube não foram suficientes para garantir mais uma vitória nas eleições, no final de 2014. Após a sequência de títulos nos anos de 2010, 2011 e 2012, o clube vendeu o atacante Neymar ao Barcelona, sob suspeita de irregularidades no Brasil e na Espanha. O presidente Luis Álvaro Ribeiro, após um período de cinco meses de licença médica, alegou problemas de saúde e renunciou ao cargo de presidente. Em seu lugar, foi efetivado no cargo o vice-presidente Odílio Rodrigues, médico e ex-secretário da Saúde da cidade de Santos, além de ex-correligionário e desafeto declarado de Marcelo Teixeira, o qual havia, no passado, preterido seu nome para o cargo de presidente do conselho.

A gestão de Odílio Rodrigues à frente do clube não foi capaz de repetir os bons resultados do seu antecessor, além de promover a contratação de atletas que causaram grande prejuízo aos cofres do clube. A consequência foi a ausência de títulos e o atraso no pagamento dos salários dos funcionários e atletas. Como de costume, a insatisfação dos sócios se refletiu mais uma vez nas eleições realizadas em dezembro de 2014, e o candidato situacionista Nabil Khaznadar não foi eleito, tampouco seu grupo foi capaz de atingir os 20% mínimos necessários para garantir representação no conselho.

---

[25] Parágrafo segundo do artigo 33 – As eleições para o conselho deliberativo serão proporcionais, sendo eleitos os representantes das chapas que alcançarem o mínimo de 20% (vinte por cento) dos votos válidos.

A cíclica crise santista composta de dívidas e a ausência de títulos se fez presente mais uma vez, assim como novamente ela foi elemento determinante em uma eleição para a presidência no Santos.

> O desempenho em campo é percebido como decorrente de sua atuação, é valor a ser cultivado, afeta o julgamento que os associados fazem da direção do clube e se reflete no apoio. [...] O ânimo entre líderes políticos no clube – sobretudo rivais – também é afetado, alterando a intensidade e o tom dos debates e disputas. (COUTO, 2017, p. 253).

Assumindo uma postura de novo entrante no campo, foi adotado um discurso político voltado ao retorno às raízes, à valorização da história e contra a banalização e degradação (BOURDIEU, 1983). Modesto Roma Júnior, filho do ex-presidente Modesto Roma, conquista, com o apoio da família Teixeira, a presidência do clube para o triênio 2015-2016 e 2017.

Modestinho, como é chamado entre os sócios mais antigos do clube, foi eleito presidente com 1321 votos. Os candidatos de São Paulo José Carlos Peres e Fernando Silva conquistaram respectivamente 1139 e 1077 votos [26]. Essas três chapas superaram os 20% dos votos úteis e, em consonância com o estatuto, os três grupos políticos constituíram proporcionalmente o conselho deliberativo.

3.12 Os conselheiros profissionais

Diferentemente de outros momentos eleitorais no clube, quando poucas chapas se inscreviam, para o pleito de 2014, cinco chapas disputaram uma eleição acirrada, com a realização de debates nos principais veículos de comunicação da cidade. Dos cinco grupos postulantes ao cargo máximo do clube, três tinham como origem a capital paulista, e outros dois eram da cidade de Santos.

Uma possível justificativa para o maior número de chapas inscritas em uma eleição no Santos foi o mecanismo que garante a representação no conselho a todos os grupos que atingissem, no mínimo, os 20%. Tal ferramenta, dita por muitos como democrática, possibilitou uma grande renovação no quadro de

[26] IG Esporte “Candidato de Marcelo Teixeira, Modesto Roma é eleito o novo presidente do Santos”,<http://esporte.ig.com.br/futebol/2014-12-13/candidato-de-marcelo-teixeira-modesto-roma-e-eleito-o-novo-presidente-do-santos.html> Acesso em: 22 jul. 2017.

conselheiros eleitos. Entretanto, embora exista concordância quanto ao aspecto democrático do dispositivo, entre os ouvidos, muitos assumiram uma posição contrária ao sistema democrático em um clube de futebol.

> Quando você divide o poder, como está o conselho, não é legal, pois permite que se forme uma oposição unida e forte que vai atrapalhar o grupo que ganhou a eleição. (José Luiz Pinho, entrevistado em 13 de março de 2017).

> Uma coisa é a administração do país, pois existe um negócio que se chama cidadania, e a cidadania exige que você participe da administração, e que seja tudo público e tal. Porque dentro da nação só tem um governo federal, não tem concorrente, mas quando você passa à atividade de competição como são as empresas, você tem concorrentes, centenas de clubes. Eu não posso ter, portanto, uma organização igual, eu tenho a do governo, porque o governo pode ser transparente, não tem problema nenhum todos os atos dele. Mas aqui, se eu for democrático, a concorrência me derruba [...] A democracia Corinthiana. Isso é conversa fiada, isso é história do politicamente correto que já está enchendo o saco. (Gastone Righ Cuoghi, entrevistado em 13 de abril de 2017).

> Esse estatuto quem fez foi um maluco. Ele foi criado para interesses próprios. Mudaram o estatuto pensando que eles nunca fossem sair do Santos [...] esse estatuto só aumenta a rivalidade. Ninguém consegue administrar o clube desse jeito. (Alberto Francisco de Oliveira Júnior, entrevistado em 07 de abril de 2017).

O compartilhamento do poder no conselho foi o principal responsável pelo fatiamento dos cargos por meio da contratação de profissionais indicados por esses grupos. Porém boa parte dessas contratações privilegiaram os próprios conselheiros, que trocaram apoio político por cargos remunerados na administração. Esse processo foi assim explicado pelos conselheiros Ronaldo Cortez (licenciou-se do cargo de conselheiro para assumir como funcionário remunerado) e Fernando Bonavides (presidente do conselho deliberativo):

> O processo é assim, eu me tornei conselheiro e depois fui convidado a assumir um departamento. Por isso tive que me licenciar do cargo eleito, porque não é permitido você trabalhar e ao mesmo tempo ter um cargo no conselho. Depois, se eu sair do cargo eu volto para ocupar minha cadeira no conselho [...] Se você paga seus profissionais e se você tem na sua chapa alguém que é profissional e quer vir trabalhar no clube, esse cara tem que ser convidado, se ele não aceitar a gente vai no mercado procurar um profissional para assumir esse cargo. (Ronaldo Imbernon Cortez, entrevistado em 12 de julho de 2016).

> O conselheiro tem que saber que vai entrar num órgão que fiscaliza o clube e não para eventualmente para conseguir um cargo remunerado, ou pior, para ficar forçando para ter cargos e salários de dez mil por mês, e fazer disso uma chantagem com a administração [...] atualmente eu estimo que tenhamos cerca de trinta conselheiros licenciados para exercerem cargos remunerados no clube. (Fernando Galotti Bonavides, entrevistado em 17 de março de 2017).

O fim dos cargos de diretores amadores somado ao fatiamento do conselho deliberativo por três grupos políticos distintos causaram um inchaço de funcionários e prestadores de serviço, como também um aumento nas despesas administrativas. Segundo matéria do portal de notícias Globo Esporte[27], em um ano, o número de funcionários do clube aumentou em 43,28%, e entre os prestadores de serviço contratados, o aumento foi na ordem de 62%.

O mandato do presidente Modesto Roma Júnior ainda está em curso e acumula a conquista do bicampeonato paulista em 2015 e 2016. Baseado nesse histórico de conquistas e ainda diante da expectativa de conquistar mais títulos até o fim da temporada de 2017, o grupo atualmente no poder lançou sua candidatura para as próximas eleições que acontecerão em dezembro de 2017. Vivendo essa expectativa, os conselheiros que apoiam a atual elite manifestaram seu descontentamento em relação ao estatuto e se articulam para a elaboração de um novo texto para aprovação em 2018. Entretanto, ainda é prematuro realizar qualquer prognóstico nesse momento, pois a bola ainda não parou de rolar na temporada, e muito provavelmente os resultados obtidos pelo time no gramado poderão reverberar nas escolhas dos sócios nas urnas na próxima eleição[28].

3.13 Estruturas oligárquicas: aplicação do ferramental

Segundo a abordagem proposta por Couto, além da baixa rotatividade na classe dirigente clubista, faz-se necessária, na análise, a combinação de outros fatores que somados podem indicar a presença de um ciclo oligárquico em um

[27] Globo Esporte Crise? Em seis meses, número de funcionários cresce 29,6 no Santos http://globoesporte.globo.com/sp/santos-e-regiao/futebol/times/santos/noticia/2017/01/crise-em-seis-meses-numero-de-funcionarios-cresce-296-no-santos.html . Acesso em: 02 maio 2016.

[28] O presidente Modesto Roma Júnior foi derrotado nas eleições realizadas em 09 de dezembro de 2017.

clube de futebol, assim como foi identificado pelo autor no estudo “Oligarquização em um grande clube de futebol: o caso do Sport Club Corinthians Paulista."

Um elemento necessário nesse sentido é a presença de um grupo específico de associados, cujo interesse pelo clube ultrapassa a dimensão de fomentar a prática de um time de futebol. Esse tipo de associado é usuário dos serviços e da infraestrutura de lazer que o clube oferece. Possuir o apoio político desse grupo pode garantir uma quantidade expressiva de votos em uma eleição. Essa relação de troca entre dirigentes e sócios usuários foi definida por Couto como prática de “patronagem”. “Por isso, dirigentes cortejam essa base para obter seu apoio e continuar a decidir sobre a parte econômica, social e politicamente relevante para fora da entidade, o futebol profissional” (COUTO, 2017, p. 238).

Portanto, o “mecanismo de patronagem” consiste em uma prática de clientelismo, no qual o sócio usuário permuta seu voto na eleição por mais conforto nas instalações do clube. Parte do dinheiro arrecadado no futebol é convertida em melhorias no clube de lazer. Essa prática normalmente aumenta os gastos da agremiação, como foi observado no caso do Corinthians.

Ao trazermos essa questão à realidade do Santos, observamos que esse grupo de associados não está presente no quadro associativo da instituição, uma vez que o clube oferece aos associados somente a modalidade de consumo vinculada ao futebol, portanto, os interesses comuns à coletividade são canalizados no aumento do potencial competitivo da equipe que representa a agremiação.

Essa particularidade levou a direção do Santos a encerrar definitivamente a modalidade do sócio-torcedor na mudança estatutária de 2013, por entender que todo associado do clube já era, na essência, um sócio-torcedor, não existindo limites claros definidos entre as modalidades em uma agremiação com essa característica, optando-se assim pela descontinuidade do projeto.

O postulado de Couto nos traz outro elemento fundamental para categorizar uma estrutura de viés oligárquico. A elite dominante, após se

entrincheirar por determinado tempo no poder político da organização, apropria-se de suas normas estatutárias com o objetivo de alterá-la, moldando-a à sua conveniência em detrimento dos interesses da maioria representada. O objetivo central do apoderamento dos estatutos é o enfraquecimento das oposições por meio da criação de dificuldades impostas pela elite dominante.

> Acrescenta-se a essa definição que o fator-chave para que a oligarquia se estabeleça, possibilitando a falta de controle sobre os dirigentes, é o funcionamento falho dos mecanismos de competição organizacional. Isso torna a oligarquia antagônica tanto à democracia como à meritocracia, já que em ambas a competição é fato primordial. (COUTO, 2017, p. 240).

Uma condição análoga à acima citada foi constatada no estudo de caso do Corinthians, no qual puderam ser observados não somente as reformas e manipulações nos estatutos, mas também os dispositivos criados neles com o objetivo de se estabelecer um ciclo oligárquico no clube, como o fim da limitação às reeleições de presidentes e também o aumento no número de cargos de conselheiros efetivos e indicados pela elite no poder.

As facções políticas no Santos também exerceram influência sobre as reformas estatutárias, assim como o teor do texto foi elaborado com o objetivo principal de adequar o estatuto do clube às necessidades da elite dirigente no exercício do poder.

Desde a fundação do clube em 1912, foram realizadas alterações nas normas da instituição nos anos de 1939, 1945, 1994, 2003 e 2011. Ao debruçarmos sobre os estatutos, sobretudo os mais recentes, a partir de 1994, destacamos a reforma de 2003, que retirou do texto o limite de uma reeleição para o cargo de presidente, conforme previsto no estatuto anterior - essa manobra atendeu claramente aos interesses do grupo que apoiava o então presidente Marcelo Teixeira, além de suscitar uma discussão em torno da data de vigência da mudança estatutária, uma vez que, segundo interpretação dos opositores, a alteração deveria entrar em vigor no mandato posterior, e não a partir da aprovação do novo texto, tornando-se esta uma questão tipicamente casuística. A reforma de 2011 alterou a composição do conselho com a redução de 150 para 100 conselheiros efetivos, além de criar dificuldades para se efetivar no cargo. A proporcionalidade na distribuição das cadeiras do conselho e a

criação do comitê gestor acabaram por limitar o poder do presidente do clube e o obrigou a negociar com os grupos que conquistaram mais que 20% dos votos válidos nas eleições anteriores. Outra alteração adotada na reforma de 2011 foi a redução de 3 para 1 ano o tempo mínimo para que o sócio tenha o direito ao voto.

Entretanto, quando as reformas no estatuto do Santos são contrapostas ao histórico de ocorrência de mesma natureza ocorrida no Corinthians, verificamos que a abrangência das reformas no estatuto do clube da capital se mostrou mais eficiente e duradoura no sentido de atender aos interesses de fixação no poder das antigas oligarquias, principalmente no tocante à criação de barreiras impostas aos grupos desafiadores do poder. A pesquisa de Couto indicou a existência de uma “tradição” que se configurou em regra no Corinthians, sendo essa uma situação distinta à do Santos.

Apesar da ampliação do tempo de mandato de presidente, o atual estatuto do Santos não demonstrou eficácia para impor barreiras na entrada do campo político burocrático e assim inibir a atuação da oposição. Observa-se assim a existência de movimento em direção contrária a esse sentido. A 2ª cláusula do artigo 33 do estatuto garante participação no conselho a todas as chapas com mais de 20% dos votos válidos. Esse dispositivo, somado a fatores de ordem econômica, pode ter motivado uma maior participação dos sócios na política do clube.

Até o presente momento, foram identificados 25 grupos de sócios e torcedores organizados e instituídos que participam ativamente da vida política do clube, com meios de comunicação próprios, sobretudo por meio da participação nas redes sociais. São esses grupos políticos que tendem a constituir coligações e chapas em um cenário de eleições que a pesquisa identificou: Santos Vivo; Resgate Santista; Santos Sempre Santos; União Alvinegra; Terceira Via Santista; Corneteiros Santistas; Associação 1912; Nação Santista; Sócio 10; Sem Fronteiras; DNA Santista; Renove; Mar azul; Unidos pelo Santos; Santistas do Interior; Orgulho de Ser Santos; Torcida Jovem; Sangue Jovem; Força Jovem; Assophiss; Associação Dignidade Santista; Portão 1 e 2; Tá no Sangue; Portão 17; Movimento Popular Acorda Santista .

A proporcionalidade no conselho do Santos é considerada por muitos como uma ferramenta democrática que estimula uma participação do associado, entretanto, por outro lado, juntamente ao processo de profissionalização, também fruto do estatuto em vigor, pode ter transformado a política do clube em um balcão de negócios, com a distribuição de cargos remunerados para conselheiros e pessoas a eles ligados em troca de apoio político no conselho, pois os cargos profissionais são, em sua maioria, ocupados por agentes endógenos da organização. Segundo apurado em entrevista com o Presidente do Conselho Deliberativo Fernando Bonavides, cerca de 30 conselheiros se licenciaram dos cargos para receberem algum tipo de remuneração. Isso representa algo em torno de 10% do total de conselheiros.

Para uma melhor compreensão do histórico de alterações no estatuto do Santos, foi elaborado o quadro a seguir (Quadro 2), considerando o período em que foi feita a reforma, bem como sua relação com os presidentes em exercício e as conquistas de títulos oficiais [29] :

Quadro 2 - Mandato de presidentes e as reformas estatutárias

Presidentes	Período	Títulos	Realização de reforma no estatuto
Sizino Patusca	1912		Constituição do 1º. Estatuto do clube
Raymundo Marques	1913		Não houve reformulação no estatuto
Agnelo Cícero de Oliveira	1914-1917		Não houve reformulação no estatuto
Flamínio Levy	1917-1918		Não houve reformulação no estatuto
Wallace Simonsen	1919		Não houve reformulação no estatuto
Flamínio Levy	1920		Não houve reformulação no estatuto
Agnelo Cícero de Oliveira	1921		Não houve reformulação no estatuto
Flamínio Levy	1922		Não houve reformulação no estatuto
Armando Lichti	1922		Não houve reformulação no estatuto
Flamínio Levy	1923		Não houve reformulação no estatuto
Manoel Oliveira Alfaya	1924-1925		Não houve reformulação no estatuto
Antônio Guilherme Gonçalves	1926-1932		Não houve reformulação no estatuto
Joaquim Pedro dos Santos	1932-1933		Não houve reformulação no estatuto
Agnelo Cícero de Oliveira	1933		Não houve reformulação no estatuto
Carlos de Barros	1934-1937	1	Não houve reformulação no estatuto
Frederico Jorge Sobrinho	1937		Não houve reformulação no estatuto
José Martins	1938-1939		Não houve reformulação no estatuto
Benedito Wenceslau Carneiro	1940		Não houve reformulação no estatuto
Jaime Matias Ricão	1940		Não houve reformulação no estatuto
Romeu de Andrade Lourenço	1940-1942		Não houve reformulação no estatuto
Aristóteles Ferreira	1942-1943		Não houve reformulação no estatuto
Antônio Ezequiel Feliciano da Silva	1944		Não houve reformulação no estatuto

[29] Entende-se como títulos oficiais os campeonatos promovidos e reconhecidos pelas federações e confederações de futebol.

Presidentes	Período	Títulos	Realização de reforma no estatuto
Athiê Jorge Coury	1945-1971	27	Estatuto foi alterado com a ampliação do mandato de presidente de 1 para 2 anos
Vasco José Fae	1972-1974	1	Não houve reformulação no estatuto
Modesto Roma	1975-1978		Não houve reformulação no estatuto
Rubens Quintas Ovalle	1979-1981	1	Não houve reformulação no estatuto
Ernesto Vieira da Silva	1982-1983		Não houve reformulação no estatuto
Milton Teixeira	1984-1986	1	Não houve reformulação no estatuto
Manuel dos Santos Sá	19871988		Não houve reformulação no estatuto
Otávio Adegas	1988		Não houve reformulação no estatuto
Miguel Assad Macool Filho	1988-1989		Não houve reformulação no estatuto
Antônio Aguiar Filho	1990-1991		Não houve reformulação no estatuto
Marcelo Pirilo Teixeira	1992-1993		Não houve reformulação no estatuto
Miguel Kodja Neto	1994		Não houve reformulação no estatuto
Samir Jorge Abdul-Hak	1994-1999	2	O estatuto foi alterado. Entre as mudanças, destaca-se a limitação a uma reeleição
Marcelo Pirilo Teixeira	2000-2009	4	O estatuto foi alterado. Entre as mudanças, destaca-se a possibilidade de infinitas reeleições para presidente
Luís Álvaro de Oliveira Ribeiro	2010-2014	6	O estatuto foi alterado. Destaca-se a ampliação do mandato de presidente para 3 anos; criação do comitê gestor; redução dos conselheiros efetivos; proporcionalidade no conselho, sendo composto pelas chapas que atingirem 20% dos votos úteis Redução da carência de direito a voto do associado, passando de 3 para 1 ano
Odílio Rodrigues	2014		Não houve reformulação no estatuto
Modesto Roma Júnior	2015-2017	2	Não houve reformulação no estatuto

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados fornecidos pelo Departamento de História e Estatística do Santos F. C.

CAPÍTULO IV – A DISPUTA NO CAMPO POLÍTICO

4.1 O MONOPÓLIO DOS PROFISSIONAIS

Conforme visto no primeiro capítulo deste trabalho, a abordagem de Michels estabelece que, em um modelo de delegação de poder, as massas são desapossadas do poder político. Segundo o autor, isso ocorre principalmente pela incapacidade dos grandes grupos em se organizar politicamente, limitando assim o exercício político por parte das massas. Esse fato induz o conjunto maior de pessoas a transferir o poder a um pequeno grupo funcional, constituído sob a forma de uma elite que busca se estabelecer no centro das decisões políticas. Para isso, essa elite, quando encastelada no cerne do poder, procurará eliminar todos aqueles que julgarem uma ameaça ao grupo que recebeu o poder delegado pela maioria representada, seja em organizações públicas, seja em clubes de futebol.

> Sob esta perspectiva, um novo dirigente deve, assim que possível, demitir todo o corpo diretivo. Substituir todos os assessores. Subjugar todos os outros profissionais que desfrutem de quaisquer méritos perante o corpo de funcionários ou a opinião pública. Também é uma estratégia eficaz que minimiza possibilidades de reivindicações ou resistências internas. Tais ações são extremamente frequentes nas instituições esportivas e políticas. O Brasil é palco constante destas arbitrariedades. Basta que se verifiquem as modificações que ocorrem quando um ministro, um secretário, governador, prefeito, enfim, assume o cargo em substituição a outro partido ou gestor. De imediato demite todos os que, de alguma forma, demonstravam fidelidade ao antecessor. Modificam programas. Substituem equipes inteiras. Nos clubes não é diferente, a nova presidência e diretoria demite os funcionários, técnicos e atletas. Seguem à risca a cartilha maquiaveliana, mesmo que a desconheçam. (PAIVA; ROSSETO; BOGUS, 2016, p. 310-311).

Segundo a abordagem de Pierre Bourdieu, para compreender a abrangência da "divisão do trabalho político", faz-se necessário investigar também as variáveis sociais e econômicas que permeiam o campo político. Bourdieu se predispôs ainda a interpretar o processo que distingue os "agentes politicamente ativos" (indivíduos que militam politicamente) dos "agentes passivos" (consumidores), sendo que a dinâmica do campo transcorre em função da relação entre mandantes e mandatários, ou seja, as movimentações

dos atores do campo político são fruto da correlação dos cidadãos comuns e dos agentes políticos ativos e suas instituições.

As demandas do ambiente externo, isto é, aquelas além do campo político surgem em decorrência de fatores de natureza social e econômica, os quais são apropriados pelo campo político e deles derivam produtos, discursos, práticas diferenciadas que são oferecidos aos consumidores. Os cidadãos comuns (consumidores) interpretarão a mensagem do ambiente político em função da distância que eles mantenham do campo político. A teoria bourdiana estabelece a existência de uma relação entre o nível de capital político concentrado em poder de um pequeno grupo, em função do desapossamento do grupo maior em termos de acúmulo de capital cultural, e o tempo livre disponível.

Os cidadãos comuns desapossados de capital cultural e social, assim como também de tempo livre disponível, aderem a um processo de renúncia de seus direitos sobre o campo político em detrimento de representantes que exercem função de políticos profissionais, passando esses a submeterem um monopólio sobre os demais, por meio do domínio sistematizado de grupos políticos organizados.

> Isso faz com que, mais do que os membros das classes dominantes, os quais se podem contentar com associações, grupos de pressão ou partidos-associações, tenham necessidade dos partidos entendidos como organizações permanentes orientadas para a conquista do poder e que propõem aos seus militantes e aos seus eleitores não só uma doutrina, mas também um programa de pensamento e ação, exigindo por isso uma adesão global e antecipada. (BOURDIEU, 1989, p. 166-167).

Conforme abordado anteriormente na pesquisa, o grupo menor organizado é constituído por profissionais da política. Esses agentes do campo político oferecem uma interpretação do mundo social, sendo essa percebida, pela população, de maneira distinta em função da situação vivencial de cada indivíduo. Essas questões sociais transfiguram-se em pauta política que se instrumentaliza e reforça o monopólio exercido pelos profissionais.

A retórica empregada pelos profissionais da política a torna inacessível aos leigos que, por não entenderem os códigos inerentes ao campo, mantêm-se

distantes das principais posições. Bourdieu considera que quanto mais distante da realidade dos consumidores mais fiéis esses serão à determinada associação, partido, grupo ou pessoas. A dominação que os representantes exercem sobre os seus representados ocorre por meio da demissão voluntária da participação no campo político. O exercício da dominação é efetivado por meio da organização de grupos políticos constituídos em defesa de programas e propostas defendidas pelos militantes e eleitores.

Figura 7 - Militância organizada

Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor, quando Pelé recebeu da Marinha do Brasil a medalha do mérito naval.

A abordagem no tocante à dominação exercida por grupos de profissionais em função do distanciamento do público leigo contribui ao debruçarmos sobre as relações entre os torcedores e os sócios que residem distante do clube. Os políticos profissionais estabelecem uma relação de intermediação entre os sócios e os torcedores que se encontram afastados fisicamente do clube, sendo que quanto maior for o distanciamento entre o público leigo e a sede do Santos, maior será sua fidelidade ao grupo intermediador, estabelecendo-se assim uma relação de dominação exercida pelos representantes na mesma proporção da distância entre o clube e os representados.

Norteados tacitamente por tal princípio, os profissionais da política constituem comunidades virtuais por meio das redes sociais com o propósito de exercerem um domínio sobre os membros dessa comunidade, por meio do gerenciamento e do monopólio das informações que são interpretadas e distribuídas aos membros da comunidade de maneira seletiva. O emprego das comunidades virtuais como ferramental de propaganda política vem alterando consideravelmente o processo eleitoral recente dos clubes e consequentemente a dinâmica do campo político.

As comunidades virtuais vêm sendo empregadas na vida política do Santos desde as eleições de 2001, quando foi criado o Movimento Resgate Santista. A estratégia comunicacional foi usada para arrebanhar simpatizantes e sócios do clube por meio da militância política à distância, conforme foi descrito pelo conselheiro efetivo e um dos fundadores do movimento resgate santista José Miguel Souza:

> Qualquer negócio não dá para desprezar nas redes sociais, é assim mesmo até na política, e a gente viu que as redes sociais eram extremamente importantes para que a gente pudesse difundir a nossa ideia e isso é muito importante como eu falei. Nós tínhamos profissionais cuidando disso, e a partir disso fomos para o facebook, blogs e nós éramos tão democráticos que tinha até blogs que eram contrários a nós dentro do movimento Resgate, mas isso tinha seus segmentos, as discussões eram permanentes no dia a dia porque as redes sociais não demoram a causar o efeito, você coloca algo na rede social e duas horas depois ou já tem gente te elogiando ou já tem gente te criticando. E isso mostrava o caminho que a gente tinha que seguir. As redes sociais sem dúvida nenhuma foram importantes, acredito até que fomos um dos primeiros grupos políticos de clube que usaram essas ferramentas. (José Miguel de Souza, entrevistado em 13 de novembro de 2017).

Outro fator importante vinculado à mobilização de sócios e torcedores por meio das comunidades virtuais de clubes de futebol como o Santos está no fato de as redes sociais, além de permitirem uma participação política dos associados, também poderem servir para arrebanhar novos sócios para o clube e consequentemente eleitores cooptados e aptos ao exercício do voto.

4.2 AS ASSOCIAÇÕES DE SÓCIOS

Os grupos organizados politicamente são coletivos que visam à promoção da associação entre indivíduos, famílias, partidos, que unem esforços para alcançar objetivos individuais e coletivos, e que representam o desejo comum de ascender politicamente.

Os agentes politicamente ativos de um clube de futebol se organizam em associações políticas com características que as aproximam dos partidos políticos tradicionais. Esses profissionais da política exercem domínio sobre o grupo e têm seus interesses intrinsecamente ligados à existência e persistência da organização, e os ganhos pessoais específicos que esta é capaz de assegurar, impondo ao grupo maior suas vontades e ambições pessoais convertidas em propostas de interesse do coletivo.

Os profissionais que dominam os grupos políticos possuem interesses comprometidos com a existência e a manutenção desses grupos organizados, na mesma proporção que os ganhos pessoais que essas organizações políticas possam garantir aos seus representantes (BOURDIEU, 1989).

O comprometimento dos *líderes* políticos da associação com a manutenção do grupo, como diz Bourdieu, fica demonstrado na resposta do conselheiro e fundador do grupo político DNA Santista Reinaldo de Sá Cirilo, quando se refere à contribuição financeira por parte dos dirigentes do grupo político:

> Temos sócios do grupo que podem se associar a partir de 10 reais, quem é membro da diretoria fica na casa dos 105 reais. Os diretores acabam arcando com um valor maior do que a mensalidade do próprio clube, para manter a instituição, e cada um contribui de uma maneira. (Reinaldo de Sá Cirilo, entrevistado em 09 de novembro de 2017).

As associações de associados de clubes de futebol atuam similarmente aos partidos oficiais da política pública, com programas próprios, militância constituída, canal de comunicação com o público e estrutura operacional. As associações organizadas e burocratizadas não se limitam somente ao período eleitoral, ou seja, sua existência e atuação efetiva ocorrem de maneira contínua,

pois tanto os esforços como a estrutura não são desmobilizados após a realização do pleito no clube.

> É o partido que, por meio da ação dos seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade e que a si mesmo se dotou, pela política e para ela, de uma organização permanente de membros permanentes capazes de mobilizar os militantes, os aderentes e os simpatizantes, e de organizar o trabalho de propaganda necessário à obtenção dos votos e, este meio dos postos que permitem que se mantenham duradoiramente os membros permanentes. (BOURDIEU, 1989, p. 191-192).

Conforme visto anteriormente, a distância entre os agentes passivos (grande maioria dos associados do clube) e o campo político pode determinar o alinhamento de ideias e o nível de envolvimento assumido pelo associado, isto é, o sócio do Santos pode assumir determinado posicionamento político em virtude de sua localização, pois o nível do volume de informações e de percepções se dá em função da distância estabelecida entre os sócios e a sede política do clube.

A luta pelo domínio do campo político do Santos foi travada principalmente em torno da sede física do clube até o ano de 2002. O mesmo ano das pedaladas do Robinho e da retomada de conquistas importantes pelo clube foi marcado também pela fundação formal da primeira associação política partidária de sócios do Santos. Constituída oficialmente como associação de natureza privada em defesa dos direitos sociais desde 30 de agosto de 2002, com sede na cidade de São Paulo, a Associação Movimento Resgate Santista foi o resultado materializado da insatisfação de um grupo de empresários, políticos e executivos de grandes empresas que optaram por criar um grupo político organizado com o objetivo explícito de introduzir conceitos empresariais e de governança corporativa no Santos F. C.

O movimento Regate Santista é um divisor de águas no contexto político do Santos, uma vez que, além de alavancar consideravelmente o número de sócios do clube na capital e no interior de São Paulo, o grupo abriu o campo político para a entrada de novos agentes ativos fora da cidade de Santos, que vislumbraram disputar as principais posições do campo.

O conselheiro e um dos fundadores do Movimento Resgate Santista, José Miguel Souza relatou em entrevista o contexto da fundação do grupo político, bem como os atores dos mais diversos setores da sociedade que contribuíram com a associação, além da estratégia de comunicação e política para disseminar as propostas do movimento:

> Eu tenho muito orgulho de ter fundado a Resgate, eu acho que foi um movimento que talvez tenha sido o primeiro partido político, a primeira associação política oficial a um clube. A nossa política é de continuidade, tanto que a gente só conseguiu nossa primeira vitória depois de 3 ou 4 eleições [...] A partir da primeira eleição, o grupo começou a ser fortalecido com pessoas influentes, nós tivemos a adesão de empresários conhecidos, Walter Schalka, o Dória que mais para frente veio a apoiar o movimento Resgate, o Álvaro de Souza, que foi o presidente do Citibank. Enfim, vários políticos, várias correntes de empresários e políticos começaram a se interessar pelo movimento porque a gente queria dar ao clube um movimento administrativo coerente, um *business* legal, um marketing legal. [...] O movimento saiu de uma associação, desde cedo, os primeiros movimentos que nós tivemos foi registrar um domínio na internet, acho que a Resgate tem até hoje apesar de ter mudado completamente o objetivo dela, mas nós fizemos um registro, nós fizemos a constituição jurídica dela, nós elegemos uma diretoria, nós fizemos um plano diretor dela, nós tínhamos a intenção que esse movimento, mesmo se a gente assumisse o poder, ele continuasse como um movimento político administrativo justamente por gerir o nosso grupo. Então foi feito isso, foi eleito uma diretoria, nós tínhamos reuniões constantes, foi feito um projeto de adesão aos novos sócios que eram adeptos ao que a gente estava expondo, fizemos um movimento via internet que na época era o Orkut, foi a nossa primeira rede social que investimos, a gente chegou a ter funcionários que administravam as redes sociais e a parte administrativa e depois mais tarde um funcionário que apenas administrava as redes sociais. (José Miguel de Souza, entrevistado em 13 de novembro de 2017).

Os custos de manutenção contínuos necessários ao pleno funcionamento dessas associações de sócios, que envolvem o pagamento de aluguel, salários de funcionários, produção de conteúdos veiculados em redes sociais e despesas em geral, conduziu os grupos políticos organizados a buscarem receitas alternativas, tais como o pagamento de mensalidades cobradas dos sócios associados, venda de produtos licenciados com a marca da própria associação, montagem de eventos, organização de viagens, doações em dinheiro de pessoas físicas e empresas interessadas, entre outras ferramentas.

Em resposta concedida por Reinaldo de Sá Cirilo, ficam exemplificados os meios empregados pelos grupos políticos para arrecadar recursos financeiros:

> A DNA hoje tem aproximadamente 130 associados, grande parte desses, principalmente dos que fazem parte da diretoria são associados que contribuem mensalmente com a instituição, então a gente tem um fundo de caixa e esse fundo de caixa na verdade é utilizado para eventos, apoio político, essa verba é usada para comprar materiais, a gente tem um programa toda segunda-feira na internet, dentro da nossa página, um programa ao vivo e esses recursos podem ser utilizados para comprar materiais [...]. Por ter virado um grupo, as pessoas sentiram a necessidade de utilizar a marca DNA nos jogos do Santos, então isso virou um grupo de torcedores, a gente há um tempo atrás elaborou uma série de materiais como camisetas, jaquetas, bonés, canecas. Muitas pessoas que não possuem vínculo com a DNA acabam comprando e utilizando esses materiais por se identificar com a nossa ideologia. Hoje a gente disponibiliza e vende os produtos no mercado livre, tem link no site, na nossa *fan page* do facebook, hoje a *fan page* do DNA tem 62 mil pessoas aproximadamente, esse programa nosso de segunda-feira tem um grande alcance. (Reinaldo de Sá Cirilo, entrevistado em 09 de novembro de 2017).

4.3 A PROBLEMÁTICA POLÍTICA

A dinâmica e as posições demarcadas no campo político são, em parte, determinadas pelo antagonismo das propostas programáticas defendidas pelas pessoas, grupos, associações ou partidos. As pretensas diferenças se dão em decorrência da realidade percebida e aceita pelo grupo composto de eleitores. A representatividade de determinado segmento social, bem como seus anseios e aglutinação em torno de uma causa ocorrem quando o grupo defensor da causa assume uma relevância significativa capaz de tornar um cliente viável em termos quantitativos. A interpretação do campo político não ocorre por meio da linguagem, mas sim pelas relações internas do campo, distingue-se assim, por exemplo, o alinhamento ideológico entre o conceito de direita e esquerda (BOURDIEU, 1989).

Segundo ainda Bourdieu, as distinções perfectíveis no posicionamento dos partidos políticos ocorrem em decorrência do estabelecimento da "problemática política", sendo esta aceita tacitamente pelos agentes do campo.

> O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções. É assim, por exemplo, que a oposição entre a direita e a esquerda se pode manter numa estrutura transformada mediante uma permuta parcial dos papéis entre os que ocupam estas posições em dois momentos diferentes (ou dois lugares diferentes). (BOURDIEU, 1989, p. 179-180).

Conforme vimos anteriormente, as marcações e os posicionamentos mais perceptíveis no campo político do Santos são pautados principalmente por questões geográficas, uma vez que as demais pautas contidas nas propostas e nos discursos dos grupos apresentam propostas programáticas semelhantes. O distanciamento entre as visões de mundo propagadas pelos grupos antagônicos que disputam o poder no campo político do Santos assume papéis tão distintos na interpretação dos agentes envolvidos no contexto que podem ser considerados como equivalentes ao posicionamento ideológico observado em partidos da política tradicional, conforme pôde ser demonstrado pela cobertura de veículo de notícias por ocasião das eleições no clube no ano de 2014[30]. Nessa ocasião, houve um início de negociações entre os grupos adversários históricos, envolvendo uma possível coligação entre as associações rivais. As conversações não prosperaram devido às diferenças políticas e ao conflito de interesses entre as partes envolvidas.

> Está sendo costurada, nos últimos dias, uma das mais inesperadas amizades políticas no Santos Futebol Clube. Em reuniões na segunda e terça-feira, os então candidatos Fernando Silva e Modesto Roma Júnior acordaram a formação de uma chapa única para disputar o pleito no fim deste ano, com o primeiro como presidente e o segundo como vice. O curioso é apenas que cada um é apoiado por um inimigo histórico na Vila Belmiro, o que levou vários opositores a compararem o fato a uma eventual união entre PSDB e PT na política brasileira. A comparação foi utilizada por alguns conselheiros e associados de grupos de oposição que conversaram de maneira informal com o ESPN.com.br sobre o tema nesta terça.

Fica evidente que a problemática política observada no contexto político do Santos é interpretada pelos agentes do campo como um fato com

---

[30] ESPN “No Santos, chapa é comparada a união entre PSDB e PT” <http://espn.uol.com.br/noticia/453470_no-santos-chapa-e-comparada-a-uniao-entre-psdb-e-pt> Acesso em: 10 dez. 2017.

características equivalentes à diferença de posicionamento de natureza ideológica, conforme visão pessoal de Reinaldo de Sá Cirilo:

> Eu acho que a vida dessas instituições que apoiam o clube, sem mais ou menos a vida política da sociedade, então nossa ideologia hoje do Santos não é o radicalismo, mas seria uma profissionalização da instituição Santos F.C. Apesar de sermos a oposição, o nosso grupo é um grupo moderado [...] A gente conhece outros grupos que têm uma posição mais esquerdista e mais radical, do tipo 'tem [que] sumir com todo mundo que tá lá dentro [...]'. No futebol, eu acho que fica uma coisa muito clara, a direita seria um grupo de sustentação da diretoria que tem seus filiados, são pessoas que participam da vida do clube, são esses caras que defendem de maneira integral, independente dos problemas que ocorram no seu grupo, e eu acho que a esquerda é um grupo radical que incendeia, que quer tumultuar a vida do clube, quer mudar tudo sem o conhecimento do que é futebol, que não pensa no futuro do Santos F. C. (Reinaldo de Sá Cirilo, entrevistado em 09 de novembro de 2017).

A questão da problemática política do clube, que distingue mais claramente as correntes de opinião entre os sócios e os profissionais da organização, dá-se em torno do local onde o time deve realizar seu mando de jogo: no tradicional estádio da Vila Belmiro em Santos, que normalmente atrai um público bastante reduzido em jogos, ou na cidade de São Paulo, onde o clube possui grande número de torcedores e associados.

Parte dos associados é mais alinhada aos interesses vinculados à capital paulista, sendo estes chamados pelos sócios da baixada santista de "forasteiros". Esses sócios e grupos de sócios defendem a realização de mais jogos do time do Santos na cidade de São Paulo, sob o argumento de aumentar a receita financeira com um público maior no estádio, como ainda de conquistar novos sócios e torcedores. Em virtude de campanhas realizadas em redes sociais nos últimos anos, o grupo considerado como "forasteiros" aumentou sua presença e força política no clube, e venceu as eleições em 2009 e 2011.

> A gente tinha um bom número de sócios em Santos, mas um baixo número de sócios em São Paulo, que é onde se concentra o maior número de torcedores do Santos. A gente criou uma comissão de adesão que cada um pudesse trazer novos sócios para o clube, para que eles pudessem participar da política do clube. (José Miguel Souza, entrevistado em 13 de novembro de 2017).

Alguns defendem propostas ainda mais radicais aos olhos dos associados mais conservadores, que consistem em edificar ou arrendar uma nova arena na capital ou região metropolitana.

Os eleitores (associados) desapossados do poder e distantes do centro que irradia a política do clube tendem a se valer mais das informações e dos discursos produzidos pelos políticos profissionais, que podem monopolizar o fornecimento e a distribuição das informações, consequentemente exercem uma relação de dominação sobre esse grupo de sócios e torcedores.

> O campo político é o lugar em que geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 1989, p. 164).

Outra parte do quadro social, principalmente os residentes na cidade de Santos, considerados pelos demais sócios como conservadores e rotulados como "provincianos", defendem a manutenção da maioria dos jogos no estádio do clube em Santos, pois esses entendem que o time é um patrimônio da cidade e seria uma heresia o clube possuir um estádio em outra cidade, e o time perderia sua identidade.

Esse posicionamento ficou demonstrado na entrevista com o Vasco Vieira, ex-secretário de turismo de Santos, conselheiro do clube e com experiência na coordenação de campanhas eleitorais do clube:

> Então essas diferenças todas que ocorreram são coisas de política, de pessoas desesperadas que não têm o que trazer e fomentam essas brigas e essas rixas. O Santos joga no mundo inteiro. Se o Santos precisar jogar numa praia, ele vai jogar em qualquer lugar do mundo, como já fez no passado. Mas infelizmente tem pessoas que sabem como se associaram ao Santos, sabem que ele estava aqui, que ele é daqui e que ninguém vai tirar o Santos daqui. O dia [em] que o Santos sair de Santos ele morre, falece. Porque as origens, [a] aura do Santos está aqui na cidade de Santos. (Vasco Vieira, entrevistado em 07 de novembro de 2017).

O choque de propostas e discursos assumidos por forasteiros e provincianos marca as diferenças e posições no campo político do clube. Os

vários grupos de sócios assumem essa questão pontual sob o viés da ideologia, conforme ficou claro nas respostas dos entrevistados.

Segundo Bourdieu, a luta pelo domínio da administração pública é travada entre os profissionais que disputam e ao mesmo tempo compartilham o poder da organização. Os agentes politicamente ativos reivindicam a transformação ou conservação dos diversos campos e posições. A probabilidade de sucesso do agente político ativo é diretamente proporcional à sua capacidade de mobilizar e manipular os grupos maiores em torno de suas ideias e propostas expressas por meio de moções e plataformas programáticas.

4.4 AS CAMPANHAS POLÍTICAS

O exercício pleno do *habitus* político exige como requisito mínimo uma preparação específica em consonância com as variáveis cultural e econômica, além do domínio da oratória, a capacidade de debater ideias com os demais agentes, e também ingressar no interior do campo, sendo a participação em eleições uma dessas formas (BOURDIEU, 1989).

A maior demanda por necessidades específicas no campo político não reduziu o monopólio do campo, ao contrário, foram criadas novas exigências para a entrada e permanência no jogo. Para se estabelecer no campo e ocupar posição privilegiada, o corpo político ativo deve se valer de todo cabedal de conhecimento disponível, como técnicas de pesquisas, ferramental de comunicação e marketing, entre outros saberes de cunho mercadológico que serão instrumentalizados durante um processo de disputa eleitoral.

> A ‘ciência política’ que se ensina em instituições especialmente ordenadas a esse fim é a *racionalização* da competência que o universo da política exige e que os profissionais possuem no estado prático: ela tem em vista aumentar a eficácia desta mestria prática pondo ao seu serviço técnicas racionais, como sondagem, as relações públicas ou o ‘marketing’ político, ao mesmo tempo que tende a legitimá-la dando-lhe a aparência da cientificidade e erigindo as questões políticas em caso de especialistas que aos especialistas compete resolver em nome do saber e não do interesse da classe. (BOURDIEU, 1989, p. 170-171).

Apesar de aspectos particulares entre a política pública e a clubística, podemos observar similitudes entre as campanhas eleitorais dos clubes de futebol e as praticadas na política tradicional. O ferramental do marketing eleitoral, bem como as estratégias de natureza política empregadas em campanhas de candidatos e partidos tradicionais foram apropriados pelos dirigentes esportivos, sobretudo em períodos eleitorais.

> Cumpre sinalizar que tais elementos estão igualmente presentes no contexto das disputas políticas. Todos estes termos são absolutamente cabíveis quando da análise de um confronto pelo poder nos mais diversos palanques eleitorais do mundo, sejam de disputas pelo poder público, como também das instituições esportivas. (PAIVA; ROSSETO; BOGUS, 2016, p. 302).

Assim, podemos constatar esse pressuposto ao confirmarmos a participação de profissionais especializados em comunicação e marketing político trabalhando em eleições de grandes clubes de futebol no Brasil. Esses profissionais oferecem seus serviços aos candidatos e grupos políticos interessados na obtenção ou manutenção do poder em instituições esportivas. Publicitários, jornalistas e empresas especializadas na área da comunicação política prestam serviços especializados aos candidatos a cargos eletivos em clubes, assim como o fazem na política pública.

Figura 8 - Campanhas profissionais

Fonte: Registro fotográfico feito pelo autor durante a campanha eleitoral de 2014.

Alguns aspectos particulares caracterizam as eleições no Santos, sendo uma das características mais distintivas, quando este é comparado aos demais grandes clubes do futebol brasileiro, o fato de o clube possuir sua sede social estabelecida em uma cidade que não é capital de estado. Assim como também caracteriza-se por ser o único time da região a disputar os principais campeonatos e copas da modalidade, ou seja, os outros clubes de futebol da cidade de Santos (Associação Atlética Portuguesa e Jabaquara Atlético Clube), embora sejam agremiações tradicionais no cenário regional, não disputam diretamente as mesmas competições, tampouco a preferência pela torcida da cidade. Essa condição específica do clube desperta a atenção da mídia local, que amplia seu olhar além da cobertura esportiva tradicional, enfocando também o contexto político dos acontecimentos do principal clube de futebol da cidade.
Por conseguinte, o poder simbólico que permeia as eleições para presidente e dos membros do conselho deliberativo no Santos atrai a atenção e provoca o envolvimento de boa parte dos veículos de comunicação da região, ampliando a percepção do campo político do clube para boa parte da população. Essa configuração, por sua vez, tende a reverberar na ocorrência de fatos típicos da política tradicional, como a cooptação de cabos eleitorais, realização de carreatas pelas vias públicas, divulgação da agenda dos candidatos, denúncias de irregularidades e, entre outras coisas, na realização de debates entre os candidatos nos principais meios de comunicação da região.

> O debate televisivo em que se acham frente à frente profissionais escolhidos pela sua competência e também pelo sentido do decoro e da respeitabilidade política, em presença de um público reduzido ao estatuto de espectador, realizando deste modo de luta de classes em forma de confrontação teatralizada entre dois campeões, simboliza perfeitamente o termo de um processo de autonomização do jogo propriamente político, mais do que nunca fechado nas suas técnicas, nas suas hierarquias, nas suas regras internas. (BOURDIEU, 1989, p. 171-172).

Figura 9 - Debate na TV

Fonte**:** Registro fotográfico feito pelo autor durante campanha eleitoral de 2017.

A demanda por serviços comunicacionais na política de clubes de futebol abre espaço no campo para a entrada de novos atores no jogo, sobretudo em períodos eleitorais, quando esses profissionais oferecem seus préstimos aos homens que vivem da política.

> Logo depois, está o campo do 'marketing' político, com publicitários e os conselheiros em cominação política, que cobrem com justificações 'científicas' os seus veredictos acerca dos homens políticos. (BOURDIEU, 1989, p. 56).

Durante a realização da pesquisa de campo no transcorrer do desenvolvimento deste trabalho, levantamos a participação de um profissional especializado em marketing político, que trabalhou em parte da campanha eleitoral do então candidato Modesto Roma Júnior no transcorrer da eleição de 2014. O jornalista Ricardo Mucci acumula vasta experiência em assessoria de comunicação em campanhas políticas, tendo ele atuado e "vencido" todas as eleições de prefeito na cidade de Santos desde 1996. O profundo conhecimento em relação ao comportamento do eleitorado da baixada santista o credenciou a trabalhar no planejamento da coordenação da campanha de Modesto Roma Júnior, o qual foi indicado por pessoas ligadas ao clube e pertencentes ao núcleo político na gestão do prefeito Paulo Alexandre Barbosa do PSDB.

> Depois de vencer todas as campanhas de prefeito em Santos desde 1996, foram duas com o Beto Mansur, na primeira o Beto

> queria ser o anti-PT e acabamos ganhando. Fiz o sucessor dele o Papa (PMDB) quando todo mundo dava a vitória do PT, fiz a reeleição do Papa e depois as duas campanhas do Paulo Alexandre (PSDB) [...], fui convidado pelo núcleo duro a fazer a campanha do Modesto. O Modesto me pareceu ser um cara honesto, bonachão e eu achei legal essa experiência. Eu sou palmeirense, achei estranho alguém me convidar para fazer campanha de um clube [...] eu montei pra campanha uma pequena força tarefa pra produção de vídeo, animação, direção de arte e criação do conceito. Eu montei uma equipe pequena como uma microequipe de campanha convencional. (Ricardo Mucci, entrevistado em 25 de outubro de 2017).

As pessoas interessadas na participação do campo político profissional de um clube de futebol procuram envolver-se diretamente na campanha eleitoral, como também doar, em benefício do grupo, capital dos tipos econômico, cultural e social, sendo que sua posição hierárquica e benefícios obtidos no campo se darão em função do volume de recursos doados e a história de vida do doador.

Nesse sentido, a pesquisa identificou Zé das Docas (nome fictício do entrevistado que solicitou sigilo), candidato ao conselho deliberativo do clube, que deixou subentendido, em sua resposta, que apesar do carinho pelo Santos, seu clube de devoção é o Corinthians. O entrevistado afirmou ainda que a única maneira de trabalhar profissionalmente no clube seria participar da vida política da instituição:

> É, agora a gente é candidato de novo, com a chapa que apoia a atual administração. Pra trabalhar no Santos ou prestar algum serviço ao Santos a gente tem que politicamente fazer parte de uma chapa também. É a parte política do clube, e a gente faz parte dessa parte do Santos há mais ou menos uns 18 anos [...]. É, é até engraçado, sempre têm alguns amigos meus que falam na minha frente: 'Você é o mais santista dos corinthianos que eu já conheci'. Eu peguei um muito grande pelo Santos. Minha filha é santista, meu filho é mais. Eu praticamente dediquei minha vida de futebol, desde que eu comecei a mexer com futebol, quase 20 anos, só ligado ao Santos. Então a gente tem que fazer parte da política do Santos pra, profissionalmente, trabalhar com o Santos. (Zé das Docas, entrevistado em 25 de novembro de 2017).

A mecânica da montagem das chapas, como a estratégia empregada para a obtenção de fundos de campanha, foi assim descrita pelo coordenador do grupo político denominado Santos Gigante, o conselheiro Vasco Vieira:

> A gente pega todas as inscrições dos sócios que se inscreveram e vamos atribuindo peso através do tempo de clube, assiduidade nas reuniões, pra quem já é conselheiro e quer se reeleger, se nas reuniões do conselho, se ele votou contra ou a favor do grupo, se ele colabora com a campanha com trabalho ou na colaboração financeira, ajudando a campanha, porque é necessário, nada se faz sem dinheiro. Essas pessoas vão tendo uma pontuação, que é colocada principalmente pela pessoa em si, pela posição dessa pessoa no seio da sociedade, os cargos e história que ela tem, tudo isso a gente leva em consideração para montar uma chapa. (Vasco Vieira, entrevistado em 07 de novembro de 2017).

Como um dos principais símbolos representativos da cidade, e parte do amálgama que define a identidade de toda a região, o Santos F. C. mobiliza, em um período eleitoral, outras instituições em torno da disputa política, como o Sindicato dos Estivadores do porto de Santos, polícias civil e militar, associações de classe, loja maçônica, a classe política e o poder público de modo geral.

A profissionalização e a sofisticação das campanhas eleitorais em clubes de futebol (uso de adesivos, camisas, faixas, anúncios, assessoria de comunicação, cabos eleitorais, montagem de comitês, material gráfico, etc.) têm demandando cada vez mais um maior volume de recursos financeiros. Ricardo Mucci estima assim os valores movimentados em uma eleição de presidente de um grande clube:

> Uma campanha de prefeito de uma cidade como Santos não custa menos de cinco milhões de reais, eu diria que a campanha de presidente de clube custe mais de um milhão de reais. Todas as campanhas foram profissionais e os candidatos eram bem estruturados para arcar com os custos [...]. Os candidatos ganham o apoio de grupos de maneira espontânea, porque depois esses grupos de alguma maneira vão ocupar posições de diretoria dentro do clube, isso é igual com campanha pública, não tem diferença. Os partidos que apoiam querem em troca secretarias de governo [...]. Os clubes são governados por pessoas inescrupulosas, que de maneira geral subtraem do bolso dos sócios e dos torcedores. (Ricardo Mucci, entrevistado em 25 de outubro de 2017).

Em suma: o campo político de um clube de futebol é reflexo, em menor escala, de volume de recursos e nível de complexidade do campo político tradicional em vigor no Brasil, estando esta sujeita à mesma lógica e ao mesmo *habitus*, fazendo uso de mecanismos similares, conforme reflexão do profissional de marketing político: “O futebol é um microcosmo da política, o clube nada mais

é que um microcosmo de um órgão público, a diferença é que você não faz política para o público, mas você faz para o sócio (Ricardo Mucci, entrevistado em 25 de outubro de 2017).

5 OBSERVAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados obtidos com a realização da pesquisa que integra a tese de doutorado em ciências sociais “A figuração política nas organizações esportivas do futebol brasileiro – estudo de caso”, podemos iniciar as conclusões com os seguintes questionamentos levantados no transcorrer da exposição.

Seria o Santos Futebol Clube, assim como tantas outras agremiações tradicionais do futebol brasileiro, uma organização com características oligárquicas? Quais fatores confirmam ou refutam essa condição?

Para responder aos questionamentos que nortearam este trabalho, tomaremos como referência o artigo de Cláudio Gonçalves Couto: “Oligarquização em um grande clube de futebol: o caso do Sport Club Corinthians Paulista”, no qual se afirma que "Clubes esportivos e outras associações de adesão voluntária (como partidos) são propensos à oligarquização" (COUTO, 2017, p. 256).

Segundo o autor, após discutir a teoria subjacente na “Lei de Ferro da Oligarquia”, presente nos estudos de Robert Michels sobre partidos e sindicatos, foi concluído que a estrutura política do Corinthians, bem como dos demais grandes clubes, propicia o surgimento de grupos oligárquicos. Na pesquisa, Couto buscou identificar as causas que levaram a um processo oligárquico na estrutura política do Corinthians, empregando o ferramental de Robert Michels em “Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna”.

Segundo Couto, um dos possíveis indicadores de ocorrência de oligarquização em organizações de representação política seria a longa permanência de dirigentes em cargos delegados, como foi observado no Corinthians, clube no qual vários presidentes eleitos ocuparam o cargo máximo da instituição por um longo período de tempo. Apesar de ocorrer com menos frequência, principalmente se comparado ao clube da capital, observamos processos de mesma natureza no Santos F. C. Conforme ficou demonstrado nesta pesquisa, somando-se os anos à frente da presidência do clube da Vila

Belmiro, somente Athiê Jorge Coury e Marcelo Teixeira estiveram no comando do clube por 30 anos, além de observarmos a existência de dinastias de presidentes, nas quais filhos de ex-presidentes conquistaram o cargo em função de capital político herdado dos pais. Embora isso possa indicar a presença de condições favoráveis ao estabelecimento de oligarquias no Santos, não podemos ter nesse argumento uma constatação inequívoca nesse sentido. “Embora a longa permanência no poder não seja por si só uma condição para a oligarquização, ela é um indicador que sugere sua existência” (COUTO, 2017, p. 244).

Outra evidência que comprova a atuação de oligarquias em organizações esportivas consiste na constatação de condições favoráveis às alterações estatutárias visando à permanência de grupos à frente do clube. Por meio de mudanças nas normas que regem o jogo político da instituição, os grupos oligárquicos retiram qualquer impedimento normativo que os impeça de sequestrarem o poder em determinadas situações, ao mesmo tempo em que criam barreiras de entrada no campo político aos possíveis grupos opositores. Essa condição foi um dos fatores determinantes que possibilitaram os ciclos de continuidade por parte dos dirigentes corinthianos. Embora tal procedimento tenha sido empregado com menos eficácia e frequência no Santos, é inegável seu uso na consolidação de grupos dominantes no campo.

Outra prática instrumentalizada pelas oligarquias no Corinthians é a "patronagem". Segundo Couto, seu emprego é comum em clubes sociais que mantêm a modalidade de futebol de alto rendimento. O sistema consiste na transferência de recursos financeiros do futebol para incrementar o parque social do clube, buscando assim apoio dos sócios em detrimento da prática futebolística.

> Em contrapartida, é constante a transferência de recursos do futebol para a área social dos clubes em que ela é relevante. Esquemática e simplificadamente: no futebol profissional se faz dinheiro, no clube social se gasta. As consequências são: (1) a piora financeira, pois – para além da rentabilidade do futebol – tal sangria compromete o negócio; (2) a institucionalização de uma política de patronagem, pois o apoio se obtém pelo atendimento de demandas localizadas de setores do clube ou mesmo de associados individualmente, ainda que isso

> comprometa a racionalidade da gestão como um todo – e do futebol profissional em particular. (COUTO, 2017, p. 238).

Ao considerarmos a aplicação do conceito ao contexto santista, constatamos que este aspecto em particular diferencia o clube da grande maioria dos demais clubes brasileiros que oferecem estrutura de serviços de lazer aos associados usuários. Portanto, a força motriz para tornar-se sócio do Santos seriam o fomento e a promoção do futebol profissional da agremiação, além de, em certos casos específicos, atender a interesses próprios. Sobre tal aspecto, Couto ressalta em seu trabalho a excepcionalidade de Santos e Grêmio de Porto Alegre como clubes distintos por não contarem com estrutura social, e assim não estarem sujeitos ao princípio da "patronagem".

Considerando a ausência de associados usuários no Santos, um dos fatores preponderantes na avaliação do sócio santista em relação à escolha das propostas dos grupos candidatos ao poder seria o desempenho da equipe no campo esportivo, ou seja, o campo político do Santos é mais sensível aos resultados do campo esportivo, mas nem por isso ele é imune ao estabelecimento de oligarquias, face ao emprego de outros meios visando ao entrincheiramento dos oligarcas no poder da organização. "Em resumo, o desempenho no futebol não é, por si só, suficiente para explicar a manutenção do poder. Contudo, pesa e, a depender da atuação dos dirigentes noutras frentes de interesse dos associados, repercute no apoio" (COUTO, 2017, p. 254).

Com base nas premissas levantadas, podemos concluir que o Santos reúne condições favoráveis ao estabelecimento de grupos oligárquicos que se apossam ciclicamente do núcleo do poder do clube. Entretanto, devido às suas características particulares, seu ambiente político é mais elástico em função das variáveis advindas do desempenho do time no campo esportivo.

Outro ponto relevante que esta pesquisa indicou, durante o processo de investigação, consiste na constatação da existência de um sistema de representatividade política semelhante ao sistema presidencialista em vigor no Brasil, no qual prevalece o dito “presidencialismo de coalizão”. Os desvios de princípios são resultantes das configurações políticas que têm como objetivo manter a governabilidade no país ou no clube. Assim como ocorre nos bastidores

da república, o presidente de um clube tradicional oferece benefícios aos membros do legislativo (conselho deliberativo) para ter a condição política mínima de gerir a agremiação.

Além disso, constatamos mecanismo presente na política nacional e igualmente identificado no universo do futebol. Trata-se da prática de arrecadação de fundos de campanha junto a doadores de recursos, os quais esperam obter vantagens em futuros negócios. Os empresários de jogadores de futebol, assim como fazem as grandes empreiteiras do país financiam as campanhas eleitorais na expectativa de lucrarem nas intermediações de atletas com os clubes e repartirem seus ganhos com os profissionais da política que agem como facilitadores do processo.

Em razão dos prazos estipulados para o término desta pesquisa, não houve tempo hábil para considerar o processo eleitoral em curso no Santos, que se encerrou em 09 de dezembro de 2017, com a realização das eleições para presidente e membros do conselho deliberativo do clube, sendo que a tabulação e interpretação desta pesquisa foi finalizada antes da realização do pleito.

Entretanto, vale ressaltar o fato de o presidente Modesto Roma Júnior não ter obtido êxito na reeleição ao cargo. Sua gestão foi bastante questionada pelos associados do clube nos últimos meses de gestão, principalmente em função da ausência de títulos no transcorrer da temporada de 2017. Sendo que o presidente eleito foi José Carlos Peres (entrevistado nesta pesquisa), ligado aos interesses de grupos de sócios da capital, o qual venceu o processo eleitoral e conduzirá o clube no próximo triênio.

Assim como vem ocorrendo em quase todo processo eleitoral, o uso das redes sociais vem transformando esse processo a cada eleição do clube. Isso ficou bastante explícito durante a investigação do estudo de caso. Assim, embora o fenômeno seja relevante no processo político devido aos objetivos traçados no início da pesquisa, não foi possível aprofundar a questão. Portanto, recomendamos, para pesquisas futuras, o estudo do impacto das redes sociais nas configurações políticas em clubes de futebol.

De qualquer forma, para aprofundarmos o debate sobre os processos de oligarquização, cabe notar que grande parte dos dados expostos na pesquisa indicam que o Santos F. C., nas últimas décadas, vem passando por transformações que podem ser entendidas como resultado de um processo de desterritorialização. Em certo sentido, a televisão, a internet e as redes sociais, que fizeram do futebol um espetáculo para públicos de todo o país, multiplicaram torcedores para muito além do bairro, da zona da grande metrópole, das cidades ou dos estados. Mas, se essas massas de torcedores agregam capital simbólico ao clube, pouco influem nos destinos das lutas por supremacia nas camadas dirigentes dos clubes, ainda bastante circunscritas à cidade da agremiação.

O Santos é o único clube brasileiro com um grande histórico de conquistas regionais, nacionais e internacionais que não tem como cidade a capital de seu estado. Afora o Santos, os vitoriosos no Brasil estão quase que invariavelmente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, grandes capitais, grandes metrópoles. Além disso, pelo fato de ter-se nacionalizado e internacionalizado desde a década de 1960 e, desde então, vivido ao menos três ciclos de grandes vitórias, a área geográfica de sua torcida e das elites sociais que nela se envolvem transbordou a Baixada Santista e ganhou o ABC e a capital, em um processo verdadeiramente singular.

O que vimos nos dados expostos no terceiro e no quarto capítulos desta tese é a demonstração dessa característica, que por si só implica um complicador no âmbito dos mecanismos de reprodução do poder oligárquico em um clube de futebol. Diferentemente dos clubes tradicionais, aquela camada de atores, composta por jornalistas, publicitários, comerciantes, políticos tradicionais, médicos, economistas, administradores, advogados, empresários de jogadores que gravitam em torno do clube, no caso do Santos, não está só na Baixada, mas também na Grande São Paulo. Se os dados apresentados mostram que os ciclos oligárquicos sob o comando de algumas famílias e suas clientelas são evidentes na história do Santos de Athiê Jorge Coury a Modesto Roma, percebe-se que, nas duas últimas décadas, a disputa pelo poder passou a ser tensionada pela divisão entre grupos da cidade-sede e da capital, e sujeita a novos tipos de aliança, como as que começam a acontecer quando minorias da baixada se articulam com forças da capital, ou o inverso.

Num quadro dessa natureza, a disputa política fica mais imprevisível, o que não garante que velhos mecanismos clientelistas deixem de operar, mobilizados tanto pelos *experts* da capital como pelos tradicionalistas da Baixada. Em resumo, o Santos F. C. é hoje um laboratório de experiências políticas, que merecem ser observadas com atenção, sobretudo porque introduziu novos mecanismos de circulação de elites.

O que se espera agora, depois dos estudos de caso que vêm sendo produzidos sobre o futebol brasileiro, dentre os quais esta tese é apenas um exemplo, é que análises comparativas venham à tona para que se possa aferir a natureza das mudanças que vêm ocorrendo no âmbito do poder nos grandes clubes de futebol. Parece precipitado dizer que a era dos “amadores” está chegando ao fim, com o advento de novas gerações racionalmente mais preparadas. O que se pode constatar é que, no país, uma modernização conservadora está em curso e os estratagemas das velhas elites, tanto em seus arroubos carismáticos como em sua capacidade de formar e controlar clientelas, por meio do favor e de trocas miúdas, continuam a operar vigorosamente nos clubes de futebol.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AQUINO, Rubens Santos Leão. Futebol: uma paixão nacional. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BETTINE, Marco (Org.). Estudos interdisciplinares em Sociologia do Esporte - III EPSE - Aspectos Filosóficos, Sociais, Políticos e Econômicos, 2016.

<http://200.144.182.130/ludens/index.php/pt/acervo/biblioteca-ludens/375-edicoes-disponiveis-em-formato-e-book>

BOTTOMORE, Thomas Bottomore. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar,1965.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades do campo. In: ___. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. Como é possível ser esportivo? In: ___. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. Os jogos olímpicos. In: ___. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: ___. O poder simbólico. Lisboa, Portugal: Difel, 1989.

_____. Espaço social e a gênese da classe. In: ___. O poder simbólico. Lisboa, Portugal: Difel, 1989.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: ___. O poder simbólico. Lisboa, Portugal: Difel,1989.

_____. Gênese e estrutura do campo religioso. In: ___ A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. O espírito de família. In: ___ Razões práticas sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2008.

_____. Espaço social e campo do poder. In: ___. Razões práticas sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2008.

_____. O espaço social e espaço simbólico. In: ___. Razões práticas sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2008.

BRUNO, Ernani da Silva. História das tradições da cidade de São Paulo (v. II). São Paulo: Hucitec, 1991.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquização em um grande clube de futebol: o caso do Sport Club Corinthians Paulista, 2017. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/13043 . Acesso em: 02 ago. 2017.

_____. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea, 2011. Disponível em: http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/couto_-_oligarquia_e_processos_de_oligarquizacao.pdf . Acesso em: 19 jul. 2017.

DAMO, Arlei Sander. Futebol e identidade social*:* uma *leitura antropológica* das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DUNNING, Eric. A teoria central de Elias: os processos "civilizadores" ocidentais e algumas de suas principais variações. In:___. Sociologia do esporte e os processos civilizatórios. São Paulo, Annablume, 2014.

DUNNING, Eric. A história e o desenvolvimento do esporte moderno. In: ___. Sociologia do esporte e os processos civilizatórios. São Paulo: Annablume, 2014.

ELIAS, Nobert; DUNNING Eric. A busca da excitação. Lisboa, Portugal: Difel,1992.

ELIAS, Nobert. Os alemães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FLORENZANO, João Paulo. A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro. São Paulo: FAPESP/EDUC, 2010.

FRANCO, Hilário Júnior. A Dança dos deuses*:* futebol, cultura e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*.* São Paulo: Global, 2004.

HELAL, Ronaldo George. Passes e impasses. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIULIANOTTI, Richard. Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: Marcel Mauss, Sociologia e Antropologia, v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MICHELS, Robert. Os partidos políticos. São Paulo: Senzala, 1969.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. FootballMania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902 – 1938). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Torcidas organizadas de futebol - violência e auto-afirmação - aspectos da construção das novas relações sociais. São Paulo: Vogal, 1997.

PRONI, Marcelo Weishaupt. A invenção do torcedor de futebol: disputas simbólicas pelos significados do torcer. Costa, M. R. et al. Futebol espetáculo do século. São Paulo: Musa Editora, 1999.

TOLEDO, Luís Henrique. Torcidas organizadas de futebol. São Paulo: Vozes, 1996.

_____. Lógicas no futebol – Dimensões simbólicas de um esporte nacional. Tese de doutorado defendida, sob orientação do Prof. Dr. José Guilherme C Magnani, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. 2000.

_____. A invenção do torcedor de futebol: disputas simbólicas pelos significados do torcer. Costa, M. R. et al. Futebol espetáculo do século. São Paulo: Musa Editora, 1999.

VANEY, De. Álbum de ouro. São Paulo: Santos Jornal Limitada, 1967.

WEBER, Max. Burocracia. In:____. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

_____. O significado da disciplina. In:____. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

_____. A política como vocação. In: ____. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ENTREVISTAS

Alberto Francisco de Oliveira Júnior, comerciante, entrevista presencial gravada em 07 de abril de 2017.

José Luiz Pinho, conselheiro do Santos F. C., metalúrgico aposentado, entrevista presencial gravada em 13 de março de 2017.

Celso do Carmo Jatene, conselheiro do Santos F. C., vereador na cidade de São Paulo, delegado de polícia licenciado, entrevista presencial gravada em 17 de abril de 2017.

Florival Amado Barletta, conselheiro do Santos F. C., corretor oficial do café, entrevista presencial gravada em 13 de abril de 2017.

Fernando Galotti Bonavides, presidente do conselho deliberativo do Santos F. C., advogado, empresário, entrevistado em 17 de março de 2017.

Celso Sampaio Lopes, conselheiro do Santos F. C., empresário, entrevistado em 08 de março de 2017.

José Geraldo Gomes Barbosa, conselheiro do Santos F. C., aposentado, advogado, entrevistado em 02 de dezembro de 2014.

Marcelo Teixeira Filho, conselheiro do Santos F. C., estudante, tesoureiro, entrevista presencial gravada em 18 de julho de 2016.

Gastone Righ Cuoghi, conselheiro e membro do comitê gestor do Santos F. C., advogado, entrevista presencial gravada em 13 de abril de 2017.

Guilherme Gomez Gauche, aposentado, funcionário do Santos F. C., entrevista presencial gravada em 07 de março de 2017.

Cássio Richter, vice-presidente do conselho deliberativo do Santos F. C., dentista, entrevista presencial gravada em 07 de julho de 2017.

Ronaldo Imbernon Cortez, conselheiro licenciado, educador físico, funcionário do Santos F. C., entrevista presencial gravada em 12 de julho de 2016.

José Carlos Peres, diretor executivo G4, entrevista presencial gravada em 10 de julho de 2015.

José das Docas, empresário, candidato ao cargo de conselheiro do Santos F. C., entrevista presencial gravada em 25 de novembro de 2017.

José Miguel de Souza, conselheiro do Santos F. C., empresário, entrevista presencial gravada em 13 de novembro de 2017.

Reinaldo de Sá Cirilo, conselheiro do Santos F. C., funcionário público, entrevista presencial gravada em 09 de novembro de 2017.

Vasco Vieira, conselheiro do Santos F. C., advogado, entrevista presencial gravada em 07 de novembro de 2017.

Ricardo Mucci, consultor de comunicação e marketing político, entrevista presencial gravada em 25 de outubro de 2017.

Edson Arantes do Nascimento, conselheiro do Santos F. C., ex-jogador de futebol, empresário, depoimento por e-mail enviado em 15 de agosto de 2017.

João Arthur São Pedro, conselheiro do Santos F. C., comerciante, entrevista presencial gravada em 09 de maio de 2017.

Fontes Impressas

Atas da assembleia geral do clube

Estatuto Social Santos F. C. 1945

Estatuto Social Santos F. C. 1994

Estatuto Social Santos F. C. 2003

Estatuto Social Santos F. C. 2010

Jornal “O Diário de Santos” de 09 de abril de 1912

Lei Federal 10.671/03 (estatuto de defesa do torcedor).

Súmulas de jogos oficiais da equipe profissional de 1956 a 1976.

Fontes Impressas Digitalizadas

Revista Placar de 13/0/1984 “O Sonho do Santos S/A”. <https://books.google.com.br/books?id=sv-kIIN9Q_YC&pg=PA40&dq#v=onepage&q&f=false> Acesso em 21/07/2017

Revista Placar de 17/03/1989 “Porque o grande Santos ficou tão pequeno”. https://books.google.com.br/books?id=qeB0qzBv1OIC&pg=PA27&dq=#v=onepage&q&f=false

Revista Placar de 01/01/95 Nota. Site: <https://books.google.com.br/books?id=Z6KBZrIqb3UC&pg=RA1-PA48&dq#v=onepage&q&f=false> Acesso em 22 Jul2017

Globo Esporte de 27/01/2015 “A mina de ouro na torcida: como os sócios podem enriquecer seus clubes”. Site: <http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2015/01/mina-de-ouro-na-

torcida-como-os-socios-podem-enriquecer-seus-clubes.html>. Acesso em 03 set.2015.

Fontes disponíveis na rede mundial de computadores

Band.com.br “Santos paga R$ 417 mil por mês a ex-presidente” <http://esporte.band.uol.com.br/noticia/100000854752/santos-paga-r-417-mil-por-mes-a-ex-presidente.html> Acesso em: 12/07/2017

ESPN “Antes de eleição, Santos tem explosão de novos sócios com inscrições suspeitas <http://www.espn.com.br/noticia/746609_antes-de-eleicao-santos-tem-explosao-de-novos-socios-com-inscricoes-suspeitas> Acessado em 20/12/2017

ESPN “Ex-presidente diz que Santos o deixou deprimido e sem dinheiro’ <http://espn.uol.com.br/noticia/558571_ex-presidente-diz-que-santos-o-deixou-deprimido-e-sem-dinheiro> Acessado em 22/07/2017

ESPN “No Santos, chapa é comparada a união entre PSDB e PT’<http://espn.uol.com.br/noticia/453470_no-santos-chapa-e-comparada-a-uniao-entre-psdb-e-pt>

Globo Esporte de 27/01/2015 “a mina de ouro na torcida: como os sócios podem enriquecer seus clubes”. Site: <http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2015/01/mina-de-ouro-na-torcida-como-os-socios-podem-enriquecer-seus-clubes.html>. Acesso em 03 set.2015.

Site de etimologia – Origem das palavras

Site < https://origemdapalavra.com.br/site/palavras/amador// > Acesso em 12 dezembro2017

Site OAB – SC de 29/05/2017 “Direito federativo, direito econômico e os crimes contra a liberdade de trabalho do jogador de futebol” Site <http://www.oab-sc.org.br/artigos/direito-federativo-economico-e-os-crimes-contra-liberdade-trabalho-do-jogador-futebol/227>. Acesso em 22 Jan. 2017

SPAC (São Paulo Athletic Club) (site) <http://www.spac.org.br/?page_id=4> Acessado em 07/12/2017.